

Carlos Gustavo Sarmet Moreira Smiderle

UENF E CAMPOS, ENCONTRO DE DOIS MUNDOS:

**UMA ETNOGRAFIA DA INTERAÇÃO ENTRE A COLETIVIDADE
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO E A SOCIEDADE DE CAMPOS DOS
GOYTACAZES (RJ), 2002-2004**

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do
Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense
Darcy Ribeiro (Uenf) como parte das exigências para
obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais

Orientador: Professor Marcelo Carlos Gantos

Campos dos Goytacazes (RJ)
Outubro de 2004

Carlos Gustavo Sarmet Moreira Smiderle

UENF E CAMPOS, ENCONTRO DE DOIS MUNDOS:

**UMA ETNOGRAFIA DA INTERAÇÃO ENTRE A COLETIVIDADE DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO E A
SOCIEDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ), 2002-2004**

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do
Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense
Darcy Ribeiro (Uenf) como parte das exigências para
obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais

Aprovada em: __ / __ / __

Comissão Examinadora:

Eurize Caldas Pessanha, doutora em Educação
pela USP, professora adjunta da UFMS

Arlete Parrilha Sendra, doutora em Letras pela
PUC-RJ, professora associada da Uenf

Arno Vogel, doutor em Antropologia Social
pela UFRJ, professor titular da Uenf

Marcelo Carlos Gantos, doutor em História
e Memória Visual pela UFF, professor associado
da Uenf, orientador

À minha mulher, Dil; a nossos frutos, Tamara e Pedro; às árvores que me geraram, Jeanne e Luiz; e à grande, terna e rara família Sarmet Moreira.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a todo mundo que cooperou com este trabalho.

Em especial, ao professor Marcelo Gantos, ao professor Arno Vogel, à colega de mestrado Fernanda Huguenin, aos companheiros Fúlvia D'Alessandri e Felipe Moussallem, da Assessoria de Comunicação da Uenf, e ao jornalista Luís Costa.

Também à professora Lana Lage da Gama Lima, à historiadora Heloíza de Cácia Manhães Alves e à professora Arlete Parrilha Sendra.

E à Uenf, verdadeira universidade pública, pela grandeza de se deixar estudar pelo menor de seus servidores.

RESUMO

Este trabalho é uma etnografia do encontro entre duas coletividades e respectivos traços culturais: a sociedade de Campos dos Goytacazes, tradicional município do Rio de Janeiro, o mais extenso do Estado e o de maior população do interior fluminense (406.989 habitantes, Censo 2000 do IBGE), que já em 1677 estava constituído como vila e com a prerrogativa de dispor de Câmara Municipal; e o segmento dos docentes pesquisadores e técnicos-administrativos da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), implantada em Campos dos Goytacazes aos 16 de agosto de 1993, sob a coordenação do educador Darcy Ribeiro. A partir da identificação das representações sociais da Uenf por profissionais de Comunicação Social de Campos, o trabalho faz um estudo exploratório das origens e dos mecanismos de reprodução da (muito disseminada) representação da Uenf como instituição “fechada”. Nesta representação cumpre papel central a figura do *professor doutor*, tido como personagem estranho aos hábitos, à história e à cultura locais — muitas vezes literalmente estrangeiro. Num procedimento reverso, o estudo identifica as representações sociais da sociedade de Campos pelos *professores doutores* da Uenf. A princípio, os dados sugerem que ambas as instâncias pouco interajam: enquanto os comunicadores de Campos representam a Uenf como “fechada” e distante, os *professores doutores* manifestam distintos graus de desconforto com o ambiente cultural local, no qual se sentem como “corpos estranhos” ou “marcianos”. Dito ambiente local é geralmente representado pelos *professores doutores* através da mediação de variados símbolos do chamado atraso socioeconômico, entre os quais a monocultura canavieira, a força das oligarquias e a herança colonial e escravocrata. Tal conflito já se acha prenunciado num momento anterior à instalação da Uenf, quando a decisão de compor o corpo docente apenas com doutores se contrapôs à expectativa de setores representativos da sociedade local de virem a integrar o quadro de pessoal da nova Universidade. A consideração adicional de conflitos internos ao ambiente da Uenf — notadamente, mas não exclusivamente, entre *professores doutores* e servidores de menor grau de escolaridade — permite afirmar que a interação entre estes dois mundos (o de Campos e o da Uenf) efetivamente ocorre, de forma particularmente notória, no dia-a-dia do *campus* universitário. A análise atribui à condição de *professor doutor* o caráter de símbolo dominante (nos termos da conceituação de Victor Turner) desta interação entre culturas.

Palavras-chave: Universidade e Sociedade; Representações Sociais; Uenf e Campos dos Goytacazes.

ABSTRACT

This research is an ethnography of meeting between two groups of people and their cultural characteristics: Campos dos Goytacazes society, traditional city from Rio de Janeiro State, the largest from state and that with the biggest population from interior of state (406.989 inhabitants, IBGE, 2000), that in 1677 was already a village with prerogative to have Parliament; and professional body from Norte Fluminense Darcy Ribeiro State University (Uenf), implanted in Campos dos Goytacazes at August, 16th 1993, under coordination of educator Darcy Ribeiro. From identification of social representations of Uenf by Social Communication professionals from Campos, research makes an exploratory study about origin and reproduction's mechanisms of (very disseminated) representation from Uenf as "closed" institution. In this representation figure of *professor* or *physician doctor* is central and considered strange to local habits, history and culture — sometimes literally stranger. In a reverse procedure, research identifies social representations from Campos society by *professors* or *physician doctors* from Uenf. In first analyse, it seems that there are no interaction between two instances: while communication professionals from Campos represent Uenf like "closed" and "far" institution, professors feel different degrees of discomfort with local cultural ambient, where they feel themselves like "strange bodies" or "E.Ts". This local ambient is generally represented by professors through several symbols of late social and economic life, especially sugar cane monoculture, power from traditional politicians, colonial and slave inheritance. This conflict was already present at a moment before implantation of Uenf, when decision to make professors body only with physician doctors made opposition to expectation from representative segments from local society to make part professional body of new university. Other internal conflicts in Uenf — especially, but not only, between physician doctors and other public servers with smaller degree of scholarship — suggest that interaction between these two cultures (from Campos and from Uenf) really occurs, especially, in day-to-day from university *campus*. This analyse considers the condition of *physician doctor* like focal symbol (according to Victor Turner concepts) of this interaction between cultures.

Key-words: University and society; Social Representations; Uenf and Campos dos Goytacazes;

SUMÁRIO

1 Introdução.	p. 9
2 A universidade no Brasil: do século XIX à década de 90 do século XX	p. 17
2.1 Uma colônia sem ensino superior	p. 18
2.2 A era Vargas.	p. 20
2.3 Anos 50 e 60 – populismo e desenvolvimentismo.	p. 25
2.4 A Universidade de Brasília (UnB)	p. 29
2.5 A Reforma Universitária de 1968	p. 34
2.6 Questões atuais	p. 36
3 Campos dos Goytacazes – aspectos históricos	p. 39
4 Criação da Uenf – antecedentes imediatos	p. 49
4.1 O movimento pró-Uenf	p. 49
4.2 Então surgiu Darcy	p. 53
5 O Plano Orientador da Uenf	p. 56
6 A Uenf – perfil do quadro de pessoal	p. 73
7 Representações sociais da Uenf por profissionais de Comunicação Social de Campos dos Goytacazes (Primeira fase da etnografia).	p. 77
7.1 Percurso metodológico	p. 77
7.2 Um “disco voador”	p. 84
7.3 O problema dos “estrangeiros”	p. 101
7.4 Um messias chamado Darcy Ribeiro	p. 105

8 Representações da sociedade de Campos por pesquisadores da Uenf (Segunda fase)	p. 114
8.1 Considerações metodológicas	p. 114
8.2 Um lugar de cana, monocultura e oligarquias	p. 118
9 "Aqui era o lugar do trabalho..." (Terceira fase)	p. 128
10 O denso significado do <i>status</i> de professor doutor na Uenf	p. 136
11 Considerações finais	p. 141
12 Bibliografia	p. 146
Anexo A - Relatório de concepções prévias acerca do objeto de pesquisa . .	p. 153
Anexo B — Entrevista professora Cláudia Dolinski e professor Ricardo Moreira de Souza.	p.156

1 Introdução

Este trabalho nasceu de uma inquietação pessoal que — revelou-se depois — era também coletiva, social: por que a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), uma das últimas obras, no campo da educação, do antropólogo, educador e político que lhe empresta o nome, tem enfrentado tão grandes dificuldades para ser considerada "parte" da sociedade do município de Campos dos Goytacazes (RJ), onde foi instalada em 1993? Esta inquietação atingia particularmente este então candidato a pesquisador em fins de 2001, quando ele já trabalhava como jornalista na área de Comunicação Social da referida Universidade. O desenrolar da pesquisa, com as coletas de dados e a reflexão, demonstrou que tal "desconforto" nada tinha de individual ou particular, sendo, na verdade, manifestação recorrente tanto dentro quanto fora do ambiente acadêmico da Uenf.

Esta dissertação propõe-se a ser um reflexo do esforço teórico, metodológico e intelectual empreendido no período de novembro de 2001 — quando este autor se dispôs a disputar uma vaga no Mestrado em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Uenf — até sua conclusão, em 2004. De antemão, admita-se que o percurso efetivamente trilhado foi pouco fiel ao roteiro de viagem previamente traçado, tendo sofrido ajustes ao longo da própria pesquisa.

O percurso que o leitor está convidado a refazer compreende três trechos principais. O primeiro é o que tinha sido definido, a princípio, como roteiro de toda a viagem: a identificação e análise das representações sociais da Uenf por parte de um segmento da sociedade de Campos — os profissionais de Comunicação Social. O segundo é o procedimento reverso: a identificação e análise das representações

da sociedade de Campos por pesquisadores da Uenf (em sua esmagadora maioria vindos de outras cidades, estados ou países). O terceiro é a identificação e a análise de um conflito interno à Uenf (entre diferentes segmentos da coletividade que habita o ambiente acadêmico) que tem muito a dizer sobre o problema geral e originário da relação entre a Uenf e a sociedade de Campos.

A primeira fase do trabalho baseou-se na análise de 11 entrevistas não diretas realizadas junto a personalidades da sociedade de Campos dos Goytacazes (RJ) em geral ligadas à imprensa. Nesta primeira etapa ouviu-se o depoimento de nove dentre os mais influentes profissionais de Comunicação Social de Campos, de variadas afiliações institucionais ou ideológicas. Além dos nove profissionais de Comunicação, ouviu-se o relato de um professor aposentado do Cefet/Campos e atual servidor da Uenf. Ele tivera ativa participação no movimento político que reivindicou a instituição da Uenf, tendo-se incorporado ao quadro técnico da Universidade dez anos depois, em 2002, após classificação em concurso público. Também foi ouvida uma professora universitária campista que atua na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Esta professora atuou de 1971 a 1982 na Faculdade de Filosofia de Campos, cursou mestrado na PUC do Rio, doutorado na USP e fez pós-doutorado nos Estados Unidos (Wisconsin-Madison). Embora vinculada à UFMS, esta entrevistada cultiva laços de identidade com a sociedade de Campos e acompanha o noticiário local pela Internet.

As entrevistas referentes à primeira parte da pesquisa foram as seguintes:

Aluysio Balbi - repórter do jornal Folha da Manhã e correspondente de O Globo em Campos, em 27/09/03

Aluysio Abreu Barbosa - diretor de redação do jornal Folha da Manhã, em 27/10/03;

Aluysio Cardoso Barbosa - fundador e atual consultor do jornal Folha da Manhã, em 08/10/03

Andral Nunes Tavares - professor da Faculdade de Filosofia de Campos, ex-relações públicas da Uenf, em 06/01/04;

Chico de Aguiar - repórter da sucursal do jornal O Dia, colunista social, com passagens por vários outros jornais locais, em 26/08/03;

Eurize Caldas Pessanha - ex-professora da Faculdade de Filosofia de Campos, que cursou pós-doutorado nos EUA e hoje é professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em 27/02/04;

Gianino Sossai – colunista do jornal A Cidade, com passagens por vários outros veículos de comunicação, professor do curso de Jornalismo da Faculdade de Filosofia de Campos, em 22/11/03;

João Oliveira - publicitário por formação, radialista, diretor da Litoral FM, em 06/01/04;

Mário Lopes, ex-professor da Faculdade de Filosofia de Campos, líder do movimento pró-instalação da Uenf, técnico de nível superior da Uenf a partir de 2002, em 07/01/04;

Orávio de Campos - repórter especial do jornal Folha da Manhã e professor do curso de Jornalismo da Faculdade de Filosofia de Campos, em 07/10/03;

Ricardo André Vasconcelos - editor de Política do jornal Monitor Campista, com passagens por vários outros jornais locais, em 23/08/03;

A segunda parte do trabalho se baseia, inicialmente, num procedimento simétrico ao inicial. Após analisar as representações sociais da Uenf por personalidades da sociedade de Campos, observou-se a adequação de se identificarem e analisarem as representações sociais da sociedade de Campos por pesquisadores da Uenf.

Ainda durante o transcurso da segunda fase, iniciou-se o que aqui se chama de "terceira fase", que é a análise de conflitos internos à Uenf e que de alguma maneira se relacionam com o conflito externo e mais geral entre a Uenf e a sociedade de Campos.

Com o advento da terceira fase, inaugurou-se o recurso a outros métodos de coleta de dados que não apenas as entrevistas. Basicamente, iniciou-se uma etapa de anotações das propriamente ditas observações de campo. Tais anotações tanto serviram como matéria-prima para a reflexão, como também sugeriram e embasaram outras entrevistas que se seguiram.

A relação de entrevistas referentes à segunda e à terceira fase é a que se segue, observado que a qualificação dos entrevistados leva em conta aspectos relevantes para o trabalho, como a origem e a formação:

Arlete Parrilha Sendra, professora associada do Laboratório de Cognição e Linguagem do Centro de Ciências do Homem da Uenf, ex-técnica de laboratório da Uenf, ex-professora de conceituadas escolas secundaristas de Campos, natural do Estado do Rio de Janeiro, entrevistada em 25/05/04;

Cláudia Dolinski, pesquisadora bolsista do Laboratório de Proteção de Plantas, natural do Estado do Rio de Janeiro, doutora titulada nos Estados Unidos, entrevistada em 19/02/04;

Eduardo Atem de Carvalho, professor associado do Laboratório de Materiais Avançados da Uenf, o primeiro campista a se tornar docente da Uenf, doutor pela Texas A&M University, entrevistado em 24/03/04;

Enrique Medina-Acosta, professor associado do Laboratório de Biotecnologia da Uenf, colombiano, doutor em Parasitologia Médica e Molecular pela New York University, entrevistado em 08/04/04;

Helion Vargas, professor titular do Laboratório de Ciências Físicas da Uenf, natural de Minas Gerais, doutor em Física pela Université de Grenoble I (França), entrevistado em 27/02/04;

José Ramon Arica Chávez, professor associado do Laboratório de Engenharia de Produção da Uenf, peruano, doutor em Engenharia de Sistemas e Computação, entrevistado em 31/03/04;

Nilza Franco Portela, técnica de nível superior da Uenf, chefe de Secretaria da Reitoria, natural do Rio Grande do Sul, entrevistada em 06/04/04;

Ricardo Andrade Pohlmann, técnico de nível superior da Uenf, gerente de importação, natural do Estado do Rio de Janeiro, ponto de referência dos estrangeiros ao chegarem à Uenf e a Campos, entrevistado em 26/03/04;

Ricardo Moreira de Souza, professor associado do Laboratório de Proteção de Plantas da Uenf, natural do Estado do Rio de Janeiro, doutor em Patologia Vegetal pela University of Califórnia, Riverside, Estados Unidos, entrevistado em 19/02/04;

Sérgio de Azevedo, professor titular do Laboratório de Estudos da Sociedade Civil e do Estado, vice-reitor da Uenf (mandato 2003/2006), natural do Estado do Rio de Janeiro, doutor em Sociologia pela Université Catholique de Louvain, Bélgica, entrevistado em 02/04/04;

Zuleima Faria, coordenadora da Secretaria Acadêmica da Reitoria da Uenf, ex-diretora da Faculdade de Filosofia de Campos, natural do Estado do Rio de Janeiro, entrevistada em 24/05/04.

Impõe-se justificar a escolha do segmento dos comunicadores sociais e dos jornalistas, em particular, como foco da pesquisa no âmbito da sociedade de Campos. Em se tratando de uma sociedade integrada à civilização ocidental contemporânea, os meios de comunicação social ocupam notoriamente lugar central

na elaboração e/ou veiculação de representações sociais. Qualquer que seja o ponto de vista teórico adotado, não há como desprezar a importância dos meios de comunicação social como canais privilegiados de disseminação de representações.

No caso específico de Campos, a centralidade da imprensa na vida social urbana — que atualmente se faz notar pelo significativo número de cinco jornais diários em circulação¹ — remonta aos primórdios do seu precoce processo de urbanização. Como registra o Projeto Memorial do Norte Fluminense – Solar da Baronesa (2002), trabalho multidisciplinar nos campos histórico, museográfico, arquitetônico e gráfico, sob coordenação da historiadora Lana Lage da Gama Lima, Campos foi a primeira vila da Província do Rio de Janeiro a imprimir jornais, possuindo, já em 1831, o *Correio Constitucional Campista*, de Antônio José da Silva Arcos, como registra Evaristo da Veiga no Diário Mercantil. O *Monitor Campista*, fundado em 1834, mantém-se ainda hoje em circulação, sendo considerado o terceiro jornal mais antigo do Brasil em atividade.

Entre 1835 e 1885, foram impressos em Campos 110 jornais, entre os quais o *Recopilador Campista*, jornal bissemanal de 1835; o *Alvorada Campista*, fundado em 1859; a *Gazeta de Campos*, publicada em 1862; *A República*, que surgiu em 1876; o *Correio de Campos*, de 1877; o *Regenerador*, de 1879; *O Imparcial*, de 1885; *Diário de Notícias*, de 1880. A publicação de vários jornais esteve associada a vigorosos polemistas, como João Barreto, que publicou os jornais *Gazeta da Noite* (1879), *Gazeta da Tarde* e *Gazeta da Manhã* (1880), *Sexto distrito* (1883), e *Gazeta do Districto* (1884).

Cabe destacar a participação da imprensa campista no embate político em torno de questões importantes como a abolição da escravidão negra e a adoção da

¹ Atualmente cinco jornais diários de Campos continuam em circulação: *Monitor Campista*, fundado em 04 de janeiro de 1834; *A Notícia*, de 07 de setembro de 1916; *A Cidade*, de 28 de março de 1934; *Folha da Manhã*, de 08 de janeiro de 1978; e *O Diário*, de 08 de março de 2001.

República como forma de governo. O jornalista Luiz Carlos de Lacerda, por exemplo, fundou, em 1884, o *Vinte e Cinco de Março*, jornal que se destacou pela sua virulência na campanha abolicionista em Campos². Já o jornal *A República*, fundado em 1890, tendo como redator Pedro Tavares Junior (ao lado de João Ribeiro de Alvarenga, Jeronymo Motta, Manoel Paula e Hemeterio Martins), notabilizou-se pela propaganda republicana em Campos, Macaé e São Fidélis. Digno de nota também é o jornal *Folha do Comércio*, fundado em 1909 por José Bruno de Azevedo, tendo como objetivo a veiculação dos interesses de comerciantes e fazendeiros da região.

É evidente que a definição de um recorte no quadro complexo da sociedade campista atende a uma imposição que tem a ver com as limitações de prazos e recursos com as quais tem que se deparar qualquer pesquisa social, especialmente uma dissertação de mestrado. Neste sentido, não seria legítimo identificar total, direta e mecanicamente o segmento dos comunicadores sociais com o conjunto da sociedade de Campos, ademais complexa e certamente atravessada por distintos vieses de representação do objeto em questão. Este trabalho está ciente de tudo isto, mas aposta em que, na inviabilidade de tomar a sociedade de Campos como um todo, o foco nos profissionais que gravitam em torno da imprensa abre a possibilidade de que a reflexão se situe no epicentro da vida social campista.

Também se faz necessária uma alusão ao nexo que pode haver entre os nove profissionais de Comunicação e os outros dois entrevistados — um, professor aposentado atualmente servidor da Uenf; outra, professora universitária campista com carreira construída fora do município. O professor aposentado Mário Lopes fora incluído já na lista original de entrevistados por ter participado ativamente do movimento coletivo que antecedeu imediatamente a implantação da Uenf. Como se

² É de Campos o abolicionista José do Patrocínio, que, além de jornalista, foi orador, escritor e membro fundador da Academia Brasileira de Letras (KOOGAN e HOUAISS, 1994, p. 1.436).

viu, este movimento gerou um conjunto de expectativas afinal frustradas e que constituem um ingrediente importante do problema em estudo. Por sua vez, a professora Eurize Caldas Pessanha foi incluída posteriormente entre os entrevistados por sugestão do professor Marcelo Gantos, orientador do trabalho. Eurize foi professora da Faculdade de Filosofia de Campos e, nesta condição, tem potencial afinidade com pelo menos três entrevistados originais. Seu depoimento foi tomado como possível contraponto ao daqueles três, na medida em que Eurize teve suas origens em Campos, mas construiu uma carreira acadêmica diferenciada em relação à maioria dos seus colegas professores das antigas instituições de Campos. A importância da afinidade com o segmento das instituições locais de ensino superior ficará evidenciada quando for explicitado o conflito que se instaurou, nas vésperas da instalação da Uenf, entre esta e as faculdades pré-existentes.

2 A universidade no Brasil: do século XIX à década de 90 do século XX

Esta seção traz um breve resumo histórico da formação da universidade no Brasil, indicando os primórdios do ensino superior, resgatando análises sobre seu desenvolvimento e atualizando a discussão sobre a questão da universidade no Brasil. Os principais marcos deste registro são (a) a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934; (b) a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935; (c) a implantação da Universidade do Brasil, em 1937, como padrão para as demais universidades públicas; (d) a criação da Universidade de Brasília (UnB), em 1961, projetada por Darcy Ribeiro; (e) a reforma universitária de 1968; e (f) a implantação da Uenf, em 1993.

Esta seção não tem a pretensão de aprofundar a análise da história da universidade no Brasil, mas tão somente o objetivo de situar o projeto da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf) no contexto da discussão geral sobre universidade no Brasil. Portanto o plano de trabalho, neste caso, consiste em percorrer brevemente com o leitor o panorama da universidade brasileira desde os primórdios, no início do século XIX, até os marcos recentes mais importantes. Trazido a este contexto, o leitor terá condições de travar um contato fecundo com o pensamento de Darcy Ribeiro aplicado à universidade em geral e à Uenf em particular e fazer uma leitura instruída da etnografia sobre a interação entre a Uenf e a sociedade de Campos, que constitui o corpo deste trabalho.

2.1 Uma colônia sem ensino superior

Segundo Anísio Teixeira (1999, p. 29), o Brasil constituiu exceção na América Latina: enquanto a Espanha espalhou universidades pelas suas colônias, Portugal deixou os “brasileiros” limitados às universidades das metrópoles. Villalta (1997 apud MENDONÇA, 2000, p.132) afirma que a Coroa Portuguesa procurou, com isto, manter a dependência da colônia em relação à universidade de Coimbra, laço considerado “um aspecto nevrálgico do pacto colonial”. O marco inicial do ensino superior no Brasil se liga à transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808. De modo geral, os primeiros cursos superiores instalados no Brasil responderam a uma preocupação com a defesa militar do território. Já em 1808, cria-se no Rio de Janeiro a Academia de Marinha e, em 1810, a Academia Real Militar, para a formação de oficiais e de engenheiros civis e militares. Também em 1808 criaram-se os cursos de anatomia e cirurgia, para a formação de cirurgiões militares (MENDONÇA, 2000, p. 134). A estes cursos acrescentaram-se, em 1809, os de medicina e, em 1813, constituiu-se, a partir desses cursos, a Academia de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Outros cursos foram criados na Bahia (economia, 1808; agricultura, 1812; química, 1817; e desenho técnico, 1817) e no Rio de Janeiro (laboratório de química, 1812, e curso de agricultura, 1814).

Alguns cursos avulsos foram criados ainda em Pernambuco, em 1809 (matemática superior), em Vila Rica, em 1817 (desenho e história), e em Paracatu, Minas, em 1821 (retórica e filosofia), como atesta Mendonça (2000, p. 134).

Por sucessivas reorganizações, fragmentações e aglutinações, esses cursos criados por Dom João VI dariam origem às escolas e faculdades profissionalizantes

que iriam constituir o conjunto das instituições de ensino superior brasileiras até a República. A esse conjunto viriam se agregar os cursos jurídicos, criados apenas após a Independência, originariamente em São Paulo e Olinda, no ano de 1827 (MENDONÇA, 2000, p. 134).

Mantida, apesar da Proclamação da República, em 1889, a ordem oligárquica que marcara o período Imperial, o quadro do ensino superior no Brasil só começou a experimentar transformações mais significativas a partir da década de 20 do século XX. Formava-se o contexto dos movimentos em favor da *republicanização da República*, que confrontavam diferentes concepções para a construção ou reconstrução da nacionalidade (MENDONÇA, 2000, p. 136). Como se verá, a instituição universitária cumpriria papel importante nesse processo.

Em 1920 foi criada pelo governo federal a Universidade do Rio de Janeiro, nascida da agregação de algumas escolas profissionais preexistentes, a saber, a Escola Politécnica, a Escola de Medicina e a Faculdade de Direito, que resultou da junção de duas escolas livres já anteriormente constituídas. As instituições continuaram, porém, a funcionar de maneira isolada. A Universidade do Rio de Janeiro foi a primeira que assumiu, de forma duradoura, a denominação de Universidade, tendo dado origem à Universidade do Brasil, em 1937 (atual UFRJ). Anteriormente, a adoção do sistema federativo propiciara iniciativas de criação de universidades em alguns estados. Mas elas tiveram vida efêmera. O modelo da Universidade do Rio de Janeiro foi seguido pela Universidade de Minas Gerais, criada em 1927 pelo governo do Estado (MENDONÇA, 2000, p.136).

2.2 A era Vargas

A crise da ordem oligárquica, a partir dos anos 20 do século XX, traria consigo, sobretudo a partir da Revolução de 1930, a transferência do foco de poder dos governos estaduais para o âmbito do governo central. O apetite centralizador e controlador do governo de Vargas viria a constituir um ingrediente importante das discussões e iniciativas acerca da universidade no Brasil, que vivia, então, seu nascedouro.

Segundo Mendonça (2000, p. 137), dois documentos expressam de forma significativa as discussões que se desenvolveram nos últimos anos da década de 1920 sobre os rumos do ensino superior. São eles os dois inquéritos promovidos, respectivamente, pelo jornal O Estado de S. Paulo, em 1926, e pela Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1928. O primeiro, conduzido por Fernando de Azevedo, acabava por referendar um determinado projeto de universidade (que se concretizou, em 1934, com a criação da Universidade de São Paulo). O segundo era muito mais representativo das diferentes concepções que atravessavam o debate em torno dessa questão e que se confrontavam no interior da própria Associação.

Conforme analisa Carvalho (1998 apud MENDONÇA, 2000, p. 137), enquanto a principal bandeira do grupo sediado na Seção de Ensino Secundário da ABE era a proposta de instalação de uma Escola Normal Superior, o grupo instalado na Seção de Ensino Técnico e Superior da mesma Associação lutava pela criação de *verdadeiras universidades* no Brasil, voltadas para o desenvolvimento da pesquisa científica e dos *altos estudos desinteressados*, como registra Mendonça (2000, p. 137). O primeiro grupo, liderado pelos católicos, valorizava especialmente o papel

da escola secundária, como agência de homogeneização de uma cultura média, ao passo que o segundo grupo — em geral formado por professores egressos da Escola Politécnica — defendia a implantação de universidades concebidas como *usinas mentais*, onde se formariam as elites para *pensar o Brasil* e produzir o conhecimento indispensável ao progresso técnico e científico.

O Estatuto das Universidades Brasileiras, também conhecido como "Reforma Campos de 1931", representou, por assim dizer, o primeiro passo do governo central na era Vargas no terreno da educação superior. Teria sido um passo ambíguo, conciliatório entre as diferentes visões apresentadas na arena política. Um passo que, no dizer de Schwartzman (1979, p. 171), pretendia precisamente "obter legitimidade junto a várias correntes de opinião num momento de transição". Discorrendo sobre as primeiras medidas do governo Vargas no campo da educação — a saber, a instituição do Conselho Nacional de Educação (CNE), e os decretos de reforma do ensino superior (19.851, de 11 de abril de 1931, e 19.890, de 18 de abril do mesmo ano) — Miceli (2001, p. 296) observa que, nas circunstâncias iniciais do regime instalado em 1930, o Estado estava ainda impossibilitado de fazer valer seus pontos de vista, vendo-se forçado, por ora, a conceder voz e voto aos porta-vozes dos grupos de interesse concorrentes.

O fato é que o Estatuto desagradou a gregos e a troianos (MENDONÇA, 2000, p. 138). O grupo dos engenheiros da ABE criticava não só a excessiva ingerência oficial na universidade (dado que a proposta da ciência desinteressada exigia a autonomia universitária), bem como o caráter pragmático da Faculdade de Ciências, Educação e Letras. Já os católicos acusavam o caráter laicizante, centralizador e pragmático do projeto. Segundo Miceli (2001, p. 301), já se encontrava inteiramente demarcada, àquela altura, a arena de luta entre a ABE e a Igreja católica.

A propósito, os debates no interior da Associação Brasileira de Educação levaram à edição, em 1932, do Manifesto ao Povo e ao Governo, lançado por um novo grupo de intelectuais, que ficou conhecido como os Pioneiros da Educação Nova. Entre os itens do manifesto, a criação de *verdadeiras* universidades. Trata-se de uma concepção bastante próxima da defendida pelos *engenheiros* da Seção de Ensino Técnico e Superior. A tríplice função de "criadora de ciências (investigação), docente ou transmissora de conhecimentos (ciência feita) e de vulgarizadora ou popularizadora, pelas instituições de extensão universitária, das ciências e das artes" (AZEVEDO, F., 1958, p. 74-75) pode ser considerada uma tradução em outros termos do conhecido tripé pesquisa-ensino-extensão. O manifesto propunha ainda a centralidade da pesquisa, assumindo a crítica às instituições de ensino superior existentes no Brasil, que nunca teriam ultrapassado os limites e as ambições da formação profissional (MENDONÇA, 2000, p. 138).

Esta concepção caracterizou, em linhas gerais, as duas experiências universitárias desenvolvidas ao longo desses anos por iniciativa de educadores vinculados ao grupo dos renovadores. Foram elas a USP, criada em 1934, pelo grupo de intelectuais que se articulava em torno do jornal O Estado de S. Paulo, entre os quais Fernando de Azevedo, e a Universidade do Distrito Federal (UDF), criada por Anísio Teixeira em 1935, na condição de secretário de Educação (MENDONÇA, 2000, p. 138).

A criação da USP foi vista como uma ação em favor da reconquista da hegemonia paulista na vida política do país, pela ciência em vez das armas, como se tentara no levante constitucionalista de 1932, conforme Cardoso (1982 apud MENDONÇA, 2000, p.138). Já segundo Silva (2001, p. 300), a USP foi criada a partir da mobilização de

liberais ilustrados, preocupados com a consolidação da República num país de tradições rasas e em cuja cena política dominavam as oligarquias³, vistas pelos liberais paulistas como lastro inútil e indesejável, responsável pela lentidão do ingresso na modernidade política.

Para Silva, a criação da USP representou uma "convergência entre a universidade pública, a coisa pública e o homem público" (Silva, 2001 - p. 300)

Já a UDF de Anísio Teixeira mobilizou particularmente os remanescentes do grupo dos engenheiros da ABE (quase todo vitimado num acidente de aviação, em 1928). Na visão de Mendonça (2000, p. 139), o

caráter voluntarista da experiência da UDF, em contraposição a um caráter mais orgânico da experiência da USP, explicaria em grande parte a sua originalidade, mas, por outro lado, seria uma das razões da sua fragilidade e iria condicionar a relativamente fácil destruição da universidade.

O que a autora chama de "destruição", o ministro da Educação Gustavo Capanema (titular da pasta de 1934 a 1945) chamaria de incorporação à Faculdade Nacional de Filosofia, em 1939, já na vigência do Estado Novo.

Tanto na USP quanto na UDF, a preocupação com o desenvolvimento da pesquisa e dos chamados altos estudos é central. No caso da USP, esse objetivo aparece concentrado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de quem se esperava, como afirma Schwartzman (1979 apud MENDONÇA, 2000, p. 139), que contaminasse favoravelmente as demais (que eram pré-existentes), modificando-lhes o *espírito tradicional e bacharelesco*. Segundo Antunha (1974, p. 86-87),

É a peculiar concepção dos objetivos e das funções integradoras da Faculdade de Filosofia que dá ao modelo paulista a sua característica própria e inconfundível.

³ Esta associação entre universidade pública e a superação de uma ordem oligárquica estará no centro das considerações deste trabalho no que aqui se chamará de segunda fase da pesquisa.

Por sua vez, a UDF difere radicalmente em sua estrutura das universidades até então criadas no país. Nas suas cinco escolas — Escolas de Ciências, Educação, Economia e Direito, Filosofia e o Instituto de Artes —, propunha-se desenvolver de forma integrada o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.

Apesar das diferenças, a USP e a UDF traziam em comum as afinidades inovadoras com o Manifesto de 1932, do Movimento da Escola Nova. Em contraposição a tal espírito, o Estado Novo implantaria, em 1937, sob a condução do ministro da Educação Gustavo Capanema, a Universidade do Brasil, atual UFRJ. A UB, sediada no Rio de Janeiro e sucessora da Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, foi definida como universidade-padrão para as já existentes e as que viessem a ser instaladas.

Para vários autores, a implantação da Universidade do Brasil às custas da virtual extinção da Universidade do Distrito Federal e dos danos ao coração da USP (a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras), como reporta Mendonça (2000, p. 140), expressa um conflito claro. De um lado estava o Estado Novo empenhado em chamar para si a tutela sobre a educação superior e sobre o campo cultural em nível mais amplo. De outro, os segmentos da sociedade (basicamente, a chamada comunidade científica) que apostavam na universidade autônoma e "verdadeira" como instrumento de inserção do Brasil na modernidade.

O modelo da UB, segundo Mendonça (2000, p. 141), é o do conglomerado de escolas profissionalizantes, nas quais se incluía até mesmo a Faculdade de Filosofia, cuja missão prioritária era formar trabalhadores intelectuais para os quadros da burocracia estatal, nas áreas de educação e cultura e, particularmente, professores para o ensino secundário. A pesquisa, embora figurasse como mais um entre os objetivos da instituição, aparecia claramente como missão secundária.

2.3 Anos 50 e 60 – populismo e desenvolvimentismo

O populismo e o desenvolvimentismo, que tiveram forte penetração na sociedade brasileira nas décadas de 1950 e 1960, iriam condicionar tendências diferentes e algumas vezes contraditórias para o desenvolvimento do ensino superior no período. Cunha (1983 apud MENDONÇA, 2000, p.141) reporta que, sob o impacto do populismo, o ensino superior sofreu forte expansão no Brasil. O número de universidades cresceu de cinco, em 1945, para 37, em 1964 (multiplicando-se por sete). No mesmo período, as instituições isoladas aumentaram de 293 para 564 (quase dobraram). Além do surgimento de universidades formadas pela agregação de escolas profissionalizantes, como as nove universidades católicas que se constituíram, houve, na maioria dos casos, a federalização de faculdades estaduais ou particulares. A maioria das universidades federais de hoje tem sua origem nesse processo (MENDONÇA 2000, p. 142).

A taxa de crescimento no número de estudantes matriculados no ensino superior foi de 236,7% de 1945 a 1964, com média anual de crescimento na ordem de 12,5%. Isto representou um impulso significativo, especialmente se for considerada a taxa anual de crescimento de matrículas no período de 1932 a 1945, que foi de 2,4%.

Cunha (1983 apud MENDONÇA, 2000, p. 141) associa essa expansão ao aumento da demanda ocasionado por uma conjunção de fatores: a pressão das camadas médias empenhadas em abrir canais de ascensão social; a ampliação do ensino médio público; e o processo de equivalência dos cursos técnicos ao curso secundário, iniciado nos anos 50 e culminando com a Lei de Diretrizes e Bases de

1961. Esse aumento da demanda estaria na origem do problema dos *excedentes*, crucial para a Reforma Universitária de 1968. Os chamados excedentes eram os candidatos aprovados em vestibular, mas não classificados devido à limitação no número de vagas.

Por outro lado, o paradigma até então vigente para o ensino superior começava a ser posto em questão, sob o influxo do desenvolvimentismo que viria a alimentar as propostas de modernização desse nível de ensino, visando adequá-lo às necessidades do desenvolvimento econômico e social do país. Como reporta Mendonça (2000, p. 142), este contexto vai condicionar não apenas o debate sobre a reforma universitária após o fim do Estado Novo, como também algumas iniciativas concretas no âmbito do ensino superior. Uma delas foi a criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), em 1947, no Rio de Janeiro, depois (1950) transferido para São José dos Campos (SP). Entre as inovações do ITA, Cunha (1983, p. 154-155) enumera as seguintes: (I) os professores não ocupavam cátedras vitalícias, mas eram escolhidos pela congregação através do exame dos seus currículos e contratados pela legislação trabalhista, a qual possibilitava seu desligamento por incapacidade ou ineficiência; (II) a organização era departamental, reunindo professores e auxiliares técnicos e administrativos, bem como recursos materiais para as atividades de ensino e pesquisa em um campo profissional ou assuntos afins, substituindo, assim, a cátedra como unidade básica do ensino superior; (III) as cinco séries do curso estavam divididas em uma parte “fundamental”, de dois anos, e uma parte “profissional”, de três anos, onde se concentravam as disciplinas que levavam às especializações. Estas e outras características, não encontráveis nas demais escolas superiores dos anos 40 e 50, levaram Tolle (1965 apud CUNHA, 1983, p. 155) a afirmar que “a reforma

universitária brasileira pôde ter no Instituto Tecnológico da Aeronáutica o modelo de uma experiência bem-sucedida".

No entanto, a disseminação destes padrões pelo conjunto das universidades brasileiras enfrentou o conservadorismo dos catedráticos e das congregações das universidades públicas, ampliadas com o processo de federalização de faculdades isoladas. Segundo Gusso, Córdova e Luno (1985 apud MENDONÇA, 2000, p. 143), os postos de maior poder, na universidade e no âmbito governamental, continuavam nas mãos dos mesmos grupos que haviam concebido e executado as políticas educacionais do Estado Novo. A situação era tal que "os órgãos centrais do governo se colocariam sistematicamente contra mudanças mais profundas nas estruturas do ensino superior" (GUSSO, CÓRDOVA E LUNO, 1985, p. 125).

Dois novos atores sociais viriam se somar ao Estado (este, longe de ser tomado como um ator monolítico) nas discussões em torno da questão universitária no Brasil: o movimento estudantil, personificado na União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em 1938, e a comunidade científica organizada através da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), instituída dez anos depois.

Neste ambiente de discussões, as mudanças começaram a ocorrer. No segundo governo Vargas, o avanço da industrialização favoreceu a que o governo se sensibilizasse para a necessidade de formação de pessoal técnico de alto nível, o que Gusso, Córdova e Luna (1985 apud MENDONÇA, 2000, p. 143) qualificam como postura utilitária ou imediatista. Por outro lado, lideranças da comunidade científica não cessavam de reivindicar uma reforma mais profunda na universidade brasileira, que permitisse melhorar as condições de trabalho e vislumbrar um

desenvolvimento científico mais sólido e autônomo a médio e longo prazos, como reporta Mendonça (2000, p. 143).

A disputa entre estas duas tendências, que se filiavam a visões díspares sobre o tema mais geral do modelo de desenvolvimento para o país, se manifestaria concretamente nas políticas praticadas por diferentes órgãos governamentais (e isto ilustra o fato de que o Estado não pode ser tomado como ator monolítico). O CNPq, por exemplo, foi criado em 1951 tendo como um de seus objetivos a promoção da segurança e do desenvolvimento. Mas isto era concebido ora numa perspectiva autonomista (de rompimento dos laços de dependência do país frente ao centro capitalista), ora numa perspectiva de reforço destes laços (reeditados sob forma modernizada), conforme relata Cunha (1983, p. 156).

Para Cunha (1983, p. 158-159), o principal efeito do CNPq na modernização do ensino superior no Brasil talvez tenha sido indireto, produzido pelas centenas de professores bolsistas que, de volta às suas universidades, procuravam reproduzir nelas a organização da atividade acadêmica, quando não a temática e a metodologia vigentes nas universidades dos países onde estudaram, particularmente dos EUA. O mesmo efeito teria sido produzido pela instituição da Capes (Campanha Nacional de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior), também em 1951, por obra de Anísio Teixeira. A Capes investia na formação dos quadros universitários através da concessão de bolsas no país e no exterior.

As iniciativas dos cientistas brasileiros voltadas para a criação de condições para o seu trabalho não ficaram confinadas à área governamental. Dada a rigidez das universidades oficiais, pesquisadores procuravam desenvolver em instituições privadas o que as públicas pretendiam, mas não conseguiam. Foi o que aconteceu com físicos e matemáticos do Rio de Janeiro, que criaram, em 1949, o Centro

Brasileiro de Pesquisas Físicas, como instituição privada, sob a liderança intelectual de Cesar Lattes e José Leite Lopes, com o intuito de fazerem fora da universidade o que lá era frustrado. O CBPF começou a funcionar com recursos de dotações públicas, de pessoas particulares e da Confederação Nacional da Indústria (CUNHA, 1983, p. 159). Em poucos anos, tornou-se o principal centro de pesquisas físicas do país, reunindo o maior número de físicos teóricos da América Latina (SANT'ANNA, 1978, p. 80-81).

Como se vê, a comunidade científica brasileira crescera e desenvolvera sua organização, adquirindo maior articulação política, principalmente com a criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1948, e do próprio CBPF, em 1949. No âmbito da SBPC, desenvolvera-se uma vertente de pensamento mais politizada, que empunhava a bandeira da reforma global da universidade. Foi esse grupo que se articulou junto a Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira em torno do projeto da Universidade de Brasília.

2.4 A Universidade de Brasília (UnB)

A Universidade de Brasília interessa particularmente a este trabalho por ter constituído um parâmetro fundamental para o Plano Orientador da Uenf. Sob a inspiração de Darcy Ribeiro, a UnB constituiu um marco na modernização do ensino superior no Brasil, destacando-se as seguintes inovações: a estruturação por departamentos, e não por cátedras (que deixaram de ser entendidas como cargo para se transformarem em grau universitário); a contratação de professores pela

legislação trabalhista; e a abertura de maiores espaços à participação de professores e estudantes na gestão universitária.

Segundo Cunha (1983, p. 172), a Universidade de Brasília foi organizada do ponto de vista administrativo-pedagógico como um conjunto de institutos centrais, faculdades e unidades complementares (biblioteca, rádio, editora, museu, estádio, Centro Militar, Instituto de Teologia Católica, Centro de Estudos do Português do Brasil, Centro Brasileiro de Estudos Portugueses). Tanto os institutos centrais quanto as faculdades eram compostos por departamentos. Aos institutos centrais (de artes, biologia, ciências humanas, física, geociências, letras, matemática e química) caberia o ensino introdutório de dois a três anos. A idéia era que tais estudos permitissem aos estudantes confirmar ou alterar as escolhas de carreira, evitando opções prévias definitivas⁴. Após o ensino introdutório, os estudantes teriam sua formação completada pelo ensino especializado das faculdades (de arquitetura e urbanismo; ciências agrárias; ciências políticas e sociais; educação; ciências médicas; e tecnologia).

Os institutos centrais também ofereceriam ensino complementar para formação de pesquisadores e ensino de pós-graduação. Os departamentos reuniriam professores especializados em um mesmo campo do saber. Instituiu-se o sistema de créditos, pelo qual os estudantes colecionariam os créditos conferidos pelas disciplinas de diversos departamentos, de institutos centrais e faculdades, sem que fossem obrigados a um percurso previamente traçado pela rotina do regime seriado.

Os professores seriam contratados pela legislação trabalhista, a exemplo do que se definira para o ITA. Embora a Constituição ainda previsse a existência de catedráticos para cada cadeira/matéria, essa exigência foi contornada por uma

⁴ Experiência semelhante vigorou nos primeiros anos da Uenf, chamando-se, então, Ciclo Básico Comum.

habilidosa leitura do texto constitucional. A cátedra deixou de ser entendida como *cargo* para se constituir num *grau universitário*, como o doutorado e a livre-docência. A carreira docente admitia os degraus de professor-assistente, para mestres com o prazo de três anos para obterem o doutorado; de professor associado, para doutores; e de professor titular. No início, o corpo docente da universidade foi formado por professores recrutados nas grandes universidades do país e do exterior, integrando, inicialmente, os departamentos dos institutos centrais, onde lecionavam, preferentemente, em cursos de pós-graduação. Os estudantes desses cursos, chamados instrutores, reforçavam o corpo docente das disciplinas introdutórias aos cursos de graduação. A contratação de professores era feita por indicação dos departamentos, ou dos conselhos departamentais, conforme o caso. Segundo Cunha (1983, p. 174), o procedimento era inédito no ensino superior da época.

Havia os estudantes *regulares* e os *especiais*. Os primeiros, selecionados em exames vestibulares realizados em diversos pontos do território nacional, como os do ITA, visavam obter um grau universitário de graduação (bacharelado, licenciatura ou título profissional) ou de pós-graduação (mestrado ou doutorado). Além de testes vocacionais e de aptidão, o exame vestibular propiciaria um diagnóstico das eventuais deficiências de formação dos candidatos. Poderiam ser aprovados e matriculados candidatos com deficiência em disciplinas não fundamentais à carreira pretendida. Neste caso, eles deveriam se matricular em disciplinas de "recuperação", de cujo desempenho dependia o cancelamento ou renovação da matrícula na universidade. Os estudos não seriam gratuitos, mas os estudantes poderiam receber bolsas cobrindo as despesas com alojamento e alimentação, completadas por pagamento em dinheiro, em troca de conservação de equipamento, catalogação e outros.

Já os estudantes *especiais* — aos quais se reservariam 10% das vagas disponíveis — não perseguiriam graus universitários nem seriam selecionados por exames vestibulares. Seriam os que procurassem o ensino de disciplinas específicas, sem necessidade de comprovação de escolaridade anterior. A exigência básica era a de terem os conhecimentos necessários para o estudo de cada disciplina pretendida.

A existência dos estudantes especiais era vista como uma maneira de contornar os efeitos discriminatórios do sistema de ensino, na medida em que o conhecimento obtido por vias não escolares passava a ser reconhecido pela universidade como bastante para o estudo das disciplinas por ela oferecidas. Essa possibilidade suscitou reações, mas, na prática, Cunha (1983, p. 175) viu razões para supor que essa inovação não alteraria os mecanismos discriminatórios existentes. Primeiro porque os estudantes não escolarizados dificilmente poderiam apresentar desempenho comparável ao dos regulares, com quem estudavam, sendo avaliados pelos mesmos critérios. Segundo porque a porta entreaberta para os estudantes especiais não lhes permitiria obter graus universitários nem mesmo se, por hipótese, viessem a colecionar todos os créditos necessários para tal.

Na distribuição interna de poder, a UnB também se diferenciou das demais instituições de ensino superior, abrindo maiores espaços à participação de professores e estudantes. Como relata Cunha (1983, p. 175), o poder formal na Universidade estava dividido entre órgãos normativos, órgãos de coordenação e órgãos de direção.

O reitor era eleito dentre os membros do conselho diretor, e o vice-reitor, escolhido sem essa restrição. O conselho diretor teve seus primeiros seis membros escolhidos pelo presidente da República, sendo renovado, posteriormente, mediante

escolha do presidente da República com base em lista tríplice elaborada por seus próprios membros.

O conselho diretor elegia o presidente da Fundação Universidade de Brasília que era, também, o reitor da universidade propriamente dita⁵. O presidente/reitor tinha, entre outros, o poder de contratar e demitir funcionários, de vetar as resoluções de quaisquer órgãos da universidade, *ad referendum* do conselho diretor. Era ele quem exercia o "poder disciplinar", de modo a manter "a ordem e a disciplina" na universidade.

O conselho universitário encimava todos os órgãos normativos, de coordenação, direção e supervisão, como a instância suprema em matéria didática, técnico-científica, acadêmica e disciplinar. A ele competia inclusive aprovar os estatutos dos centros acadêmicos e do diretório central dos estudantes.

Para Cunha (1983, 177), a distribuição do poder na Universidade de Brasília, ao menos pelo exposto nos textos legais dos seus primeiros anos de vida, sugere ter existido uma estrutura dual. A primeira parte, constituída pelo conselho diretor, pelo reitor e vice-reitor, obtinha seu poder do presidente da República, embora o mecanismo de cooptação para a renovação do conselho diretor pudesse vir a trazer, com o tempo, maior independência da administração superior. A segunda parte, formada pela congregação de carreira, pela câmara dos deanos, pela câmara dos diretores, pelas comissões diretivas, pelos conselhos departamentais e seus componentes, isoladamente, obtinha seu poder junto aos professores⁶. Eram eles

⁵ Ao prever, no Plano Orientador da Uenf, uma figura específica (que não a do reitor) para presidir a fundação mantenedora da Universidade, Darcy Ribeiro apresentava a medida como um avanço em relação "às ambigüidades" do projeto da UnB. Mas os conflitos entre Uenf e mantenedora levariam à superação deste modelo em outubro de 2001, quando as duas entidades se desvincularam, e a competência do reitor para a gestão financeira foi estabelecida por lei.

⁶ Algo deste caráter dual também pôde ser observado na Uenf pelo menos no período 1999/2001, quando o reitor, eleito pela comunidade universitária, conviveu com o(a) presidente da mantenedora, indicado(a) pelo governo do Estado. No entanto, tratou-se de uma dualidade nitidamente pendente para o lado do governo, dada a amplitude do poder da fundação mantenedora.

que indicavam seus colegas, elegiam os chefes de departamento e, por via indireta, chegavam a determinar a escolha dos coordenadores gerais. O conselho universitário era a instância onde se encontravam ambas as partes, tendo a segunda parte, a sustentada pelos docentes, a maioria dos cargos.

A participação dos estudantes era sensivelmente maior do que nas demais instituições de ensino superior, propiciada pela proliferação de órgãos colegiados. No entanto, como nas demais instituições, o número de representantes dos estudantes em cada órgão colegiado era insuficiente para que sua participação chegasse a alterar o rumo das coisas. Por fim, como previa o Estatuto das Universidades Brasileiras, os estatutos dos centros acadêmicos deveriam ser aprovados pelo conselho universitário.

Em suma, conclui Cunha (1983, p. 178):

Tudo pesado e feitas as contas, parece que a complicada estrutura de poder da Universidade de Brasília correspondia às demandas dos professores/pesquisadores de modernizarem suas condições de trabalho, conforme o paradigma norte-americano, mas resguardando-se do arbítrio governamental, cuja memória, do tempo do Estado Novo, permanecia viva para muitos.

2.5 A Reforma Universitária de 1968

A Lei 5.540, de agosto de 1968, extinguiu as cátedras e implantou o regime de departamentos e a divisão dos cursos de graduação entre o ciclo básico e o profissionalizante, com o surgimento dos colegiados de cursos, como relata Cunha (1999, p. 138). O documento legal incorporou, portanto, traços inovadores experimentados pela UnB e pelo ITA, mas sua vigência se iniciou num momento de acirramento da ditadura militar, cujo primeiro impacto sobre os rumos da

universidade brasileira foi o de conter o debate que se travava no momento anterior, e isto através da violência nos *campi*, expurgo de docentes, repressão e desarticulação do movimento estudantil (MENDONÇA, 2000, p. 147). Segundo esta autora, não era mais possível ao governo conter o processo de transformação da universidade, seja pela pressão exercida pelas classes médias — ávidas pela elevação na oferta de vagas —, seja pelas próprias necessidades do projeto de modernização econômica que se pretendia implantar no país.

A expansão do ensino superior após a reforma de 1968 se deu sobretudo por duas vias: a ampliação do número de vagas nas universidades públicas e o estímulo ao crescimento da oferta privada (MENDONÇA, 2000, p. 148) através das instituições isoladas. Entre 1968 e 1974, as matrículas nas universidades passaram de 158,1 mil para 392,6 mil, enquanto nas instituições isoladas (das quais 75% eram privadas) as matrículas saltaram de 120,2 mil para 504,6 mil. Mendonça (2000, p. 148) enxerga no fenômeno o surgimento de uma dualidade marcada não pela oposição entre o conhecimento universal e o especializado, mas sim pelo contraste entre os diferentes níveis de qualidade de ensino. Semelhante consideração faz Cunha (1999b, p. 55) ao identificar, mais recentemente, uma convergência entre "produtivistas" do setor público e "moralistas" do setor privado, sugerindo que a principal delimitação já não seria aquela entre o estatal e o privado, mas sim a que demarca "a diferença específica entre a excelência e a mediocridade".

Na esfera pública, esta diferenciação interna do sistema se acentuou na década de 1990 com o crescimento de faculdades e universidades estaduais e municipais. Fora da esfera pública, o fenômeno se traduz na transformação de grande número de escolas isoladas em universidades e no surgimento das universidades comunitárias ou confessionais, que buscam se distinguir das instituições ditas

lucrativas, reivindicando, inclusive, o direito ao financiamento público (MENDONÇA, 2000, p. 148).

2.6 Questões atuais

No decorrer da década de 1990, outras questões sobre o papel da universidade brasileira ganhariam fôlego. Uma delas diz respeito às visões díspares sobre a universidade latino-americana disseminadas, por um lado, pela Unesco e, por outro, pelo Banco Mundial. Trindade (1999, p. 119) observa a diferença central entre as duas concepções: para a primeira, o Estado tem um compromisso irrenunciável de investimento estratégico de longo prazo no ensino superior, enquanto a segunda encara o financiamento estatal das universidades como uma forma regressiva de distribuição de renda, favorecendo grupos de renda mais alta.

O pano de fundo dessa discussão é a aplicação ou não (ao caso da universidade) da política de privatização de bens públicos predominante no Brasil durante a década de 1990. Ristoff (1999, p. 57) rechaça os argumentos pró-privatização baseados no caso dos Estados Unidos. Diferentemente do Brasil, onde cerca de 75% dos estudantes de nível superior encontram-se matriculados em instituições privadas, nos EUA somente 3 milhões dos 14 milhões de universitários estão vinculados a instituições particulares. Ainda segundo Ristoff (1999b, p. 75), as instituições públicas americanas respondem por 78% da capacidade instalada do ensino superior no país. No que se refere ao financiamento da pesquisa, 60,4% dos

recursos são provenientes da União, 18,1% de recursos próprios, 7,5% dos governos estaduais e municipais, 6,8% da indústria e 7,85% de outras fontes.

O modelo inglês, que para alguns seria boa fonte de inspiração para o Brasil, é ilustrativo para o debate sobre o público e o privado. Segundo Sguissardi (1999, p. 113), o sistema de ensino superior inglês é totalmente formado por instituições privadas, que, no entanto, têm em torno de 80% dos seus orçamentos financiados pelo Estado. Chauí (1999, p. 217) diz que o balizamento pelas normas do mercado destrói a legitimidade da universidade moderna, fundada na conquista da idéia de autonomia frente à religião e ao Estado. E denuncia um movimento de transformação da universidade de uma “instituição” em uma “organização” — enquanto a instituição social aspira à universalidade e tem a sociedade como seu princípio e referência normativa e valorativa, a organização tem a si mesma como referência (CHAUI, 1999, p 219).

A cultura de avaliação que se introduziu na década de 1990, sobretudo com o controvertido Exame Nacional de Cursos (Provão) — ora em substituição por um mecanismo de menor abrangência —, é outro item relevante da agenda da reforma universitária brasileira. Dias Sobrinho (1999, p. 64) critica o que chama de avaliação “eficientista”, baseada na relação entre custos e rendimentos e focada na busca do aumento no número de produtos, na racionalização de gastos e na otimização de custos operacionais, numa perspectiva de racionalidade mercadológica de mais curto prazo. Conforme a concepção que se tenha de “eficiência” e “qualidade” no ensino, pode-se chegar a concepções distintas de universidade (DIAS SOBRINHO, 1999b, p. 150).

O problema do financiamento das universidades públicas, central para a operacionalização do princípio constitucional da autonomia de gestão financeira, é

outro tópico importante. Trindade (1999, p. 21) realça o contraste entre cientistas que dependem crescentemente de recursos públicos, mas não querem a interferência do governo, e governos que querem orientar a pesquisa para setores economicamente mais promissores. Amaral (1999, p. 196) reporta que os gastos com pagamento de pessoal têm crescido e chegaram a atingir 94% do total dos recursos repassados pelo Tesouro público. Entre 1995 e 1999, houve uma queda no percentual do PIB gasto com as instituições públicas de ensino superior: de 0,79% para 0,61%. Contrariamente a isto, aponta-se para um aumento da eficiência global do sistema federal de ensino superior em termos do crescimento expressivo do número de estudantes de graduação e de pós-graduação e de teses e dissertações concluídas.

Do ponto de vista da discussão geral sobre a universidade no Brasil, é neste cenário que se tem dado a interação entre a Uenf e a sociedade de Campos — experiência da qual se tratará na etnografia que compõe o corpo deste trabalho. Antes, porém, será preciso apresentar ao leitor traços fundamentais da história e da cultura de Campos e características da Universidade Estadual do Norte Fluminense.

3 Campos dos Goytacazes – aspectos históricos

O município que sedia a Uenf — Campos dos Goytacazes, o mais extenso do Estado do Rio, atualmente com 4.040 quilômetros quadrados (CIDE, 2002, consulta em 22/09/04) — é caracterizado por uma densa identidade histórica e cultural. Na construção desta identidade exerce papel central a peculiar articulação entre os ideais de modernidade e de tradição, que conviveram e se articularam durante o período de forte desenvolvimento econômico e social ancorado pela economia do açúcar, no final do século XIX e início do XX. As principais fontes para esta breve reconstituição são Alves (1995), Lima (1981), Peixoto Faria (1998), Pinto (1985), Sousa (1985) e o já referido Projeto Memorial do Norte Fluminense – Solar da Baronesa (2002).

O primeiro movimento colonizador da região se deu através da criação de gado, cujo marco inicial se situa no ano de 1633, quando chegaram as primeiras cabeças e foi levantado o primeiro curral, em Campo Limpo, ao norte da Lagoa Feia. Em meados do século XVIII, a região já exportava para o Rio de Janeiro 15.600 cabeças de gado *vacum* e 3.000 cabeças de eqüinos (PROJETO..., 2002, p. 15). Mas foi através da agroindústria açucareira, que assumiria a condição de principal atividade econômica regional em fins do século XVII, que Campos experimentou o agudo surto de desenvolvimento verificado do final do século XIX até meados do século XX. Lamego Filho (1974 apud PROJETO..., 2002, p. 16) destaca três períodos na história do açúcar em Campos: 1750-1830, período dos engenhos de tração animal; 1830-1880, período dos engenhos a vapor; e a partir de 1880, caracterizado pelas usinas.

A valorização do açúcar no mercado internacional trouxe a Campos uma fase de euforia no início do século XX, que se refletiu num processo destacado de urbanização que já se tinha iniciado no século XIX. Em 1880, a cidade de Campos já possuía 130 casas de secos e molhados, 33 lojas de fazendas, uma fábrica de cervejas, 11 hospedarias, 21 açougues, 12 padarias, cinco relojarias, quatro lojas de ourives, seis oficinas de alfaiates, duas chapelarias, cinco charutarias, três oficinas de fogos de artifícios, dois fotógrafos, três fábricas de fundição mecânica e cinco serrarias, entre manuais e a vapor (ALVES, 1995, p. 30).⁷

A dinâmica da produção açucareira impulsionava a mecanização e a entrada de novos capitais. Novas firmas comerciais se instalaram na cidade para atender à demanda do mercado (PROJETO..., 2002, p. 31). Bancos e companhias de seguro (Banco de Campos, Banco Comercial e Hypothecario de Campos, Caixa Econômica, Cia. de Seguros Marítimos e Terrestres São Salvador, Cia. de Seguros Perseverança, Cia. de Melhoramentos Urbanos de Campos) se instalaram na cidade. Descrevendo o ambiente urbano de Campos, Sousa (1985, p. 18) registra que as linhas de bondes percorriam as principais ruas da cidade, partindo da Praça São Salvador:

A linha da rua do Rosário, no trecho entre a Igreja e a Beira-Rio, era o “ponto obrigatório”; lá é que estavam as lojas de gente chique, sobressaindo a casa de João Vigné, um francês de apurado gosto em matéria de modas e que importava para Campos as novidades de Paris; o Arthez, outro expositor das últimas criações parisienses. Não eram somente a seda, os rendados e as lãs finas que atraíam para a Rua do Rosário aquela gente de bom tom; era também a loja do Borges. A Treze de Maio era uma beleza só, principalmente do Boulevard do Comércio para a Beira-Rio. Tínhamos, ali, a loja de ferragens do Sr. Sampaio Ferreira e Comp., instalada num sobrado sólido e elegante, competindo em conforto e gosto com os melhores armazéns do Rio de Janeiro [...]

Junto à expansão dos negócios, a cidade passava a dispor de um amplo

⁷ Sobre a construção em Campos da cidade moderna, ver também PEIXOTO FARIA, T. de J. (1998) Campos dos Goytacazes. *Resources et virtualités d'une ville brésilienne: données de l'histoire*. Tese de Doutorado. Paris: EHESS

leque de serviços, como o abastecimento de água potável e esgotos subterrâneos, correios e telégrafos, companhias de bondes. No final do século XIX, contava a cidade com serviços de iluminação a gás por meio da Campos Gaz Company e, em 1883, de iluminação pública a eletricidade, constituindo-se na primeira cidade da América Latina a usufruir tal benefício (PROJETO..., 2002, p. 31). As intervenções no espaço urbano eram freqüentes, no sentido de imprimir na cidade os símbolos do progresso e civilização, sobretudo a partir das noções de higiene e saneamento. Da década de 1920 até a de 1940, verifica-se um período ímpar da urbanização de Campos, expresso por uma imagem de modernidade identificada com as grandes metrópoles brasileiras e européias.

Os símbolos de modernidade não eram apenas de ordem monumental, mas também penetravam a esfera dos costumes, das artes, da música, da literatura, enfim, das manifestações artístico-culturais. O teatro é um exemplo deste fenômeno. Já em 1833 funcionava na Vila de São Salvador o Teatro Campista, depois restaurado e chamado Feliz Esperança, tendo funcionado até 1845. Foi desta época a construção dos teatros São Salvador (em 1845), Emyreio (em 1874), Moulin Rouge (em 1904), Orion (em 1913) e, marcadamente, Trianon (em 1921). Dotado de condições para abrigar espetáculos de óperas, operetas, balé, concertos e até orquestra sinfônica, o Trianon funcionou até 1976, quando foi demolido para dar lugar à agência central do banco Bradesco. Sua destruição causaria comoção na cidade e se tornaria possivelmente o mais vigoroso símbolo da perplexidade do campista frente à decadência socioeconômica e cultural experimentada pela cidade⁸ nas últimas décadas do século XX (decadência da qual se tratará adiante). A

⁸ O anedotário da decadência cultural de Campos inclui o seguinte comentário atribuído à cantora Ângela Ro Ro, a propósito do Teatro de Bolso, pequena casa inaugurada na década de 1960 graças à mobilização da classe artística campista: “Este teatro deve ser o maior da América Latina, pois não enche nunca!”

vitalidade da lembrança do Trianon no imaginário coletivo campista foi de tal ordem, que a construção de um “novo Trianon” foi uma das propostas de maior apelo do grupo político instalado no poder municipal em 1989 — proposta afinal materializada em 1998, quando foi inaugurado o atual Teatro Municipal Trianon, com auditório de mais de 900 lugares.

Semelhante efervescência cultural se verificou na música (mediante a fundação de bandas e das lyras de Apolo, Guarani, Conspiradora, Operários Campistas), nas letras e na pintura⁹. Na educação, um marco deste movimento foi a fundação do Liceu de Humanidades de Campos, aos 22 de novembro de 1880, seguindo a trilha da Escola Normal da Corte e da Escola Normal de Niterói (MARTINEZ e BOYNARD, 2004, p. 13-52). Tendo sido amplamente reivindicado pela população local e equiparado, em 1901, ao Colégio Pedro II, o Liceu se constituía como uma espécie de pólo educacional e intelectual da região Norte Fluminense, cumprindo um papel semelhante ao projetado para a Uenf um século mais tarde¹⁰

O desenvolvimento da economia do açúcar, no século XIX, alimentou o processo de urbanização e modernização experimentado por Campos. Mas a expansão dos engenhos trouxe também a intensificação do tráfico de escravos africanos para a região, fazendo com que Campos concentrasse o maior número de escravos de toda a província (LIMA, 1981, p. 87) e se constituísse no terceiro maior consumidor de mão-de-obra negra do Brasil (PROJETO..., 2002, p. 13). Este fato caracteriza o paradoxo do avanço modernizador de Campos: a cidade que, na

⁹ Especificamente sobre a música em Campos, consultar RANGEL JUNIOR, Vicente Marins (1992). Recortes da memória musical de Campos – 1839-1965: subsídios musicais para a construção de uma história da cultura campista. Itaperuna (RJ): Damadá Artes Gráficas

¹⁰ A respeito do Liceu, consultar também FAGUNDES, Pedro Ernesto. (2004) “A reconstrução da nacionalidade: uma análise do Liceu de Humanidades de Campos – 1931/1942”. Dissertação de mestrado. Campos dos Goytacazes: Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais / Uenf.

segunda metade do século XIX, detinha tais características modernas também possuía 36% de sua população formada por escravos. Um eco deste paradoxo poderia ser encontrado nas reformas urbanas empreendidas em Campos no século XX. Segundo estudos coordenados por Peixoto Faria, vários aspectos dessas reformas estariam diretamente relacionados com a produção de processos excludentes de divisão entre grupos sociais e de segregação espacial da população pobre¹¹.

Campos foi marcadamente uma terra de escravos e um lugar de forte movimento abolicionista. A primeira sociedade emancipadora de Campos foi fundada em 1870, pelo médico Miguel Antônio Herédia de Sá, considerado o precursor do abolicionismo na região. Também é de Campos um dos nomes mais importantes do abolicionismo no Brasil: o jornalista, orador, escritor e membro fundador da Academia Brasileira de Letras José do Patrocínio, nascido aos 9 de outubro de 1853, filho da escrava alforriada Justina Maria do Espírito Santo e do cônego João Carlos Monteiro (PINTO, 2003, p. 28). Mesmo antes da intervenção dos abolicionistas, Campos foi considerado um dos grandes focos da rebeldia negra no Império (LIMA, 1981, p 87).

Os traços de modernidade inseridos na sociabilidade campista traduzem a busca das elites locais de ingressarem neste novo tempo, marcando o espaço urbano e as atividades nele desenvolvidas. Mas caberia perguntar de que “elites” se está tratando. Os protagonistas deste conjunto de transformações seriam os comerciantes e industriais? Ou os fazendeiros? Ou ainda os donos das usinas e engenhos? Acaso seriam os profissionais liberais? Não será seguro marcar tais distinções de forma categórica, tendo em vista o “entrelaçamento” entre os mundos

¹¹ A respeito, consultar POHLMANN, Maria Alice Ribeiro de Oliveira (2003). O discurso higienista na construção da cidade moderna: o papel da revista “Aurora – Letras - Artes – Sciencia” Dissertação de mestrado em Políticas Sociais. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

do comércio e da agricultura em Campos (ALVES, 1995, p. 40) e a assimilação dos ideais de nobreza por parte da ascendente burguesia ligada ao açúcar. Veja-se o que informa Pinto (1995, p. 97), a propósito dos senhores de engenho de segunda geração (período dos engenhos a vapor, sucessores dos engenhos a tração animal):

Passaram a se interessar em morar em residências solarengas, cercados de conforto, e até mesmo um certo bem-estar. Viajavam, na medida do possível, até o Rio de Janeiro, de onde importavam hábitos e certos costumes. Passou a haver na região um novo surto civilizador, que com o tempo foi definindo uma maneira fidalga no receber e no oferecer recepções.

Na mesma linha, Alves (1995, p. 48) sustenta que o protagonismo dos atores urbanos não permite supor o abandono ou a rejeição dos símbolos da tradição, “representada pela opulência e sociabilidade da ‘nobre estirpe familiar’”.

A representatividade política de Campos durante o Império e a Primeira República pode ser medida pela presença de deputados e senadores oriundos do município. O mais expressivo exemplo desta época é a figura de Nilo Peçanha (1867-1924), vice-presidente da República, que se tornou presidente no período 1909-1910, com a morte do titular Afonso Pena.

Nesse período “áureo”, em que a afirmação da modernidade não significa o desprezo pela tradição, parece estar situado o referencial ao qual sucessivas gerações de campistas se reportam para criar e sustentar uma identidade tão forte, particular e de grande densidade simbólica. Trata-se de um traço cultural cuja compreensão é vital para a leitura da etnografia da relação entre a coletividade de “estrangeiros” da Uenf e a sociedade de Campos. Como escreve Alves (1995, p. 49):

Interrogado sobre onde reside, o habitante de Campos, tanto no passado quanto hoje, responde — sou campista. Não lhe é admissível aceitar a expressão — sou fluminense, como o ser mineiro, baiano.

Assim, o bairrismo acentuado do campista se apresenta como característica que atravessa gerações, como bem ilustra, na dedicatória do livro “Subsídios para a história do jornalismo em Campos”, publicado em 1927, o autor Theophilo Guimarães: “À cidade de Campos dos Goytacazes, sempre amada terra onde morreram meus *paes* e nasceram meus filhos, de todo o coração”.

As entrevistas realizadas junto a jornalistas campistas para compor os dados deste trabalho reforçam a atualidade do mesmo traço cultural. O jornalista Chico de Aguiar, por exemplo, se reporta a uma “ vaidade ” campista que permitia à cidade disputar a primazia com Niterói, a ponto de, em certa época, ter havido um movimento para trazer para o Norte Fluminense a capital do antigo Estado do Rio. A comparação com Niterói também é evocada pelo jornalista Aluysio Balbi. Ele lembra que, embora a antiga capital fluminense tenha traços metropolitanos muito mais acentuados do que Campos, foi o ex-prefeito campista Anthony Garotinho quem, disputando com o de Niterói, Jorge Roberto da Silveira, tornou-se governador do Estado em 1999¹². Além de realçar os seguidos destaques do Americano Futebol Clube no Campeonato Estadual do Rio de Janeiro e de rechaçar a possibilidade de Macaé rivalizar com Campos (embora aquele município experimente desde os anos 70 forte surto de desenvolvimento graças à presença da Petrobras com todo o seu aparato), Balbi enumera símbolos de um certo caráter superior da condição campista, entre os quais inclui a própria Uenf:

A Uenf é um *plus* que Campos precisava. Mudou muita coisa. Nessa década aí, a cidade ganhou ... porque Campos, se for ver [...] Campos sempre teve tudo de uma cidade grande. Você vê que poucos lugares no Brasil têm jôquei como a gente tem. São Paulo tem um jôquei-clube, tem o

¹² Após mandatos executivos municipais bem avaliados pelo eleitorado em Campos e em Niterói, a partir do período 1989/1992, Anthony Garotinho e Jorge Roberto da Silveira almejaram disputar, pelo PDT de Leonel Brizola, o cargo de governador do Estado. Garotinho foi o escolhido pelo partido em 1994 e 1998, quando finalmente se elegeu. Em 2002, abrigado no PSB, Garotinho conseguiu fazer sucessora a esposa Rosinha Matheus, que disputou com o próprio Jorge Roberto, Benedita da Silva e Solange Amaral.

jóquei-clube da Gávea e o de Campos. Você vai em qualquer capital, e não tem um jóquei-clube como o de Campos. Na época do Drive-in, você tinha poucas cidades no Brasil que tinham aquela tela de cinema drive-in, né? Então Campos sempre... jornais, pô, o terceiro jornal mais antigo do país...

Em que pese toda a trajetória de prosperidade, o mundo do açúcar campista ruiu. Como reportam Alves e Lima (2003, p. 15), a conjuntura mundial que marcou os anos 30 do século XX afetou a agroindústria açucareira, acarretando inclusive a intervenção estatal no setor, através da criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1933. Na década de 40 São Paulo superaria a produção açucareira do Estado do Rio, que, dali em diante, perderia gradualmente suas posições para outras regiões. A situação da agroindústria sucro-alcooleira se agravou nas décadas seguintes, atingindo o ponto crítico nos anos 90.

Já em 1987, quando as usinas da região viviam às voltas com agudo processo de endividamento, o agravamento da situação econômica do país, com o fracasso do primeiro plano de estabilização econômica (o Plano Cruzado, que pretendeu, em 1986, estancar a alta inflação do período a partir do congelamento de preços e salários) e a volta da espiral inflacionária, levou o parque açucareiro a viver o início de seu “grande *débaçle*”, como informa Pinto (1995, p. 333). Cruz (2003) relata a mesma situação:

A produção de cana e açúcar, ao final da década de 90, realizada, agora, em usinas altamente tecnificadas, passou a ser metade da do auge, nos anos 80, ou seja, de quatro milhões e meio de toneladas de açúcar, contra quase dez milhões atingidos naquela década. O emprego no setor caiu, entre meados de 80 e 2001, de cerca de 50.000 para cerca de 15.000.

Como a agroindústria açucareira era a grande atividade primária e secundária do município, sua desarticulação traria impactos sobre toda a vida socioeconômica campista. Especialmente sobre o comércio em geral e sobre atividades mercantis ou de serviço diretamente vinculadas à economia do açúcar, como lojas de autopeças,

oficinas, fundições e outras. No final da década de 1980 e início da década de 1990, o campista convivia perplexo com uma estagnação que em nada condizia com o passado áureo construído com base na mesma cana-de-açúcar. A extração de petróleo na Bacia de Campos já estava ocorrendo desde meados da década de 1970, mas os maiores impactos eram verificados em Macaé, cidade-sede das instalações administrativas e operacionais da Petrobras. Os *royalties* do petróleo, que a partir de 1997 engordariam enormemente os orçamentos de Campos e municípios litorâneos do Norte Fluminense e Região dos Lagos, eram então um grande desejo frustrado. Como a legislação só admitia o pagamento da indenização pelo petróleo extraído em terra, Campos ficou cerca de uma década sem receber qualquer benefício direto pela exploração do petróleo na plataforma continental. Um projeto estendendo o pagamento aos municípios produtores de óleo em mar foi aprovado pelo Congresso Nacional no início dos anos 80, mas foi vetado pelo então general-presidente João Batista Figueiredo. Mais tarde (1985), a engenharia política que logrou aprovar a lei dos *royalties*, sob a iniciativa do senador Nelson Carneiro, criou critérios de distribuição dos recursos de tal forma elásticos, que o dinheiro era repassado para grande parte dos municípios do Estado do Rio, tornando pouco relevante a fatia destinada a cada prefeitura.

No campo político, o final da década de 80 (1988) trouxe como grande novidade a eleição para prefeito de Campos de um jovem radialista de origens esquerdistas. Anthony Matheus, o Garotinho, foi eleito pelo PDT de Leonel Brizola em aliança com o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Ao se contrapor à figura mais emblemática das elites políticas de então, o prefeito José Carlos Vieira Barbosa (Zezé Barbosa), do PMDB, Garotinho se apresentou como o candidato habilitado a “derrotar as oligarquias”. Em se considerando, em primeira análise, o crédito que o

eleitorado conferiu a suas propostas, dir-se-ia que a derrocada das elites ligadas à agroindústria sucro-alcooleira teve na eleição de Garotinho seu viés político-partidário. Depois de sua primeira eleição, Anthony Garotinho conseguiu eleger seu sucessor — Sérgio Mendes, em 1992 —, voltar ao governo municipal em 1996 e eleger o prefeito seguinte, Arnaldo Vianna, em 2000, instaurando um período de controle da política municipal que, ressalvados os rompimentos com Sérgio Mendes e Arnaldo Vianna, já dura 16 anos.

Para Alves e Lima (2003, p.15), as dificuldades econômicas afetaram a vida da cidade, inclusive no campo cultural, sem que, no entanto, Campos perdesse totalmente sua tradição intelectual. O anseio pela retomada do crescimento levava em conta não apenas o aspecto socioeconômico, mas também a vertente cultural. Segundo as autoras, tal desafio se colocava então em “novos patamares, através da ação de uma universidade que impulsionasse o desenvolvimento regional.”

4 Criação da Uenf – antecedentes imediatos

O sonho com uma universidade pública que resgatasse a tradição de pujança socioeconômica e cultural de Campos viria a desembocar na criação e instalação da Uenf, mas não de forma linear ou isenta de agudos conflitos. Para esta breve recapitulação, muito contribuíram o depoimento do entrevistado Mario Lopes Machado (ex-professor da Faculdade de Filosofia de Campos e indivíduo que participou ativamente do movimento coletivo que antecedeu a implantação da Uenf em Campos) e os registros do livro “Uenf, a Universidade do Terceiro Milênio – uma memória (1993-2003)”, de Heloíza de Cácia Manhães Alves e de Lana Lage da Gama Lima.

4.1 O movimento pró-Uenf

Por ocasião da elaboração da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, em 1989, um movimento liderado por estudantes de Campos conseguiu incluir nas Disposições Transitórias da Carta Magna estadual a previsão da instituição da Universidade Estadual do Norte Fluminense. O movimento, que angariou 4.431 assinaturas qualificadas em favor do projeto (ALVES e LIMA, 2003, p. 17), valeu-se do mecanismo de apresentação de propostas populares.

Pensava-se, então, na transformação de várias faculdades particulares existentes em Campos na nova universidade estadual. Ninguém imaginaria, em 1989, a

implantação de uma universidade com o perfil posteriormente definido para a Uenf, ou seja, o de uma universidade com ênfase na pesquisa e na pós-graduação, exigência de doutorado para todo o corpo docente e outros traços que a distinguem das faculdades até então existentes no município.

Incentivado por Carlos Roberto Alexandre, presidente da Associação os Docentes da Faculdade de Filosofia de Campos, o líder do Sindicato dos Professores de Campos Mário Lopes, também professor daquela instituição, iniciou, em 4 de abril de 1989, a Campanha Popular em Defesa da Universidade, visando a reunir pelo menos as 3 mil assinaturas exigidas pelas normas da Constituinte Estadual (ALVES e LIMA, 2003, p. 16). Já em 1987, dois anos antes, o anseio coletivo pela universidade tinha propiciado um seminário no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora reunindo nomes importantes do mundo acadêmico, como o então reitor da UFRJ, Horácio Macedo, e do universo político local, como suas duas maiores lideranças — o deputado federal Alair Ferreira, antigo militante da Arena e depois do PDS, e o prefeito José Carlos Vieira Barbosa, do PMDB, egresso do *Chaguismo*, a corrente política criada em torno do ex-governador Chagas Freitas. Daquele encontro surgiria um documento a ser enviado ao governador Moreira Franco solicitando a universidade (ALVES e LIMA, 2003, p. 16).

Este ambiente favoreceu a adesão de pessoas e instituições influentes da sociedade local, como o combativo Centro Norte Fluminense para a Conservação da Natureza (CNFCN), a Faculdade de Medicina e a própria Fundação Cultural de Campos, mantenedora das Faculdades de Filosofia, Direito e Odontologia. Em 1989, o prefeito de Campos era Anthony Garotinho, então no primeiro mandato executivo de sua carreira política. Segundo Alves e Lima, Garotinho pedia, através dos jornais, que a população prestigiasse o movimento assinando o documento.

O documento foi entregue dentro do prazo regulamentar e, com a interveniência do deputado estadual Godofredo da Silva Pinto, campista, foi marcada audiência com a Comissão de Constituição e Justiça, da qual fazia parte outro campista, Sérgio Diniz Nogueira, que ajudou a defender a proposta. Quem defendeu a proposta diante da Comissão, dispondo de apenas 15 minutos, foi o próprio Mário Lopes.

O sucesso inicial do movimento reivindicatório gerou, junto a uma parcela dos professores das faculdades de Campos, a firme expectativa de vir a integrar o quadro docente da nova universidade pública, como atesta Mário Lopes — em que pese já vigorar, na época, a exigência de concurso público para admissão à carreira do Estado. No entanto, o modelo posteriormente preconizado por Darcy Ribeiro excluiria de antemão a quase totalidade dos professores locais da possibilidade de integrar o corpo docente da Uenf, tendo em vista a titulação mínima exigida em nível de doutorado.

Antes, porém, da entrada em cena de Darcy Ribeiro, o sonho da Uenf mobilizou intensas energias dos campistas envolvidos na luta pela universidade. O desafio mais emergencial era cumprir o prazo prescrito pelas Disposições Transitórias da Constituição Estadual para que o artigo 49, que previa a criação da Uenf, fosse regulamentado. Caso o prazo não fosse cumprido, informa Mário Lopes, o cenário mais otimista era a implantação não de uma nova universidade, mas de um *campus* avançado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) na região.

Segundo Alves e Lima (2003, p. 19), a conjuntura política marcada pela proximidade das eleições de 1990 favoreceu as articulações que obtiveram do então governador Moreira Franco a iniciativa de propor à Assembléia Legislativa do Estado (Alerj) referida lei de regulamentação. O prazo de 180 dias venceria em abril de

1990, mas a lei 1.740, aprovada pela Alerj em 16 de outubro, seria sancionada pelo governador Moreira Franco aos 08 de novembro de 1990. Como lembra Mário Lopes, foi “uma lei de um artigo só: ‘Fica criada a Universidade Estadual do Norte Fluminense nos termos do Artigo 49 das Disposições Transitórias’ “

A cronologia do movimento pró-Uenf inclui ainda datas intermediárias importantes, como a de 27 de setembro de 1990, quando a assinatura do anteprojeto de lei de regulamentação foi solene e festivamente realizada pelo então governador Moreira Franco, no auditório do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Campos. No dia seguinte, pelo Decreto n.º 15.590, seria formalizada a Comissão Especial, destinada a realizar estudos preliminares para a implantação da Uenf, sob a presidência de Roberto di Biasi, representante do governo estadual. Como registram Alves e Lima (2003, p. 20-21), compunham a comissão os seguintes nomes: Maria Clara Mattoso Chagas Martins e Zuleima de Oliveira, pela Faculdade de Filosofia; Geraldo da Silva Venâncio e Oswaldo da Costa Cardoso de Melo, pela Faculdade de Medicina; Luiz César Henrique Lusitano e Rutilio Caldas Pessanha, pela Faculdade de Odontologia; e Levy Azevedo Quaresma e Aldano Sellos de Barros, pela Faculdade de Direito. Em dezembro desse mesmo ano (1990), a comissão encaminhava ao governador o estatuto da universidade. Finalmente em 27 de fevereiro de 1991 o Decreto 16.357 criava a Uenf e aprovava o seu estatuto.

Antes de deixar o governo estadual, Moreira Franco indicou o mesmo Roberto di Biasi como reitor *pro-tempore* da universidade e Levy Azevedo Quaresma como vice-reitor. Já durante os trabalhos da Comissão Especial, a atuação de Roberto di Biasi não agradara aos demais membros, como registra o depoimento de Zuleima Faria, tomado para efeitos deste trabalho. Segundo Alves e Lima (2003, p. 22), a nomeação de um reitor estranho à comunidade campista contrariou as expectativas

locais e provocou inflamados protestos, que levaram o diretor da Faculdade de Direito, Levy Quaresma, a retirar o seu nome. Os protestos chegaram a incluir um ato público, realizado em março de 1991, reunindo cerca de 2 mil campistas na Cinelândia, tradicional local de manifestações populares do Rio de Janeiro. Além de contestar a indicação do reitor, os manifestantes desejavam assegurar parcela dos *royalties* do petróleo para a universidade.

Mais tarde, no governo de Leonel Brizola, a lei 1.740, que regulamentava a criação da Uenf, seria revogada pela Lei 2.043, de 10 de dezembro de 1992. O novo documento legal instituía a Fenorte, tendo como objetivo manter e desenvolver a Uenf e implantar e incrementar o Parque de Tecnologia – Tecnorte, ambos sem personalidade jurídica autônoma. Aqui a breve recapitulação atinge o período em que Darcy Ribeiro se tornou protagonista do processo de implantação da Uenf, tendo recebido do governador Leonel Brizola a missão de elaborar o Plano Orientador da nova universidade.

4.2 Então surgiu Darcy

Homem de reflexão e de ação, Darcy Ribeiro nasceu aos 26 de outubro de 1922 em Montes Claros (MG). Tendo-se formado em Antropologia em 1946, dedicou dez anos de estudos aos índios brasileiros. Foi o criador e primeiro reitor da UnB, ministro da Educação e ministro-chefe da Casa Civil no governo João Goulart. Exilado durante o regime militar, elaborou projetos de instauração ou reforma de universidades na Costa Rica, Argélia, Uruguai, Venezuela e Peru. Com a anistia,

retornou ao Brasil em 1976 e voltou à militância política. Foi vice-governador do Rio de Janeiro na primeira gestão de Leonel Brizola (1983-1986), secretário de Cultura e coordenador do Programa de Educação. Projetou e implantou os Centros Integrados de Educação Pública (Ciep), escola em tempo integral para a população carente. No segundo governo Brizola, iniciado em 1991, voltou a se dedicar aos Ciep e tentou implantar, através dos Ginásios Públicos, novo padrão para o ensino médio. Foi por esta época que se dedicou à implantação da Uenf. Eleito senador em 1991, foi o autor da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, conhecida como Lei Darcy Ribeiro. Morreu de câncer em 1997.

Ao definir o título de doutor como parâmetro mínimo para a constituição do corpo docente da Uenf, visando assegurar um padrão de excelência, o projeto de Darcy excluiu de antemão a quase totalidade dos professores das faculdades locais quanto à possibilidade de virem a integrar o corpo docente da nova universidade. Se a indicação de um reitor estranho à comunidade, por parte de Moreira Franco, já tinha despertado oposição nos meios locais, muito mais forte seria o impacto da importação para Campos de todo um corpo de professores alheio à sociedade local e ao movimento que tinha conseguido aquele grau de êxito.

A propósito deste descasamento entre o grupo original pró-Uenf e Darcy Ribeiro, o jornalista Orávio de Campos Soares, um dos informadores da etnografia que constitui o corpo deste trabalho, relata o seguinte:

[...] não há como você discutir, não é, se contrapor ao discurso do poder. [...] como é que você ia discutir com ele, né? A gente podia dizer "não, professor, mas...", aí ele : "Não, mas você está pensando isso agora. Eu estou pensando lá na frente."

Como registram Alves e Lima (2003, p. 27), reproduzindo manifestação de Ana Lucia Sanguedo Boynard, professora universitária campista e posteriormente

presidente da Fundação Estadual Norte Fluminense, Darcy Ribeiro dizia conhecer as aspirações da cidade quanto à unificação das escolas de nível superior particulares pré-existentes (o que significaria, para ele, mera “fachada de universidade”). Mas, se fosse para fazer isso, “que chamassem outra pessoa”.

5 O Plano Orientador da Uenf

Em que pese a intensidade do anseio coletivo pela universidade construído em meio à sociedade de Campos, o Plano Orientador da Uenf afinal elaborado por Darcy Ribeiro reflete mais a experiência geral da universidade brasileira do que o ideal de universidade alimentado pelo grupo que conduziu a campanha pela instalação da Universidade. A experiência de Anísio Teixeira na antiga Universidade do Distrito Federal e a do próprio Darcy Ribeiro na UnB constituem, neste caso, referenciais concretos para a moldura institucional e a cultura acadêmica projetadas para a Uenf.

No Plano Orientador, Darcy Ribeiro (1993, p. 18) afirma que a universalização do sistema da UnB para todo o país revela não o êxito daquela experiência, mas um “engodo”. Estender por decreto ao conjunto das universidades públicas um modelo ambicioso que exigiria uma década de maturação só poderia resultar em um “mero simulacro”. Assaltada pela ditadura, lamenta Darcy Ribeiro (1993, p. 18), “a UnB perdeu todos os professores capazes de levar adiante seus propósitos [...]”, convertendo-se “numa universidade federal a mais, perdendo o caráter autônomo e experimental que a lei lhe dera”.

Já no início do documento e num tom que lembra o contexto da República populista e desenvolvimentista, Darcy Ribeiro se refere ao desafio de “inventar as universidades da quarta idade, em que a pesquisa, o ensino e a experimentação se integrem no estudo dos temas e problemas mais relevantes para o desenvolvimento do Brasil”. No breve diagnóstico do ensino superior no país, Darcy Ribeiro (1993, p. 11) dá como certo que “a maioria de nossas universidades jamais alcançou o nível

de proficiência e de integração propriamente universitária”. Lamenta que funcionem de fato como um conglomerado de escolas autárquicas, divididas em “falsos departamentos, nos quais a burocracia faz perder o sentido dos desígnios acadêmicos e uma onda de assembleísmo lhes perturba todas as funções ao entregar o poder de constituição de órgãos de governo aos estudantes e funcionários” (DARCY RIBEIRO, 1993, p. 11)¹³. Lamenta ainda a profusão de escolas privadas de ensino superior (em geral, de qualidade duvidosa), comparando diplomas a meros títulos honoríficos, que não correspondem a qualquer nível de saber e proficiência.

É com esta visão que Darcy Ribeiro formula o projeto da chamada Universidade do Terceiro Milênio, era na qual haveria de se implantar o que ele chamou de “Civilização Emergente”. O humanismo desta era seria fundado não apenas no cultivo das letras e da filosofia clássica, mas sim nas ciências básicas, nas tecnologias delas decorrentes e em novas questões sobre a vida e sobre o homem que elas suscitariam.

Para Darcy Ribeiro (1993, p. 13), o imperativo básico do Plano Orientador da Uenf era o de definir a correspondência entre a civilização emergente e a universidade necessária.

Nestas circunstâncias, o que se impõe a uma nova universidade é o objetivo primacial de alcançar o pleno e inteiro domínio das ciências e das tecnologias delas decorrentes, com uma clara noção de problemas que faça do saber um instrumento de diagnóstico das causas do atraso e um fator de aceleração da história. (DARCY RIBEIRO, 1993, p.15).

¹³ A aversão do projeto da Uenf ao “assembleísmo” (excessivo poder conferido aos estudantes) e ao “empreguismo” (Darcy Ribeiro, 1994b, pp. 36 e 50), ou seja, às fontes de poder institucional não emanadas diretamente do mérito acadêmico, parece ter razoável teor explicativo para o conflito estabelecido entre professores doutores e servidores técnico-administrativos, como se analisa na terceira fase desta pesquisa.

O que se esperava para a Uenf era que nela as tecnologias mais avançadas pudessem “ser praticadas fecundamente, ensinadas eficazmente e aplicadas utilmente” (DARCY RIBEIRO, 1993, p. 14).

Ao abordar as relações da universidade com a região Norte Fluminense, Darcy Ribeiro (1993, p. 16) preconiza uma instituição capaz de conciliar a tradição com o estágio mais avançado da modernidade, fazendo-se

herdeira das tradições regionais do saber popular e erudito, mas comprometida a conquistar o que lá precisa florescer para que toda a região se integre na Civilização Emergente, fundada na ciência e na técnica.

Prevista para se dispersar por diversos municípios da região, a Uenf se aproveitaria de edificações pré-existentes não apenas para reduzir seus custos de implantação, como também para que seus professores e alunos ficassem mais próximos dos problemas sociais, econômicos e culturais de tais comunidades (DARCY RIBEIRO, 1994b, p. 32-33).

Darcy Ribeiro (1994b, p. 34) estabelece dois compromissos essenciais da nova instituição: a seriedade da própria pesquisa (“a falsa pesquisa é pior do que pesquisa nenhuma”) e a liberdade docente, que por sua vez deveria estar comprometida com o diagnóstico e a solução dos problemas do Brasil e do Rio de Janeiro.

Uma área de experimentação prioritária deveria ser a da educação, retomando

[...] outra ambição incumprida da Universidade de Brasília, que, iluminada pela sabedoria de Anísio Teixeira, começou a criar um novo modelo de Faculdade de Educação que forçasse nossas universidades a fazerem pela educação primária e média o que fazem já pela medicina e engenharia. Vale dizer, operar como um núcleo de pesquisa, de experimentação, e de formação de toda sorte de trabalhadores da educação. (DARCY RIBEIRO, 1994B, p. 35).

A principal novidade da Faculdade de Educação e Comunicação projetada para a Uenf, em relação à sua ancestral da UnB, seria o esforço de integrar a educação com a comunicação, a escola com a televisão. Ela teria como preocupação essencial a arte de educar, focando dois princípios similares defendidos por Anísio Teixeira: o de uma pedagogia que não se perca numa postura especulativa e a atenção ao risco de sobrevalorização de aspectos teóricos sobre a prática profissional, gerando “uma situação em que quem sabe faz, e quem não sabe ensina” (DARCY RIBEIRO, 1994a, p. 9).

A Faculdade de Educação e Comunicação da Uenf estaria voltada para o duplo objetivo de capacitar os professores para o uso efetivo de recursos audiovisuais e da multimídia e de capacitar os profissionais da televisão para o exercício consciente de suas funções educativas. Refutando qualquer traço de ambigüidade, o documento afirma:

O educador que formar será especificamente educador, e o trabalhador da televisão e rádio será preparado, também especificamente, como um profissional do vídeo, da câmara, da televisão e do rádio. Mas uns e outros serão social e culturalmente responsáveis. (DARCY RIBEIRO, 1994a, p. 10)

Para tanto, a Faculdade de Educação e Comunicação se desdobraria nas seguintes escolas:

- a) Escola Normal Superior, projetada como um Centro Integrado de Educação Pública (Ciep) ampliado, para 500 alunos de primeira a quinta séries e para 100 professorandos estudando e trabalhando em regime de tempo integral, responsável, ainda, por programas para o aperfeiçoamento do magistério;
- b) Escola de Professores, a se assentar num Ginásio Público para 500 alunos de sexta série ao terceiro ano do ensino médio. Também ela se dedicaria a cursos de aperfeiçoamento do magistério (agora de

nível médio) e à pós-graduação. Contaria com uma Escola Técnica, em convênio com o Senai, para oferecer cursos técnicos tanto aos alunos da Universidade quanto ao seu próprio alunado;

- c) Escola Brasileira de Cinema e Televisão, a ser implantada com a assistência técnica da Escola Internacional de Cinema, de Cuba, no antigo Solar dos Jesuítas.

Entre as metas do Plano Orientador na área de Educação está a obtenção de autorização do Conselho Nacional de Educação para a Uenf ministrar “amplo programa de educação a distância, sediado nas cidades de Campos e do Rio de Janeiro” (DARCY RIBEIRO, 1994a, p.20). Pretendia-se também realizar, em conjunto com a UnB, a implantação de cursos de graduação e pós-graduação a distância.

Entre os desafios cruciais da Uenf, Darcy Ribeiro prescreveu atenta vigilância ao que considerava “os três defeitos que achacam a educação brasileira”: a excessiva burocratização, a queda da hierarquia entre estudantes e professores e o sistema de créditos¹⁴. Incluído como inovação na UnB, tal sistema se teria descaracterizado de tal forma que, para Darcy Ribeiro (1994b, p. 36), o mecanismo se converteu “numa forma tola de contabilidade de pontos, tornando impossível a convivência comum e interativa” Isto não significa, porém, uma defesa da volta ao antigo sistema serial, mas sim a de um sistema de créditos balizado num elenco de matérias do currículo e acionado com a orientação de um professor. O objetivo é que o aluno se autoconstrua, utilizando tudo o que a universidade possa oferecer.

Quanto ao currículo, o Plano Orientador da Uenf preconizava uma variação baseada na oferta de matérias alternativas dentro do respectivo campo específico do

¹⁴ Novamente aqui está explícita a preocupação com a primazia do saber, no ambiente universitário, sobre outras fontes de poder.

saber, dando flexibilidade à formação, sem, no entanto, fugir ao objeto geral do curso. Além da formação teórica, baseada em disciplinas básicas e disciplinas de especialização, previa-se especial atenção a um “corpo de práticas de tirocínio profissional” (DARCY RIBEIRO, 1994b, p. 37), de tal modo que os estudantes de Engenharia, por exemplo, tivessem a oportunidade de “aprender a usar as próprias mãos nos fazimentos, através da mecânica, da eletrônica e eletricidade [...]” (DARCY RIBEIRO, 1994b, p. 47).

No Plano Orientador, Darcy Ribeiro (1993, p. 31) rechaça qualquer eventual mecanismo que subverta o mérito como critério central de acesso à Uenf, seja para o corpo de professores, seja para o dos alunos:

A sociedade, sendo desigualitária e conflitiva, reflete, invariavelmente, seus antagonismos básicos sobre suas instituições. É ilusório, por isto, o ideal ingênuo de uma universidade aberta a todos, que receba operários e lavradores em seus cursos, como o é, igualmente, o critério de dar preferência à ‘prata da casa’ no recrutamento dos professores. [...] Qualquer concessão demagógica nesses dois campos só pode conduzir à negação da própria universidade como instituição de ensino e pesquisa do saber erudito da nova civilização”¹⁵.

Atento ao risco do “elitismo” na seleção dos estudantes, o Plano Orientador da Uenf argumenta que o vestibular geralmente se presta muito mais a medir o saber recentemente adquirido em cursinhos do que em aferir o que seria fundamental: a capacidade de aprender. Inspirado na experiência alemã, Darcy Ribeiro propõe o estímulo ao trabalho em grupos por parte dos alunos. Grupos de 32 estudantes, divididos em quatro subgrupos, onde reinaria a cooperação e a gradual descoberta de vocações.

Na estruturação do corpo docente, o documento prevê o escalonamento dos títulos e dos graus acadêmicos com os postos da atividade docentes de forma

¹⁵ Lida em 2004, a declaração parece referir-se ao sistema de cotas para estudantes. Mas o tema não constava da agenda na década de 90 do século XX.

prescrita. Para o cargo inicial de instrutor haveria uma bolsa de estudos dada a quem estivesse fazendo o mestrado, com três anos para completá-lo. Ao fim do período — obtido ou não o título de mestre —, a bolsa seria transferida a outro estudante. A posição de assistente seria reservada exclusivamente aos que estivessem cursando doutorado, com prazo de cinco anos para conclusão, findo o qual, com ou sem o título de doutor, a bolsa seria devolvida à Universidade. As posições estáveis de professor I e II seriam alcançadas após doutorado, mediante concurso público.

A exigência de doutorado e da dedicação exclusiva para todo o corpo permanente de docentes da Uenf materializara uma tendência de qualificação do corpo docente que seria apenas esboçada na posterior Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996. Em seu artigo 52, a lei estabelece que no mínimo um terço do corpo docente das universidades brasileiras deve ter pelo menos mestrado ou doutorado e igual percentual, no mínimo, deve dedicar-se integralmente ao ensino e à pesquisa.

Os postos mais altos da carreira acadêmica na Universidade — chefes de laboratório e *chefes de pesquisa* (grifo do original) —, corresponderiam aos orientadores dos programas de pós-graduação. Não seriam alcançáveis por promoção, nem por concurso. Decorreriam de contrato, com plano e prazo prescrito de trabalho por parte de um professor (brasileiro ou estrangeiro), para a realização de pesquisas específicas que ensejassem a formação de novos pesquisadores (DARCY RIBEIRO, 1993, p. 33). O Plano Orientador admite a colaboração periódica, acionada sempre que necessária, de professores colaboradores e professores visitantes de alto nível.

Tal sistema teria o mérito de prevenir a Uenf do “defeito maior do sistema brasileiro de recrutamento de pessoal docente”, qual seja o da contratação de

professores para cada uma das matérias do *curriculum* oficial, do que resultaria a subutilização do pessoal docente e a subprodutividade deles em relação às congêneres mais importantes do mundo (DARCY RIBEIRO, 1993, p. 33).

A vida acadêmica seria regulada por planos trienais de desenvolvimento, com objetivos traçados para todos os órgãos. Tornar-se uma universidade de excelência no ensino e na pesquisa seria uma das missões da nova universidade, a partir, sobretudo, da ênfase simultânea à graduação e à pós-graduação. “Não pode ser uma pan-universidade”, diz o Plano, reconhecendo que o saber se fragmentou tanto que seu completo domínio tornou-se impossível. Também não poderia ser uma mera universidade local, formadora de quadros profissionais do tipo comum. Caberia à Uenf, isto sim, “corresponder às exigências da modernização e desenvolvimento do Brasil”. (DARCY RIBEIRO, 1993, p. 35)

Para tanto, competiria à Uenf deter, por um lado, o domínio instrumental dos campos gerais do conhecimento, como a matemática, a informática, as ciências físico-químicas, a geologia, as ciências biológicas, as ciências humanas, a educação e a comunicação, letras e artes. Por outro lado, cumpriria à Uenf dominar os campos específicos do saber, fazendo-se um centro de pesquisas e experimentações, com aspirações de constituir rapidamente um núcleo de excelência reconhecido nacional e internacionalmente. (DARCY RIBEIRO, 1993, p. 35-36)

O Plano Orientador preconiza ainda a incorporação pela Uenf dos recursos oferecidos pela “revolução milagrosa” na educação: recurso à informática, à teledifusão, à multimídia e aos satélites. Na pesquisa, especial atenção às áreas importantes para a região e para o país, como a exploração petrolífera com a

indústria do petróleo e gás, o cultivo da cana e a produção de açúcar e ainda a produção pesqueira (DARCY RIBEIRO, 1993, p. 36).

No que se refere ao currículo, a Uenf se organizaria como uma *Universidade Aberta*, cujos múltiplos cursos curriculares e extra-curriculares pudessem ser freqüentados por qualquer pessoa capaz de cursá-los. Cursos extra-curriculares, teóricos e práticos, expositivos e experimentais, nos vários campos do saber, também seriam oferecidos periodicamente aos alunos regulares e à população regional. Ao final de um ciclo de cinco cursos vinculados entre si, o estudante receberia um *Certificado de Estudo Superior* (grifo original). Semestralmente, os alunos deveriam fazer no máximo três disciplinas curriculares e uma de integração, afiliada ao outro corpo do saber, de modo a evitar a estreiteza das superespecializações.

Para formar o corpo docente seria preciso atrair os melhores cientistas e pensadores brasileiros e juntar a eles pesquisadores estrangeiros para os programas de pesquisa e pós-graduação¹⁶. Tal projeto ganhou viabilidade, informa Darcy Ribeiro no Plano Orientador, quando se atraiu a colaboração da doutora Gilca Alves Wainstein, experiente na condução de grandes empreendimentos universitários. Vários expoentes do meio científico brasileiro são listados no Plano Orientador como colaboradores do projeto, tais como Wanderley de Souza (professor titular de Biologia Celular do Instituto de Biofísica da UFRJ); Antônio Rodrigues Cordeiro (professor fundador da UnB e emérito da UFRJ); Nilton Rocha Leal (pesquisador da Embrapa e chefe da Estação Experimental da Pesagro-Rio em Itaguaí, RJ); Carlos Alberto Dias (professor titular da UFPa); Eugênio Lerner

¹⁶ A chegada de pesquisadores “estrangeiros” (estrangeiros de fato ou simplesmente estranhos à cultura campista) marcaria profundamente as representações sociais da Uenf elaboradas por profissionais de Comunicação de Campos.

(professor titular da UFRJ); César Camacho (então presidente da Sociedade Brasileira de Matemática e diretor de pós-graduação do Impa); Pedricto Rocha Filho (professor associado da PUC-Rio). A estes se somariam pesquisadores estrangeiros “do mais alto nível”, especialmente da Rússia, onde Darcy Ribeiro enxergava vasta disponibilidade de cientistas altamente qualificados e predispostos a vir para o Brasil (DARCY RIBEIRO, 1993, p. 40).

A Uenf se implantaria com a múltipla estrutura de Centros Integrados de Ciências, Centros de Experimentação Tecnológica, Centros Complementares e Parque de Alta Tecnologia. Os Centros Integrados seriam compostos de Laboratórios. Os cursos seriam organizados em decanatos. O Parque de Alta Tecnologia responderia pela cooperação com o mundo empresarial e pela demonstração científica. (DARCY RIBEIRO, 1993, p. 42)

O quadro estrutural da Uenf, segundo o Plano Orientador, seria o seguinte:

Centros Integrados de Ciências:

Centro Integrado de Ciências da Matéria

- Laboratório de Cálculo e Informática;
- Laboratório de Ciências da Terra;
- Laboratório de Novos Materiais;
- Laboratório de Fontes Energéticas;
- Laboratório de Supercondutores.

Centro Integrado de Ciências da Vida:

- Laboratório de Biotecnologia;
- Laboratório de Ciências Ambientais;
- Laboratório de Biologia Celular e Tecidual;
- Laboratório de Química de Proteínas.

Centro Integrado de Ciências do Homem

- Laboratório de Ciências Humanas;
- Laboratório de Letras e Artes;
- Laboratório de Ecologia;
- Laboratório de Demogenética.

Centros de Experimentação Tecnológica

Centro de Experimentação Geofísica de Macaé

- *Laboratório de Pesquisa do Petróleo;*
- *Laboratório de Industrialização do Gás;*
- Laboratório de Química Industrial;
- Laboratório de Robótica.

Centro de Experimentação Agrária

- Laboratório de Controle Biológico;
- Laboratório de Experimentação Vegetal;
- Laboratório de Experimentação Animal.

Centro de Experimentação Educacional

- Laboratório de Currículo e Programas;
- Laboratório de Teledifusão e Multimídia;
- Escola Normal Superior;
- Escola de Professores;
- Escola Brasileira de Cinema e Televisão;
- Educação a distância.

Centros Complementares

- Centro de Informática;
- Centro de Convivência dos Professores;
- Centro de Convivência dos Alunos;
- Centro cultural Universitário;
- Centro Desportivo.

Parque de Alta Tecnologia

Modalidades de produção empresarial de alto nível tecnológico:

- Modelo de Fazenda;
- Incubadoras de Empresas;
- Banco de Germoplasmas;

- *Brasiliium Palmarum* (Horto das palmeiras nativas do Brasil);
- Santuário de Aves e Frutas.

Cursos e práticas

Neste tópico, Darcy Ribeiro (DARCY RIBEIRO, 1993, p. 45) expressa o núcleo de suas idéias para a “universidade necessária”, ao escrever:

A tarefa da Universidade é formar e aperfeiçoar a mão-de-obra qualificada de que a sociedade necessita para a operação e a modernização da indústria dos serviços e da agricultura. Não se trata, porém, tão-só de repor ampliada a sua força de trabalho, tecnicamente adestrada. O desafio que enfrentamos é formar pessoas motivadas e capacitadas para a reconstrução de nossa realidade social, a fim de fazer o brasileiro comum mais próspero, mais livre e mais feliz. Esta meta se alcançará tanto pelo cultivo das ciências e das técnicas no mais alto nível, como também pela prática experimental e pela ação social participativa, mas, sobretudo, pela ação educativa, curricular, extracurricular e a distância.

O Plano prescreve especial atenção à prática profissional, oferecendo tanto conhecimentos básicos e teóricos quanto habilidades que normalmente seriam típicas de profissionais sem formação superior. Assim, estudantes de Educação, Comunicação ou Programação, além de estudos pedagógicos, jornalísticos ou de informática, deveriam ter treinamento em práticas efetivas da arte de educar e de divulgar.

Os cursos curriculares admitiriam a forma intensiva, em regime de dedicação exclusiva (procedimento ideal), ou a forma parcelada, permitindo a cada aluno acompanhar os cursos e práticas para se apresentar aos exames que estariam abertos a qualquer tempo. Os cursos superiores a distância, então no seu alvorecer, faziam parte do horizonte da Uenf.

Com base nessa estrutura de órgãos de ensino e de pesquisa, previa o Plano Orientador, a Uenf ministraria os seguintes cursos: um ciclo básico de dois anos, com estudos gerais, base humanística e treinamento pré-vocacional; e um ciclo profissional de dois anos ou mais, ministrado pelas Faculdades depois do ciclo básico, com formação específica para a profissão escolhida pelo aluno. O Plano previu ainda um curso conjugado, de dois anos (coincidentes com o ciclo profissional), com estágio em empresas para a formação profissional em diversos ramos da engenharia.

O curso de bacharelado teria duração de quatro semestres, mediante aprovação em seis matérias além das já cursadas no ciclo básico. O curso de licenciatura compreenderia, além do ciclo básico, dois anos de estudos e treinamento em serviço na Faculdade de Educação.

Os programas de mestrado consistiriam em três anos de estudos e práticas posteriores ao bacharelado ou simultâneas com ele. O programa de doutorado, posterior ao mestrado, seria concluído pela aprovação de uma tese original e passível de publicação.

O treinamento em serviço seria um conjunto de oportunidades de prática profissionalizante oferecidas durante os dois primeiros semestres do curso básico, com o objetivo de familiarizar os alunos com o campo profissional a que pretendessem dedicar-se. Os cursos seqüenciais dariam direito a um Certificado de Estudos Superiores para o aluno aprovado em cinco disciplinas inter-relacionadas. O programa de educação a distância seria operacionalizado pelo correio e pela televisão.

No Plano da Uenf, Darcy Ribeiro propôs o que lhe parecia um aperfeiçoamento da experiência da UnB, onde o reitor era igualmente o presidente da fundação

mantenedora. Na Uenf, o reitor — eleito por seus pares e nomeado pelo governador — encarnaria a autonomia acadêmica conferida à universidade propriamente dita. Já a fundação mantenedora seria conduzida por um presidente livremente nomeado pelo governador e responsável por toda a administração da Universidade.

Superam-se, assim, as ambigüidades resultantes da união dessas duas entidades, como ocorreu quando organizamos a Universidade de Brasília, onde o reitor e o presidente da fundação são a mesma pessoa (DARCY RIBEIRO, 1993, p. 50).

Esta inovação se converteria no foco do conflito mais agudo vivido pela Uenf nos seus primeiros oito anos de existência, até que a Assembléia Legislativa aprovasse, em 2001, projeto do governador Anthony Garotinho propondo a concessão à Uenf da autonomia administrativa e de gestão financeira, desvinculando-se de sua antiga mantenedora, a Fundação Estadual Norte Fluminense. A separação se deu à custa de vigorosa mobilização de professores, servidores técnico-administrativos e estudantes da Uenf, especialmente em 2000 e 2001.

A Uenf contaria ainda com um Chanceler livremente nomeado pelo governador, cuja tarefa fundamental seria coordenar as relações da Universidade com a Fundação e servir como interface de ambas frente ao governo do Estado. Além de administrar a universidade, a fundação mantenedora — organizada como entidade autônoma de direito privado — deveria funcionar de forma auto-sustentável, podendo criar empreendimentos que resultassem em renda para a universidade.

Todos os cursos e serviços mantidos pela Uenf teriam uma taxa de inscrição e uma anuidade pagas diretamente pelos alunos que pudessem fazê-lo ou por instituições que oferecessem bolsas de estudo, que a Universidade colocaria em concurso público. A Universidade concederia também bolsas de trabalho para cobrir

os custos da matrícula e o pagamento de emolumentos aos alunos selecionados para prestação de serviços de qualquer natureza. A esse respeito, diz Darcy Ribeiro (1993, p. 51):

Um esforço deliberado se fará para que a Universidade tenha um mínimo de pessoal administrativo e de serviço, de caráter burocrático, e um máximo de bolsistas de trabalho para todos os encargos que os estudantes sejam capazes de executar.

A ênfase no conhecimento propriamente científico teria certo contraponto na missão atribuída à Casa de Cultura Villa Maria, cujo projeto foi entregue ao filósofo José Américo Motta Pessanha. Tal projeto pressupunha a “tomada de consciência do deslocamento da produção de valor da área do trabalho manual para a produção de conhecimento” (DARCY RIBEIRO, 1994a, p. 179) e pelo papel que têm as novas tecnologias na dinamização desse processo. Por outro lado, o projeto da Villa Maria intentava corrigir o que chamou de tendências tecnicistas, as quais

abandonando a tradição humanista, formam profissionais e cidadãos pela metade, extremamente competentes numa área específica, mas incapazes de compreender a realidade que os cerca, o mundo e a época em que vivem.

O conceito de cultura pressuposto pelo projeto da Villa Maria escapa à restrita identificação com as *belas artes*, abrangendo as diversas manifestações da criatividade humana, em particular as produções do pensamento investigativo e crítico, a ciência e a tecnologia. O projeto preconiza ainda a busca do pluralismo de linguagens (respeitada a excelência) e uma dupla linha de ação: uma vertente de inovação e de “avanço para níveis qualitativos mais altos”, outra voltada para a formação de um público, através de iniciação e aprimoramento a patamares mais avançados do conhecimento, da arte e da expressão. A Villa Maria buscaria um

caráter alternativo sem ser elitista, com espaços para a experimentação e a revisão de padrões pré-concebidos e cristalizados. Outra meta seria a atuação como pólo de discussão e análise do ambiente cultural regional e nacional. A um certo caráter *centrípeto* — caracterizado pela busca de projetos que atraíssem o público e fossem integradores de linguagem — se conjugaria uma face *centrífuga*, entendida como potencialidade de irradiar ações culturais.

O projeto da Villa Maria previa a instalação de midiateca (videoteca, fonoteca e biblioteca), laboratório de línguas, centro de memória, núcleo de capacitação em informática, *softwarehouse* pública, unidade de editoração eletrônica, unidades de desenvolvimento de multimídia, auditório polivalente com recursos de multimídia, ilha de edição de vídeo e ateliês de arte.

Conhecido o Plano Orientador da Uenf, é hora de o leitor se situar quanto ao perfil do corpo profissional da Universidade 11 anos depois de sua fundação e iniciar a viagem pela etnografia da interação entre tal coletividade e a sociedade de Campos dos Goytacazes.

6 A Uenf – perfil do quadro de pessoal

Os quadros seguintes, baseados em informações fornecidas pela Gerência de Recursos Humanos (GRH) da Uenf em agosto de 2004, informam o perfil do corpo profissional vinculado à Uenf 11 anos após sua implantação. No que se refere aos docentes (professores doutores do quadro permanente, titulares ou associados), acentua-se a presença de 17,25% de estrangeiros (tabela 2). Mesmo sendo os brasileiros maioria (82,75%), nota-se que a maior parte dos docentes da Uenf é originária de outros locais que não o estado do Rio de Janeiro. Somando-se os estrangeiros aos naturais de outros estados brasileiros, a proporção é de 60,77% (tabela 3).

Quanto aos servidores técnico-administrativos, dois aspectos são mais relevantes para este trabalho. O primeiro é a absoluta predominância de servidores originários do próprio estado do Rio (88,79%, conforme tabela 5). O segundo é a relação entre escolaridade exigida para o cargo e o percentual de servidores fluminenses. Em linhas gerais, quanto mais baixa a escolaridade exigida, mais alto o percentual de trabalhadores do próprio estado (tabelas 6 a 12).

Tabela 1

Perfil	Número	%
Titulares	31	12,16
Associados	224	87,84
Total	255	100,00

Docentes (professores doutores)

Tabela 2

Perfil	Número	%
Brasileiros	211	82,75
Estrangeiros	44	17,25
Total	255	100,00

Docentes (titulares e associados) – nacionalidade

Tabela 3

Perfil	Número	%
Rio de Janeiro	100	39,23
Outros Sudeste	71	27,84
Hispano-americanos	24	9,41
Brasil – Nordeste	20	7,84
Brasil – Sul	14	5,49
Europeus	14	5,49
Brasil – Norte	04	1,57
Brasil – Centro-Oeste	02	0,78
Outros	06	2,35
Total	255	100,00

Docentes (titulares e associados) – nacionalidade ou naturalidade

Tabela 4

Perfil	Número	%
Nível superior	148	25,53
Nível médio	111	19,14
Nível médio espec.	72	12,41
Nível fundamental	43	7,41
Motorista	22	3,80
Elementar/aux. oper.	99	17,07
Elementar/aux.	35	6,03
Cedidos para Uenf	09	1,55
Extra-quadro	02	0,34
Nível sup. esp.	39	6,72
Total	580	100,00

Servidores técnico-administrativos (todos os níveis).

Tabela 5

Naturalidade	Número	%
Rio de Janeiro	515	88,79
Outros estados	60	10,35
Outros (estr. ou não inf.)	05	0,86
Total	580	100,00

Servidores técnico-administrativos (todos os níveis) - naturalidade

Tabela 6

Naturalidade	Número	%
Rio de Janeiro	123	83,12
Minas Gerais	11	7,43
Demais estados	12	8,10
Outros (estr. ou não inf.)	02	1,35
Total	148	100,00

Técnicos de nível superior – naturalidade

Tabela 7

Naturalidade	Número	%
Rio de Janeiro	60	83,33
Minas / ES	08	11,11
Outros estados	04	5,56
Total	72	100,00

Técnicos de nível médio especializado – naturalidade

Tabela 8

Naturalidade	Número	%
Rio de Janeiro	99	89,19
Demais estados	11	9,91
Não informado	1	0,90
Total	111	100,00

Técnicos de nível médio – naturalidade

Tabela 9

Naturalidade	Número	%
Rio de Janeiro	39	90,70
Outros estados	03	6,98
Estrangeiro / não inf.	01	2,32
Total	43	100,00

Nível fundamental – naturalidade

Tabela 10

Naturalidade	Número	%
Rio de Janeiro	21	95,46
Minas Gerais	01	4,54
Total	22	100,00

Motorista (nível fundamental) - naturalidade

Tabela 11

Naturalidade	Número	%
Rio de Janeiro	33	94,29
Ceará / Pernambuco	02	5,71
Total	35	100,00

Nível elementar – auxiliar serviços gerais - naturalidade

Tabela 12

Naturalidade	Número	%
Rio de Janeiro	97	97,98
Espírito Santo	01	1,01
Não informado	01	1,01
Total	99	100,00

Nível elementar – auxiliar operacional - naturalidade

7 Representações sociais da Uenf por profissionais de Comunicação Social de Campos dos Goytacazes (primeira fase da etnografia)

A Uenf foi implantada em 1993, com sede em Campos dos Goytacazes (RJ) e um laboratório com pesquisas e cursos de graduação e pós-graduação em Macaé (RJ). A instalação da Uenf foi cercada de impactos e expectativas, especialmente pela atração de pesquisadores de diferentes partes do país e do exterior. A interação entre esta nova estrutura — que aparentemente trouxe consigo uma nova cultura — e atores sociais tradicionais de Campos dos Goytacazes (RJ) constitui o pano de fundo da investigação em que se baseia este trabalho.

7.1 Percurso metodológico

A primeira fase desta etnografia desenvolveu-se em meio ao que se poderia chamar de um "campo minado" traduzido pelos seguintes riscos ou ameaças:

- O autor deste trabalho é, ele próprio, parte da instituição Uenf, não apenas como estudante de mestrado, mas especialmente como profissional da área de Comunicação Social da instituição. Portanto, o pesquisador em certo nível se confunde com o objeto de pesquisa;

- Por outro lado, o autor também é um "nativo", na medida em que se identifica com os entrevistados pela profissão e pela origem comuns (é jornalista e campista).

Em suma, o pesquisador ora pode identificar-se (e ser identificado) com a "nova" cultura, trazida junto com a Universidade Estadual do Norte Fluminense, ora pode identificar-se (e ser identificado) com os atores tradicionais.

Para fazer frente a estes riscos, este trabalho procurou adotar e aplicar dois princípios:

a) explicitar as principais concepções prévias do autor a respeito do objeto Uenf em sua relação com a sociedade local, o que foi feito mediante a objetivação de tais concepções em uma espécie de relatório (em anexo);

b) esforçar-se por colocar em suspenso não apenas as suas pré-concepções, mas também todas as que tenham sido explicitadas ou sugeridas por pessoas próximas, especialmente interpretações apriorísticas e simplistas apresentadas, antes de qualquer coleta de dados, por profissionais da Uenf.

O que se pretende é que, ao longo deste trabalho, o leitor possa situar-se precisamente quanto à base teórica adotada, às escolhas metodológicas, aos prós e contras considerados para cada escolha e aos resultados obtidos. Como diz Malinowski (1976, p. 22-23):

Nas ciências históricas [...] ninguém pode ser visto com seriedade se fizer mistério de suas fontes e falar do passado como se o conhecesse por adivinhação. Na etnografia, o autor é, ao mesmo tempo, o seu próprio cronista e historiador; suas fontes de informação são, indubitavelmente, bastante acessíveis, mas também extremamente enganosas e complexas; não estão incorporadas a documentos materiais fixos, mas sim ao comportamento e memória de seres humanos.

Por vezes, se verá o autor questionando procedimentos que ele próprio tinha adotado. Isto não deve ser encarado como problema de identidade, mas como o esforço de honestidade com o leitor. Como insiste Malinowski (1976, p. 22):

Ninguém sonharia em fazer uma contribuição às ciências físicas ou químicas sem apresentar um relato detalhado de todos os arranjos experimentais, uma descrição exata dos aparelhos utilizados, a maneira pela qual se conduziram as observações, o número de observações, o tempo a elas devotado e, finalmente, o grau de aproximação com que se realizou cada uma das medidas. Nas ciências menos exatas, tais como a biologia e a geologia, isso não se pode fazer com igual rigor; mas os estudiosos dessas ciências não medem esforços no sentido de fornecer ao leitor todos os dados e condições em que se processou o experimento e se fizeram as observações. A etnografia, ciência em que o relato honesto de todos os dados é talvez ainda mais necessário do que em outras ciências, infelizmente nem sempre contou no passado com um grau suficiente deste tipo de generosidade. Muitos dos seus autores não utilizam plenamente o

recurso da sinceridade metodológica ao manipular os fatos e apresentá-los ao leitor como que extraídos do nada.

Nesta primeira etapa, que acabou por apresentar certo caráter exploratório, optou-se pelo instrumento das entrevistas não diretivas ou semi-estruturadas. É sabida a complexidade da apreensão de universos simbólicos através de entrevistas, ainda que não diretivas. As dificuldades se referem principalmente ao maior ou menor êxito no controle da imposição de temas e de abordagens por parte do entrevistador. Há também considerações sobre a assimetria de saber (e de poder) verificada no contexto da entrevista, uma vez que o entrevistador chega à situação de encontro com o entrevistado previamente alimentado por questões ou hipóteses, diferentemente deste último. Além disso, o entrevistador é tido como o senhor da interpretação daqueles dados, como lembra Kandel (1987, p. 183).

Ponderadas todas as sutilezas, o pesquisador propôs-se, com anuência implícita da banca examinadora do projeto de dissertação, a favorecer o mais alto grau possível de iniciativa do entrevistado. Mais do que isto, o projeto propôs que a delimitação do tema, a construção do objeto, a formulação das questões e a categorização a ser adotada na análise das entrevistas teriam, na maior medida possível, um caráter compartilhado entre o entrevistador e os entrevistados.

Este protocolo de intenções afeto à não-diretividade não impediu que se iniciassem os trabalhos com um roteiro de entrevistas constante de cerca de 50 tópicos. O que se intentava não era a simples aplicação do roteiro à maneira de um questionário — o que tornaria estéril a pretensão à espontaneidade das respostas —, mas sim que o entrevistador tivesse um balizador para nortear a conversa. Evidentemente, a análise das entrevistas levaria em conta o grau de espontaneidade das diferentes respostas numa mesma entrevista, sendo umas mais e outras menos induzidas pelo roteiro.

O roteiro de questões foi, no entanto, abandonado após a segunda entrevista em favor de uma estratégia considerada mais apropriada para fortalecer a não-diretividade. Para abrir de maneira (tanto quanto possível) não impositiva o diálogo com os entrevistados "nativos de Campos", optou-se por uma pergunta inicial de conteúdo mais ou menos padronizado e traduzível nos seguintes termos:

Se você fosse descrever sucintamente a Universidade Estadual do Norte Fluminense para alguém que não fosse de Campos ou que, sendo, estivesse fora da cidade há bastante tempo, o que você diria? O que lhe viria à idéia mais imediatamente?

A aposta foi que a resposta a esta pergunta não apenas daria o tom do diálogo que se seguiria, mas também que a própria resposta inicial fornecesse indicações razoavelmente consistentes das representações sociais da Uenf elaboradas pelos entrevistados.

Nesta primeira fase dos trabalhos, o referencial teórico proposto era o da Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici, uma corrente renovadora surgida no âmbito da Psicologia Social nos anos 60 do século XX. Em linhas gerais, a Teoria das Representações Sociais afirma-se como uma espécie de meio-termo entre as concepções sociologizantes derivadas de Durkheim (cujo conceito de representações coletivas encarna um ancestral das representações sociais de Moscovici) e as noções individualizantes da Psicologia Social de tradição anglo-saxônica. Conforme Durkheim (1996, p. 482), a linguagem — assim como o sistema de conceitos que ela traduz — é o produto de uma elaboração coletiva, constituindo-se na maneira como a sociedade representa os objetos da experiência. Neste sentido, as noções que correspondem aos diversos elementos da língua são, segundo Durkheim, um exemplo de representações coletivas: “Quem de nós conhece todas as palavras da língua que fala e a significação integral de cada palavra?” (DURKHEIM, 1996, p. 482/483). Para Moscovici e seus seguidores, como

a francesa Denise Jodelet e não poucos brasileiros, como Celso Pereira de Sá, nem tudo o que se refere a representações será melhor explicado exclusivamente pela ótica da sociedade ou da cultura, assim como nem tudo o será pela via da psicologia individual.¹⁷

Num livrinho dirigido a iniciantes — “A construção do objeto de pesquisa em Representações Sociais” —, Celso Pereira de Sá explica que o termo “representações sociais” tem aplicação bastante ampla nas Ciências Sociais, mas que seu uso nos termos da teoria inaugurada por Moscovici envolve uma conceituação mais ou menos específica. Destacam-se aqui duas condições cruciais para que se trate, de fato, de representações sociais consideradas à maneira de Moscovici: que as representações sejam construídas coletivamente e que orientem a ação concreta.

Outra característica das representações sociais segundo Moscovici é a de serem construídas por ocasião da transformação de algo não familiar em familiar, como ocorrera com as visões sobre a Psicanálise na sociedade francesa no estudo que inaugurou a teoria. Nesta transformação, operam dois mecanismos: a objetivação e a ancoragem.

A *objetivação* consiste em duplicar um sentido por uma figura, dar materialidade a um objeto abstrato, “naturalizá-lo” (MOSCOVICI, 1976, apud SÁ, 1995, p. 34). Segundo Moscovici (1984, p. 38), “objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma idéia ou ser imprecisos, reproduzir um conceito em uma imagem”. O resultado da objetivação pode ser bem ilustrado pela caracterização do sexo feminino como “o tabernáculo sagrado da vida” (JODELET, 1984, apud SÁ, 1995, p. 40), no âmbito de

¹⁷ A representação social “é ao mesmo tempo um mecanismo psicológico, enquanto expressão do espírito humano, e um mecanismo social, enquanto produto cultural” (Chombart de Lauwe, 1984, citado por Amélia Medeiros Paula, em “O aluno de quinta a oitava séries oriundo das camadas populares e suas representações de escola – 1995”)

uma pesquisa sobre a representação do corpo. Nessa imagem do útero como tabernáculo estão concentradas idéias muito enraizadas, de origem religiosa, como a interdição moralista e a devoção exclusiva do sexo à reprodução.

A ancoragem corresponde à função de duplicar uma figura por um sentido, fornecer um contexto inteligível ao objeto, interpretá-lo (SÁ, 1995, p. 34). Segundo Moscovici (1984, apud SÁ, 1995, p. 38), ancorar é classificar e denominar: "coisas que não são classificadas nem denominadas são estranhas, não existentes e, ao mesmo tempo, ameaçadoras".¹⁸

Ainda segundo Moscovici (1976, p. 48), as representações sociais são entendidas como "verdadeiras 'teorias' do senso comum, 'ciências coletivas' *sui generis*, pelas quais se procede à interpretação e mesmo à construção de realidades sociais"

Esta breve apresentação da Teoria das Representações Sociais de Moscovici vem a propósito de indicar os rumos iniciais da pesquisa, centrados na eleição de um segmento específico — o dos profissionais de Comunicação Social — como autores das representações a serem estudadas. Moscovici (1984) admite, embora não como a opção mais recomendável, identificar representações sociais de um segmento específico e não de grupamentos mais amplos, como classes sociais. Segundo Moscovici (1984, apud LEME, 1993, p. 54), tais grupos (chamados taxionômicos) existem e indicam um certo estado de associação e interação entre os indivíduos.

¹⁸ Possivelmente venha deste caráter "ameaçador" a consideração de entes não classificáveis como ritualmente impuros, como reporta Victor Turner (1974d), citando Mary Douglas, em "Aquém e além dos pontos fixos: o período liminar nos 'rites de passage' ", tradução livre de Arno Vogel. Transcreve-se a seguir: "A Dra. Mary Douglas [...] desenvolveu recentemente [...] o interessante e elucidativo ponto-de-vista segundo o qual a poluição/impureza deve ser conceituada como 'uma reação visando proteger da contradição princípios e categorias estimadas'. Ela sustenta, com efeito, que o pouco claro e o contraditório (da perspectiva da definição social) tendem a ser encarados como (ritualmente) impuros. O impreciso é impuro: examina, por exemplo, as proibições alimentares que pesam sobre certos animais e crustáceos, no Levítico, à luz dessa hipótese (na medida em que se trata de criaturas que não podem ser classificadas sem ambigüidade nos termos dos critérios tradicionais)."

Uma dificuldade previsível — a mistura entre os papéis de pesquisador e de funcionário da própria Uenf — se confirmou durante as entrevistas com profissionais de Comunicação. Na maioria dos depoimentos o entrevistador se apresentou como estudante de mestrado e explicitou que, apesar de funcionário da Uenf, não estava ali naquela condição.¹⁹ No entanto, a mistura de papéis foi notória em entrevistas com personalidades que já conheciam o autor deste trabalho como assessor de Comunicação da Uenf. A leitura das transcrições permite identificar claramente quando se dá tal situação.

Tanto quanto possível, tentou-se imprimir às entrevistas o caráter de conversa coloquial, o que trouxe vantagens e desvantagens, como acontece em todas as escolhas. A opção pelo tom coloquial, voltada para a instauração de um ambiente de espontaneidade (que foi obtido em várias entrevistas, apesar da presença do gravador em todas elas), favoreceu, por outro lado, a emergência e a explicitação do laço pessoal entre entrevistador e entrevistado. Com isso, emergiu também a referência aos papéis que os interlocutores habitualmente desempenham.

Assim, foi sobretudo em ocasiões de conversa mais coloquial que veio à tona a referida mistura de papéis entre pesquisador e funcionário da Uenf, entre pesquisador e parte do objeto de pesquisa. Mas esta situação não invalida os dados obtidos, precisamente em virtude da clara explicitação do fenômeno, nos termos da auto-vigilância prescrita por Marcel Griaule (1957). Para o criativo antropólogo francês, o que parece defeito pode se converter em virtude desde que não passe despercebido pelo espírito auto-crítico do pesquisador.

De todo modo, é de se registrar (embora pareça óbvio) que em nenhum momento o entrevistador permitiu que, ao ser tomado pelo entrevistado como

¹⁹ Nada mais previsível, em uma sociedade “multiplex” — regida por laços de solidariedade orgânica (conforme conceituação de Durkheim) — do que a ocorrência de diferentes papéis condicionados por diferentes palcos.

funcionário da Uenf, isto o levasse a assumir tal papel de forma ingênua ou incoseqüente, seja defendendo a instituição, seja questionando argumentos de seus entrevistados quando estes manifestassem equívocos factuais em sua fala sobre a Universidade.

Também é de se notar que, salvo num ou noutro detalhe, nenhum entrevistado deu sinais de estar se contendo em vista da característica especial do interlocutor que conduzia a entrevista. Ao contrário: em geral, os depoimentos foram muito críticos e enfáticos, sobretudo no que se refere ao que se apresentou como marca central das representações da Uenf, qual seja, a idéia de instituição fechada e distante da sociedade local. A única exceção parece ter sido o depoimento do radialista João Oliveira, claramente marcado pela busca de uma fala amena, não obstante conter, ainda assim, indicações úteis à pesquisa.

7.2 Um “disco voador”

Uma imagem forte e sugestiva abre esta etnografia sobre as representações sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf) por profissionais de Comunicação Social de Campos dos Goytacazes (RJ): a de um disco voador pousado numa cidade interiorana. A imagem se refere à Uenf se instalando em Campos, em 1993.

A primeira pessoa que este autor ouviu referir-se desta forma à Universidade foi seu então reitor *pro-tempore* Adilson Gonçalves, que cumpriu mandato-tampão de seis meses, entre janeiro e julho de 1999. Iniciava-se, então, a gestão do governador

Anthony Garotinho no Rio de Janeiro, e a Uenf se preparava para realizar sua primeira eleição direta para reitor e diretores de Centro. À época, a expressão "disco voador", proferida pelo reitor, soou como mera ilustração das alegadas dificuldades de popularização da instituição junto à sociedade de Campos. Ficou, então, arquivada em algum compartimento da memória individual deste pesquisador até que ressurgisse espontaneamente em 06/01/04, na fala do radialista João Oliveira, em entrevista concedida a propósito da pesquisa que embasa este trabalho.

O disco voador ressurgiu com um acessório — segundo Oliveira, ele é "dotado de chave e com as portas fechadas por dentro". Esta representação da Uenf como uma universidade "fechada" e "não integrada à comunidade" já inquietava este pesquisador e, a bem da verdade, constituiu o motor inicial da presente pesquisa, em fins de 2001. Tratava-se, então, de uma percepção intuitiva mas muito viva, cujo significado deve ser levado na devida conta. Como desprezar o fato de que o próprio assessor de Comunicação de uma universidade — ou seja, um ator social cujo papel é dar a conhecer publicamente os feitos da instituição — perceba, no seu íntimo, esta mesma entidade como "fechada"?

O fato é que o trabalho de campo inicial confirmou amplamente a grande disseminação desta representação. Poderia dizer-se que todos os profissionais de Comunicação entrevistados apontaram este traço como marca da Uenf e que praticamente a totalidade deles relatou esta característica como uma das mais fundamentais e notórias da instituição. Aliás, este fato não deixaria margem à omissão daquela afinidade inicial entre "pesquisador" e "nativos", de que se falou acima. Vejam-se alguns trechos elucidativos a respeito (com grifos nossos), atentando para o fato de que, em diversos casos, a referência ao traço do isolamento é expressa logo no início da entrevista.

Entrevista ao jornalista Aluysio Cardoso Barbosa, fundador e atual consultor do jornal Folha da Manhã, de Campos:

Pergunta: Seu Aluysio, eu perguntaria para o senhor, para a gente começar esta nossa conversa, se o senhor fosse contar para uma pessoa de fora, uma pessoa conhecida, descrever essa universidade, a Uenf, Universidade Estadual do Norte Fluminense, como é que o senhor apresentaria, como é que o senhor descreveria essa universidade?

Aluysio Cardoso: Eu acho que a Uenf — eu acho! — que **a Uenf tem um bom ensino, mas tem um grave defeito: ela não sai de dentro do corpo dela para conversar com a comunidade, pra se mostrar para a comunidade. Ela é muito fechada.** Então dificulta análises sobre a performance dela dentro da comunidade, dentro da região. Acho que se ela se abrisse mais, buscasse mais o diálogo, funcionaria melhor.

Entrevista a Andral Nunes Tavares, profissional de Relações Públicas, professor da Faculdade de Filosofia de Campos:

Pergunta: Eu perguntaria pro senhor, professor, o seguinte: se o senhor fosse descrever sucintamente ou se referir a esta universidade, a Uenf, pra algum amigo do senhor, algum conhecido, alguém que não estivesse aqui em Campos, não fosse daqui, ou estivesse fora há muito tempo, o que que o senhor diria... assim... o que que viria em primeiro lugar à cabeça do senhor...

Andral: Bom, eu, com o conhecimento que tenho da Uenf, diria que se trata de uma universidade de ponta, de uma universidade que... realmente... foi criada com o objetivo de mudar o perfil da região, uma universidade que tem cumprido o seu papel de forma bastante razoável, embora com algumas deficiências, resultantes, talvez, de dificuldades administrativas, não é, a dificuldade que a Uenf teve pra resolver o seu problema com a Fenorte, por questões de liberação de verba, não é, mas apesar disso eu diria que se trata de uma universidade da qual nós podemos esperar uma grande contribuição para mudar o perfil, ou para mudar o futuro ou para construir um novo futuro para a região. Eu diria isso. Mas eu, por acaso, conheço a Universidade. Eu não sei se outros campistas, ou se muitos campistas teriam informações pra dar a respeito da Uenf, porque, **na verdade, a Uenf é uma instituição muito fechada entre seus próprios limites, seus próprios muros. Eu acho que a Uenf é uma instituição que se comunica muito pouco com a comunidade.** E a comunidade, por isso mesmo, quer dizer, a maior parte das lideranças da comunidade talvez não tivesse elementos para dar essa informação a alguém que fizesse uma pergunta sobre a Universidade.

Entrevista ao jornalista Chico de Aguiar, repórter da sucursal do jornal O Dia:

Pergunta: Queria que você me dissesse o que sabe sobre a Universidade. Digamos que você fosse contar para alguém de fora que em Campos tem uma universidade... como você descreveria?

Chico de Aguiar: A gente sabe, por ler e por ouvir algumas pessoas aí, sobre cursos. Sei que Campos tem bons cursos. Não sei todos. Sei que tem, na área de Humanas, formação de professores em terceiro grau — não é isso? —, tem não sei se cursos de línguas... Sei que na área tecnológica tem cursos bons de Agronomia... Engenharia Civil... em Macaé tem a Engenharia do Petróleo... Biologia — aliás, tenho vários amigos cursando Biologia; acho que é o curso que mais conheço gente que está fazendo. O que eu sei é isto. **O que eu acho é que a Uenf falta mais informações junto à sociedade. Acho que falta à Uenf se desprender mais lá do campus e conviver mais aqui dentro da cidade. Acho que a Uenf é uma coisa muito estanque dentro do ambiente de Campos.**

Pergunta: A que você atribui isso?

Chico de Aguiar: Primeiro que a cidade de Campos é uma cidade muito fechada. Aqui tudo é mais difícil. A sociedade é muito fechada — sempre foi. Isto a gente sabe, mas talvez um estudo sociológico possa explicar por quê. **E a Uenf veio para aqui com um defeito de fábrica.** Primeiro que o primeiro reitor da Uenf, Wanderley de Souza, era um homem extremamente vaidoso e também muito fechado. Eu me lembro que **uma vez, na Villa Maria**, quando a UENF ainda investia na Villa Maria com shows, **havia uma reserva de cadeiras. Aí eu cheguei e sentei numa das cadeiras, mas o diretor da época** (não me lembro quem foi. Era a época de Beth Campista ainda, mas eu não lembro a pessoa que dirigia aquele evento), pois bem essa pessoa **me disse que aqueles lugares estavam reservados para os professores da Uenf.** Aí eu disse: nada disso. Para os professores da UENF por quê? **Eu achei um acinte aquilo, colocar alguns lugares de frente para os professores e para o reitor da Uenf! Privilégios... começou mal com aquele primeiro reitor. Wanderley de Souza foi para mim quem começou tudo errado.**

Pergunta: Você acha que isto se prolongou ou não?

Chico de Aguiar: Acho que sim, porque o modelo nunca foi mudado. Até hoje não teve um reitor que tivesse feito um trabalho para mudar isso aí: trazer a escola, a Uenf para a cidade. **A gente vai às festas aqui em Campos, a alguns shows maravilhosos** (não digo esses shows populares da prefeitura não, mas alguns outros até mais elitizados, próprios para o nível universitário), **e a gente não vê a Uenf. Quer dizer, onde é que está esse apoio universitário aqui em Campos?**

Entrevista ao publicitário e jornalista João Oliveira, da Rádio Litoral FM:

João Oliveira: [...] O primeiro momento da Uenf em Campos foi desastroso. Pra você ter uma idéia, Fernando Leite não foi convidado para a inauguração. Em seu lugar foi homenageado Aluizio de Castro! Não teve nada a ver com esse processo! Então começou mal. **Depois, quando ela se instalou, ela parecia um disco voador pousado e com as portas fechadas por dentro. Era um corpo estranho à sociedade campista.** [...]

Entrevista ao jornalista Orávio de Campos Soares, repórter especial do jornal Folha da Manhã e professor da Faculdade de Filosofia de Campos. Antes de

responder à pergunta inicial sobre como descreveria a Uenf, o entrevistado abordou os antecedentes da instalação da Universidade. Após o preâmbulo, manifestou-se nos seguintes termos:

Quer dizer, se você fizer ... **outra questão também é a seguinte: se construiu também a torre de marfim, não é, é isso que eu estou te falando, os muros, a torre de marfim, então todos os grandes saberes estão ali dentro, e se você perguntar assim: "Quem são os grandes cientistas da Uenf hoje?" A sociedade não conhece. Eles são pessoas totalmente desconhecidas da sociedade.** Eu não sei se deveria trabalhar alguma coisa em termos de extensão, não é, fazer com que o saber científico saia da torre de marfim e produza alguma coisa em função do benefício da sociedade, não sei se seria isso, não sei, não estou bem certo. Ou se teria que fazer uma publicidade mais importante, ou esses cientistas virem a público, não sei, aos jornais, ou falar alguma coisa que interesse mais de perto a questão do desenvolvimento do que se falar simplesmente da questão salarial de alguém que ganha quatro mil e precisa ganhar seis. Quer dizer, me parece isso. **Então, se você me perguntar assim... eu não sei quantos professores, quantos grandes doutores, especialistas nós temos dentro da Uenf. Mas eu devo conhecer uns três ou quatro. E são pessoas de Campos: Arlete Sendra, que eu conheço; a Maria Tereza...** Mas os grandes professores, os grandes mestres, os grandes doutores da Universidade, eles são pessoas totalmente desconhecidas da sociedade. **É como se a universidade, se ela ficar em Campos ou em Marte, não faria muita diferença... ou nos anéis de Saturno, não sei.** Em qualquer lugar. Porque o reflexo que ela causa com relação ao seu estar em Campos... a não ser de uma forma mais indireta, né, quer dizer, a sua participação econômica, em termos de capital de giro...²⁰

Constatado o vigor desta representação, foi necessário investigar suas origens, seus mecanismos de reprodução, sua lógica de sobrevivência no mundo social de Campos. A primeira parte é o que se chama de exegese, ou seja, o esforço para compreender o que realmente os "nativos" querem dizer ao apontarem símbolos do isolamento da Universidade. Pode-se dizer que esta é a parte menos difícil e aquela em que, no presente estudo, se pôde avançar com mais segurança, como se verá. A segunda e mais espinhosa consiste em identificar como os nativos operam estes referentes. Em outras palavras, como as representações que fazem da Uenf

²⁰ Sobre a "torre de marfim", escreve Silva (2001, p. 301): "São as mediações" (anteriormente citadas: liberdade de pesquisa e uma visão de maior alcance das relações entre ciência e desenvolvimento tecnológico) "que resguardam a universidade pública da subordinação imediata ao mercado e os fatores que permitem a qualidade de sua contribuição à sociedade. [...] Aqueles que assimilam tais características ao desinteresse e à 'torre de marfim' demonstram desconhecimento das especificidades do trabalho universitário, e de seu alcance histórico-social."

interferem nas suas ações de alguma maneira relacionadas ao objeto. Esta resposta talvez só possa ser obtida com alguma consistência mediante uma inferência a ser efetuada após a consideração da etnografia em suas diferentes fases.

A rigor, não a chega ser surpreendente a constatação de certa separação de esferas entre uma universidade nova, povoada por pesquisadores de origens (sociais, culturais, nacionais) as mais diversas e com pretensões à excelência e uma sociedade interiorana e socioeconomicamente decadente como a de Campos, não obstante todos os traços de modernidade que a distinguiram sobretudo no chamado período áureo.

Costuma-se mencionar, à maneira de estereótipo, o cientista como um sujeito introspectivo, voltado essencialmente para seu objeto de pesquisa — objeto este que muitas vezes é invisível fisicamente (microscópico) ou socialmente (não traz impactos sociais evidentes) ou ainda parece ininteligível (por envolver alto grau de abstração). Enfim, é habitual representar o pesquisador como indivíduo com propensão ao comportamento a-social, quando não anti-social. Nenhuma surpresa, portanto, que uma universidade que se apresenta com todos os seus professores na condição de pesquisadores seja percebida de forma análoga por uma sociedade interiorana como a de Campos.

Mas o caso da relação entre a Uenf e a sociedade campista apresenta particularidades. Uma das mais evidentes é a manifesta intenção de Darcy Ribeiro (mentor e fundador da Uenf) de instituir uma universidade diferente das demais, sobretudo no que se refere à integração com o meio local e regional e à capacidade de interferência em sua estrutura socioeconômica. Assim escreve Darcy Ribeiro (1993, p. 16, grifo nosso), no Plano Orientador da Uenf:

É nesse quadro que nasce a Uenf, para fazer-se herdeira das tradições regionais do saber popular e erudito, mas comprometida a conquistar o que lá precisa florescer para que toda a região se integre na Civilização Emergente, fundada na ciência e na técnica. **Sua missão é adonar-se, cultivar e ensinar a ciência e as tecnologias de ponta, que constituem o patrimônio cultural maior da humanidade, para colocá-las a serviço da modernização e do progresso econômico e social da região e do Brasil.**

Outra particularidade relevante do caso da Uenf é a conjunção de circunstâncias que a fizeram vir ao mundo como veio, ou seja, o descompasso inicial entre a concepção de universidade alimentada pelos que lideraram o movimento pró-Universidade ou participaram dele e o modelo afinal adotado por Darcy Ribeiro. Quando Mário Lopes registra a expectativa (não atendida) de uma parcela dos professores das antigas faculdades locais de virem a integrar o quadro docente da Uenf, confirma o que o entrevistado Gianino Sossai (transcrição abaixo) informara sobre a “frustração” da comunidade acadêmica de Campos com o projeto da Uenf:

O que nós queríamos era uma universidade, então a universidade foi colocada. Não foi nos termos que a gente queria. A gente queria que esta universidade integrasse as três instituições. Que fosse daqui, que gerasse daqui, e tudo. E até hoje esse sentimento de frustração prevalece em todas, em quase todas as reuniões do Conselho Superior da Faculdade de Filosofia de Campos, que é de onde brotou a semente para a Universidade, pra pedir a Universidade.

Por outro lado, com base neste mesmo modelo, a Uenf foi apresentada à sociedade de Campos como poderosa alavanca para o desenvolvimento regional. Assim, ao mesmo tempo em que a Universidade Estadual do Norte Fluminense nasceu sob o signo da frustração de expectativas — como ocorreu com professores atuantes no município e toda a sua esfera social de influência —, a instituição veio ao mundo social despertando novas, intensas e ambiciosas esperanças. A “Universidade do Terceiro Milênio”, como foi sugestivamente batizada por Darcy

Ribeiro, teria vindo para revolucionar a sociedade de Campos e do Norte Fluminense. Revolucionar a economia local, emprestando-lhe novas técnicas, novos produtos, abrindo-lhe novos mercados. Como foi muito comum na época da instalação e ainda apareceu em vários depoimentos dados a esta pesquisa (Aluysio Abreu Barbosa, Aluysio Balbi, Mário Lopes e Ricardo André), a Uenf veio para fazer com Campos o que a Unicamp supostamente fizera com Campinas.

Uma vez evidenciada a representação da Uenf como entidade fechada, isolada, marcada por um "defeito de fábrica" (conforme depoimento de Chico de Aguiar), como explicar isto? Pensando em termos reversos, como seria, na representação dos entrevistados, uma universidade "aberta", "integrada" e redimida de sua falta original, seu "defeito de fábrica"?

Estas perguntas não têm respostas fáceis. Tentou-se chegar às respostas mediante cautelosa aproximação das entrevistas a este objetivo imediato. Em algumas circunstâncias de entrevista, tais questões chegaram a ser explicitamente formuladas, sem resposta. Ou melhor, sem resposta claramente desenvolvida, como no trecho abaixo extraído da entrevista com Gianino Sossai:

Pergunta: Agora... mais pessoal a pergunta... você já ponderou que não necessariamente a Universidade precisaria ser com toda essa integração, e tal. É isso?

Gianino: Isso.

Pergunta: Não necessariamente. Agora, seria desejável que fosse? Ou não? Seria possível?

Gianino: Ela vai conseguir isso. Ela vai conseguir isso.

Pergunta: Como?

Gianino: Ah, com o decorrer do tempo... com o decorrer do tempo... com o decorrer do tempo. Aí a gente volta lá às leis de Newton, não é, lá embaixo, toda ação provoca uma reação contrária, e ... pra você penetrar numa comunidade, pra você se impor numa comunidade, demanda tempo, demanda consciência. E consciência não é uma coisa que você impõe. Consciência é uma coisa que as pessoas vão adquirindo... com o exemplo. E a Uenf tem sido um bom exemplo.

Pergunta: Agora, vamos fazer um exercício de imaginação. Digamos que se passaram aí, sei lá, dez anos, o que for, o tempo que você imagina que esse processo vai amadurecer, vamos supor que isso estivesse maduro. Vamos fazer uma viagem no tempo aqui. O que é que caracteriza essa maior abertura, essa maior integração, como é que é isso? Entendeu o que eu estou dizendo?

Gianino: Entendi.

Pergunta: Como é que eu posso olhar e identificar assim, olha: 'Não, agora está integrado!'

Gianino: Eu não sei se eu vou ter a resposta pra você. A pergunta eu entendi. Não sei se eu vou ter a resposta pra você porque... é uma coisa futurista, né? Futuro a gente imagina e projeta, né? A gente não concretiza. Nós vivemos o momento atual em função do passado que nós fomos e projetando o futuro. Mas é projeto. É projeto, e eu não sei como isso pode acontecer. Eu não saberia te responder isso não. Mas eu poderia te dizer o seguinte: academicamente, a Universidade caminha muito bem, a Uenf caminha muito bem. Nós não temos é pessoas pra receber isso.

Pergunta: Eu vou refazer a pergunta diferente...

Gianino: Fale.

Pergunta: ... pra trazer pro presente, ficar menos especulativo, né?

Gianino: Hum...

Pergunta: Independentemente do seu juízo de valor, se isso é bom ou se é ruim, você já deixou isso claro, é... você.. entende que ela não é integrada. Pelo menos não é fortemente integrada.

Gianino: Não é.

Pergunta: Tudo bem. É... quais são os traços que te... vamos dizer... que te ilustram isso, que te apontam isso... claramente aqui está um exemplo claro de que a Universidade não é integrada, entendeu? Eu queria tentar entender um pouco melhor isso. Está claro isso, né? Pra mim está claro.

Gianino: Você pega a estatística do IBGE e vê quantas pessoas alfabetizadas existem no Brasil e não alfabetizadas. Você trabalha num jornal, e vê a tiragem do jornal, vê quantas pessoas lêem o jornal. Eu vou voltar àquele mesmo plano que nós tivemos antes. Não dê pérolas aos porcos.

No entanto, o decorrer das entrevistas forneceu pistas que sinalizam possibilidades de solução para o problema. Ao mesmo tempo em que se falou muito em uma universidade "fechada", presa a seus próprios muros (embora a Uenf não tenha exatamente muros, notadamente em sua fronteira de fundos, onde, por imposição ou inspiração de Darcy Ribeiro, o terreno do *campus* se confunde com o assentamento urbano conhecido como Comunidade ou Favela do Matadouro), falou-se na ausência de circunstâncias ou oportunidades para se ir à Uenf. " Acho que o campista nunca foi à Uenf. Noventa por cento...", ou "Eu só fui à Uenf uma vez, assim mesmo a serviço...". Foi o que disseram, respectivamente, os informadores Chico de Aguiar e Orávio de Campos. Este último informador descreve traços arquitetônicos do *campus* universitário que traduzem o fechamento da instituição em si, a sisudez de seus pesquisadores, a indiferença frente ao mundo exterior:

[...] Eu sempre achei que aqueles prédios, não é, aquela obra magnífica de Oscar Niemeyer (*tom irônico*), aquela cor cinzenta, achei sempre uma coisa muito pesada, uma coisa muito... não sei. Acho que em termos de universidade sempre pensei em uma coisa mais alegre. Eu pensava na Universidade de Brasília, uma coisa muito mais desprovida, né, uma coisa muito mais leve e que também foi fundada por Darcy Ribeiro. Eu pensava numa universidade, não sei, dentro de um parque verde, uma coisa fantástica, uma universidade sem muros. Quer dizer, eu também tenho direito, como Darcy Ribeiro, né, de projetar a universidade dos meus sonhos.

As noções de "estar encastelado" e "não sair de si" podem ser entendidas como atos correspondentes ao de "não propiciar oportunidades para que outros entrem". Revelador, a esse respeito, foi o comentário informal do jornalista e professor universitário Gianino Sossai proferido enquanto presenciava a entrevista a Orávio de Campos, numa sala da Faculdade de Filosofia de Campos²¹. A certa altura da conversa, o entrevistado (Orávio) citou um episódio relativo ao canal universitário de televisão de Campos, que saiu do ar e centralizou agudo conflito entre a Uenf e outras instituições locais de ensino superior. Ante a menção do episódio por parte de Orávio de Campos, Gianino Sossai emitiu um comentário informal que poderia ser traduzido como "A Uenf não faz nem deixa que seja feito".

O jornalista Luís Costa, que atua em Campos (trabalhou recentemente nos jornais Folha da Manhã e A Cidade, na TV Record e atualmente integra a equipe do jornal O Diário), embora não conste do rol pré-estabelecido dos entrevistados, manifestou, durante pré-teste do roteiro de entrevista, a opinião de que "não basta a Uenf dizer que está de portas abertas; é preciso convidar para entrar."

Numa ilustração da falta de familiaridade dos pesquisadores da Uenf (ícone principal da instituição) com o mundo exterior à instituição, o informante Aluysio Abreu Barbosa cunhou a expressão "intelectual guepardo". Segundo o informador, a expressão é utilizada em mensagens irônicas trocadas por correio eletrônico entre

²¹ Este episódio ocorreu antes da realização da entrevista com o próprio Gianino Sossai.

intelectuais de fora do circuito da Uenf. A expressão traduz a idéia de um sujeito super-especializado em uma área de conhecimento no entanto muito restrita, o que lhe criaria embaraços para dirigir um olhar compreensivo sobre a realidade tomada como sistema ou totalidade:

"Na verdade, o que é o guepardo? É o animal que mais corre no mundo. Cem quilômetros por hora em dez segundos. [...] Só que o guepardo está condenado à extinção. Por quê? Porque ele é o animal mais fantástico que já existiu na sua especialidade, que é correr. E pra chegar a esse grau de especialidade, ele é tão fantástico que ele é todo adaptado pra isso. Ele é o único felino do mundo que não tem garra retrátil. A garra do guepardo é fixa, porque naquele empuxo da curva, se for retrátil ele sai tombando. E tem zero por cento de gordura no corpo, para não ter peso nenhum além do necessário, só músculo. Só que gordura é reserva. Na época do guepardo existia muita caça, dava pra ser assim. Hoje em dia, mudou um pouco o mundo, apareceu, quer dizer, o homem, fazenda, vida sedentária, e tal, e [...] Então o guepardo dá três piques. Se na terceira não pegar, ele morre de inanição. [...] Quer dizer, o especialista, se mudar um pouquinho a realidade, pô, ele entra em extinção.

A já referida tensão entre expectativas e frustrações parece central para o entendimento das representações sociais da Uenf por profissionais de Comunicação Social de Campos e, provavelmente, para a sociedade em sentido mais amplo (embora o recorte deste trabalho seja o do grupo social definido). A propósito disto, seria legítimo que os "nativos" de Campos perguntassem: dez anos após a instalação da Uenf, onde está a prometida revolução socioeconômica? O que mudou substancialmente no município por influência da Universidade? Campos já virou Campinas?

O questionamento mais imediato se refere ao cumprimento ou não, por parte da Universidade Estadual do Norte Fluminense, de sua missão histórica em Campos e na região. Em primeira análise, portanto, é disto que se trata: do cumprimento de um "dever de casa" — com os louvores daí decorrentes — ou da negligência em uma missão crucial, com as conseqüências daí advindas. Em geral, as autoridades da Universidade enaltecem a atuação da Uenf na formação de recursos humanos

qualificados e situam neste ponto a principal obrigação da instituição no que se refere à contribuição para o chamado desenvolvimento regional.²²

Neste ponto, não se detecta discrepância entre o discurso institucional da Uenf e a percepção dos "nativos" de Campos: o ensino de fato é percebido como de muita qualidade. A divergência parece estar em algo mais sutil, talvez intangível, enfim, uma abstração: a hipotética capacidade e empenho da Uenf para reverter crônicos indicadores de pobreza, que são percebidos dia a dia na observação da mendicância, da falta de oportunidades de trabalho, da precária possibilidade de ascensão social. Para ser mais preciso, deve-se supor que a maior frustração de expectativas se refira ao desempenho econômico do município de Campos e seus reflexos sobre o crescimento da população, da renda circulante, das oportunidades de negócios, já que mesmo as cidades economicamente mais pujantes, como Campinas (que aqui cumpre a função de emblema), sofrem o flagelo social próprio do Brasil.

Portanto faz todo sentido que uma universidade apresentada como passaporte para o desenvolvimento regional seja considerada "fechada" e "indiferente ao seu entorno" uma vez que não tenha conseguido atender, segundo a percepção aqui considerada, a tão ambiciosas expectativas.

Mas esta consideração parece não penetrar, ainda, o âmago do problema. É preciso considerar de que maneira o projeto da Uenf, tal como foi elaborado por Darcy Ribeiro e apresentado à sociedade, se propunha a empreender tal revolução. É razoável supor (e os dados empíricos o sustentam) que o campista esperasse uma contribuição para o desenvolvimento através da disseminação da ciência e da tecnologia. Esta foi uma das promessas de Darcy Ribeiro. Mas não é possível

²² Este trabalho não comporta minúcias sobre a conceituação de "desenvolvimento"; basta dizer que o termo designa, na cosmologia campista, uma idéia mais ou menos imprecisa de progresso e traduz sobretudo uma espécie de anseio coletivo.

abordar a questão sem considerar os pressupostos e as implicações políticas de um projeto desta natureza.

Os pressupostos se referem à percepção, por parte de Darcy Ribeiro, de que havia uma elite econômica decadente em Campos por ocasião da implantação da Universidade. Segundo tal percepção, esta circunstância propiciava espaço social e político para um papel renovador ou progressista a ser desempenhado pela nova universidade.²³ Darcy enxergava essa virtualidade na instituição universitária bem antes de projetar a Uenf. Para Ribeiro (1982, p. 166), a universidade tanto pode, em momentos especiais de crise, refletir e reforçar certa configuração de sociedade, quanto pode atuar no sentido da sua superação. Tais são os pressupostos do projeto da Uenf.

Já as implicações dizem respeito à opção de blindar a Uenf, protegê-la da influência de tais setores da sociedade, fazendo-a nascer o mais desembaraçada possível dos mecanismos de controle político — sendo aqui pressuposta a estreita ligação entre a referida elite econômica e as instâncias de poder político local.

Se este raciocínio parece ainda obscuro, basta citar o alto grau de tensão e de explicitação de conflito verificado por ocasião do movimento dos professores e funcionários da Uenf em favor da desvinculação da instituição de sua antiga mantenedora — a campanha pela autonomia universitária, desencadeada em 2001. Ali se travou uma luta intensa pelo controle político da Universidade: de um lado o governo do Estado do Rio de Janeiro representado pela fundação mantenedora, que já se auto-definia, à época, como braço político do governo em Campos e região; do outro, professores, estudantes e funcionários da Universidade. Não é de se estranhar, portanto, que este "defeito de fabricação" de que fala um dos

²³ Esta idéia, com a qual concordo inteiramente, não é minha; mas a memória não sugere quem seja o autor. Alves e Lima (2003, p.15) tangenciam o mesmo raciocínio.

informadores (o "fechamento") possa ser entendido como virtude sob outro ponto de vista. Aliás, no próprio rol dos informadores campistas há uma reflexão explícita a esse respeito. Veja-se o que diz o jornalista Aluysio Balbi:

[...] Então eu acho que a Uenf, em que pese alguma falta de sincronia entre um curso e outro, entre a implantação de um compromisso ou outro, ela conquistou o espaço direitinho e eu acho que está mudando o perfil da cidade. Porque é interessante que você não vê esse pessoal da Uenf, principalmente o corpo acadêmico da Uenf, metido no que a cidade tem de pior, nessa fofoca... social de Campos, entendeu? Você pega umas colunas sociais de Campos, é difícil ver alguém da Uenf ali, um professor... eles são meio acústicos mesmo, vieram aqui pra dar aula, pra ensinar... e está se estabelecendo aí um diferencial bacana, eu vejo isso de forma muito interessante.

A freqüência e a ênfase com que aparece nas entrevistas a noção de universidade fechada, encastelada, indiferente, até mesmo ignorante quanto aos traços históricos, geográficos e culturais de Campos (encontram-se variações desta noção nos depoimentos de Aluysio Balbi, Aluysio Abreu Barbosa, Aluysio Cardoso Barbosa, Andral Tavares, Chico de Aguiar, João Oliveira, Orávio de Campos) parecem referendar aquilo que configurou o primeiro grande ajuste de percurso na pesquisa: a identificação e análise das representações da sociedade de Campos por pesquisadores da Uenf. Esta nova diretriz, somada a certos fragmentos de depoimentos de jornalistas de Campos (bastante reveladores), sugeriu o que acabou por se apresentar como a hipótese central da dissertação. As alegadas dificuldades de interação entre a Uenf e a sociedade de Campos (e vice-versa) seriam em verdade o sintoma de um fenômeno mais substantivo e complexo que estaria ocorrendo em Campos a partir da instalação da Universidade, em 1993: um choque de culturas.

Choque de culturas? De que culturas? A questão deve ser analisada por partes. O nível mais elementar de explanação desta hipótese é a constatação de que a Uenf

atraiu para Campos gente de formações e hábitos culturais notoriamente diferentes dos padrões da cultura local. Mas isto, por si só, não configuraria o contexto de um choque cultural que opusesse em pólos opostos a Uenf e a sociedade de Campos. Afinal, teríamos de um lado a sociedade de Campos²⁴ e de outro uma variedade de hábitos culturais os mais diversos, que não constituiriam propriamente um pólo oposto.

Mas é possível refinar o argumento. Mesmo sem fazer concessões ao simplismo, é razoável tomar Campos como uma sociedade fortemente marcada pela tradição. Os ícones materiais e imateriais de modernidade engendrados no chamado período áureo da vida campista há muito tinham se convertido em monumentos ou lembranças de uma época passada. A decadente economia do açúcar, que tinha propiciado um tempo de glórias, passava a encarnar a idéia de atraso e de estagnação socioeconômica e cultural. Enfim, não é forçado dizer que Campos tem uma tradição senhorial, fortemente associada à escravidão negra e à monocultura da cana. Pode-se ainda ilustrar o argumento com o fato de Campos ser um dos redutos da TFP (movimento em defesa da Tradição, Família e Propriedade), que se define como defensora dos valores pré-modernos e como adversária explícita da era inaugurada pela Revolução Francesa²⁵.

Em resumo, em um pólo se teria uma sociedade sensivelmente marcada pela tradição. No outro pólo, um dos ícones da modernidade, que é a academia, instância a quem cabe, na era moderna, o monopólio da produção do conhecimento canônico. Num pólo, uma sociedade herdeira da monocultura e da escravidão negra, marcada

²⁴ Tomar a sociedade de Campos como uma unidade não significa subtrair-lhe a condição de sociedade complexa, onde as relações sociais são baseadas no que Durkheim chama de solidariedade orgânica.

²⁵ A propósito do pensamento da TFP, consultar OLIVEIRA, Plínio Salgado de (1982) *Revolução e contra-revolução*. São Paulo: Ed. Diário das Letras

pelo homem cordial de que fala Sérgio Buarque de Hollanda; no outro, um núcleo de convivência que personifica a ciência, a técnica, as relações impessoais. Neste sentido, pouco importa que os pesquisadores da Uenf tenham vindo cada qual de um canto do Brasil ou do mundo. Importa considerar que todos trabalham sob a mesma bandeira da ciência e, em tese, partilham a mesma visão racional do mundo. Numa palavra, coabitam a mesma cosmologia, sobretudo se esta for tomada em contraposição à cosmologia campista.

No entanto, não é possível ir adiante sem reconhecer que aqui o autor deste trabalho se identifica notoriamente com a maioria dos pesquisadores da Uenf entrevistados. Pois esta caracterização da sociedade de Campos como tradicional e marcada pelo escravismo, que aqui surge como se fosse um dado *a priori*, constitui o ponto comum das representações da sociedade por parte dos pesquisadores da Uenf. Isto exemplifica aquilo que sempre se admite em tese: não há como um pesquisador social reivindicar qualquer tipo de neutralidade ou "asepsia" ideológica frente a seu objeto de estudo. Em casos como este, o máximo que se pode fazer é explicitar tudo ao leitor.

Como nativo de ambas as instâncias, ou seja, como campista e membro da coletividade da Uenf, será ainda prudente explicitar que aqui não se trata de cunhar estereótipos: Campos cidade "atrasada", Uenf universidade "evoluída". Tais adjetivos sequer caberiam numa etnografia com a presente perspectiva. Trata-se, sim, de identificar pólos de condensação de significados, os quais se distribuem, efetivamente, como num gradiente. Louis Dumont analisa a sociedade indiana como ícone da hierarquia e a sociedade ocidental como encarnação do igualitarismo, mas não exclui a emergência de ambos os traços em nenhuma das duas tradições

culturais.²⁶ Portanto, é evidente que não se está afirmando a inexistência do padrão moderno de sociabilidade em Campos nem a inexistência de relações tipicamente pessoais no ambiente da Uenf.

O que poderia sugerir, no relato dos informadores campistas, a hipótese do choque cultural? O jornalista Chico de Aguiar, segundo entrevistado da primeira série temporal, descrevia o distanciamento da Uenf em relação à sociedade de Campos quando, instado a dizer a que atribuíra esse comportamento, esboçou a seguinte reflexão:

Primeiro que a cidade de Campos é uma cidade muito fechada. Aqui tudo é mais difícil. A sociedade é muito fechada, sempre foi. Isto a gente sabe, mas talvez um estudo sociológico possa explicar por quê.

A idéia de sociedade “fechada” também aparece no depoimento da professora universitária campista Eurize Caldas Pessanha, inclusive com referência ao escasso contato do habitante de Campos com grupos de fora. Em entrevista concedida em sua casa de veraneio, no balneário de Grussaí, município de São João da Barra (RJ), Eurize faz um contraponto entre a efervescência do carnaval de Grussaí, que chega a atrair 50 mil pessoas à “Boneca do Valdir”, e o que lhe parece a falta de movimento ou dinamismo da sociedade de Campos. A “Boneca do Valdir” é o evento de maior concentração de público do carnaval da localidade de Grussaí, ocorrendo sempre na tarde e noite de sábado e sendo marcada pela profusão de homens fantasiados de mulheres e vice-versa. Para Eurize, o carnaval de Grussaí é sintoma de um grau de mobilização social que ela não identifica em Campos. Ao externar a noção de que a Uenf é percebida pelos professores das demais faculdades campistas como um “corpo estranho”, Eurize considera que aí se trata do efeito de

²⁶ Sobre hierarquia e igualitarismo, ver “Homo hierarchicus” e “Homo aequalis”, Louis Dumont.

uma sociedade “historicamente estruturada”, com grupos rigidamente constituídos, onde não há mobilidade, troca de experiências, intercâmbio de valores culturais:

Eu estudo cultura escolar, né? É uma das coisas que a gente vê é que a cultura escolar em uma determinada cidade, ela é o resultado das tensões, das interações dos vários *locus* onde essa cultura se dê. Então, é óbvio que a Faculdade de Filosofia não é mais a mesma depois que existe a Uenf. Assim como, quando apareceu a Medicina, também deixou de ser. Passa a ser diferente, estudantes diferentes... Mas eu tenho uma impressão de que esse grupo que já estava estabelecido aqui considera a Uenf como um corpo estranho.

Por sua vez, Aluysio Abreu Barbosa relata o seguinte (grifos nossos):

[...] Eu acho que.. a verdade... desde o início é uma coisa que... talvez tenha uma marca da Uenf que precise ser superada. **A Uenf não sabe o que é Campos, e Campos não sabe o que é a Uenf.**

Por fim, Andral Tavares conta que, em seu tempo de assessor de Relações Públicas da Uenf, durante a administração do reitor Eugênio Lerner (1995), procurava não apenas levar à Uenf pessoas de destaque na sociedade local, mas também tentava convencer o reitor a promover uma espécie de cursinho de iniciação às belezas e valores de Campos dirigido à comunidade dos pesquisadores. "Ninguém ama o que não conhece", sentencia.

7.3 O problema dos “estrangeiros”

Do ponto de vista de vários informadores, há um desconhecimento mútuo entre a coletividade da Uenf e a sociedade de Campos. Os pesquisadores “estrangeiros” (de outras nacionalidades ou de outras cidades, estados, regiões brasileiros) não conhecem a história e a cultura de Campos, assim como os campistas não têm

intimidade com essa gente que veio de fora. Esta delicada interação entre campistas e “estrangeiros” constitui o aspecto mais sutil do problema da relação entre a coletividade da Uenf e a sociedade de Campos.

Segundo o informador Ricardo Andrade Pohlmann — técnico de nível superior da Universidade, figura encarregada de acompanhar os primeiros passos dos indivíduos de outras nacionalidades atraídos pela instituição —, a Uenf chegou a abrigar num mesmo momento entre 112 e 115 estrangeiros (em sentido estrito). Por ocasião da realização da entrevista concedida a esta pesquisa (26/03/04), havia pouco mais de 70 estrangeiros na Universidade, na maioria (44) professores e, em menor escala, pós-graduandos. A julgar pelos dados obtidos junto ao informador, a adaptação dos estrangeiros ao cenário de Campos se teria dado “de uma maneira muito natural”. Conforme seu depoimento, os russos são sempre muito abertos e interagem com quem quer que seja; os peruanos, que geralmente vêm para fazer pós-graduação, acabam ficando e constroem uma “íntima relação com o Brasil”; os cubanos têm um pouco mais de dificuldade, apegados que são à própria cultura; já os europeus ocidentais têm tal capacidade de adaptação, que pouca diferença faria estarem em Campos, na França, na Inglaterra, na África ou na Ásia.

Anos após a chegada, assim o informador Ricardo Pohlmann descreve a adaptação dos estrangeiros a Campos:

Todos eles conhecem muito bem a cidade, conhecem os lugares da noite, conhecem os lugares para fazer suas compras de supermercado, eles freqüentam clubes, outros tantos vão muito ao cine Turf, andam muito de bicicleta, fazem muito *cooper*, que é uma coisa muito importante, fazem muitos exercícios, caminhadas, então, altamente... E acompanham a vida política, econômica e social da cidade.

Como este depoimento, além de destoante das entrevistas até então realizadas, pareceu excessivamente condicionado pela posição institucional de seu autor — que

é gerente de Importação da Universidade, e gravou a entrevista no seu próprio escritório de trabalho —, a pesquisa recorreu a dados complementares com outra informadora. Esta teve rigorosamente o mesmo grau de convivência com os estrangeiros da Uenf, mas sem manter com a instituição o mesmo tipo de vínculo. Numa conversa informal imediatamente reproduzida nas anotações de campo, a informadora menciona que, em geral, os estrangeiros achavam a sociedade de Campos fechada e comentavam sobre a dificuldade para se entrosar com o ambiente local. Quanto aos russos, em particular, a informadora menciona haver, no início, três grupos. Os moscovitas seriam mais fechados, aparentemente marcados pelo contato direto com o Kremlin; os da Sibéria seriam também muito sisudos, como que refletindo o clima no qual viviam em seu lugar de origem; e os de São Petersburgo (antiga Leningrado) seriam mais alegres e soltos²⁷. Segundo a mesma fonte, nos primeiros tempos da Uenf era freqüente a organização de festas para reunir os estrangeiros, sobretudo os russos, com comida, dança e música típicas. Tudo isto permite fazer uma leitura não literal da entrevista de Ricardo Pohlmann, especialmente quando o informador afirma a harmonia entre campistas e estrangeiros.

A centralidade do problema dos “estrangeiros” — aqui novamente entre aspas, entendendo-se a palavra em sentido lato — nas reflexões deste trabalho ficou particularmente evidenciada por ocasião do acirramento do conflito entre a Uenf e sua antiga mantenedora, a Fenorte, no ano 2001. Em 17 de agosto, o segundo semestre letivo ainda não tinha começado por força de uma greve de professores, funcionários e estudantes motivada pela busca da autonomia administrativa e de gestão financeira da Uenf. Aquela greve só seria suspensa em outubro, quando do

²⁷ Estas associações entre comportamento social e variáveis naturais são da informadora, que, no contexto coloquial da conversa, não teria razões para submetê-las a qualquer filtro acadêmico.

envio à Assembléia Legislativa, pelo governo do Estado, do projeto de lei propondo a desvinculação entre a Uenf e a Fenorte. Era um período marcado por alto grau de tensão no *campus* universitário, com cobertura praticamente diária da imprensa local. Embora a questão tivesse outros ingredientes, não parecia totalmente despropositado abordar o conflito Uenf x Fenorte como expressão do descompasso entre a Universidade e a sociedade local. Isto porque, se na Uenf havia muitos estrangeiros e “estrangeiros”, na Fenorte os campistas eram ampla maioria não apenas em seu quadro técnico-administrativo, como também nos quadros de direção. Além disto, o próprio governador do Estado, contra o qual se voltavam os protestos da coletividade da Uenf, era o campista Anthony Garotinho. Em artigo intitulado “Autonomia: necessidade, capricho ou estratégia?”, veiculado na rede de *e-mails* do então Complexo Fenorte-Tecnorte-Uenf, o engenheiro José Luiz Boynard, à época diretor Técnico da Fenorte e entusiasmado defensor das posições de sua instituição, apostou explicitamente neste viés:

Parece ser que a **imensa legião estrangeira e mineira**²⁸ que compõe o corpo docente da universidade pretende transformar o modelo vigente à semelhança da Universidade de Viçosa em Minas Gerais, onde a elite de doutores se concentra na instituição, e a miséria do restante da população se espalha ao redor. Não acredito que seja este o desejo de nossa região. **Fomos nós e outros antes de nós, todos daqui, que colhemos mais de 40.000 assinaturas (sic) para conseguir esta universidade**, que é totalmente financiada com recursos públicos. (*grifos nossos*)

A manifestação gerou contestações inflamadas no ambiente da Uenf. O então pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade, José Brandão Fonseca, veiculou pronunciamento acusando o “tom preconceituoso” do artigo e defendendo a contribuição das “diferentes experiências e vivências científicas e culturais [...] no encontro de soluções para os problemas que entravam o desenvolvimento da região [...]”. A pró-reitora de Extensão e Assuntos Comunitários à época, Lana Lage da

²⁸ Dos 255 docentes da Uenf, 41 ou 16,07% são naturais de Minas. Em número, os docentes mineiros só perdem para os fluminenses, que são 98.

Gama Lima, lamentou a distinção entre “campistas-velhos e campistas-novos” e também afirmou a cooperação dos brasileiros e estrangeiros da Uenf para a superação do atraso e da miséria do interior do Estado.

Como propõe Simmel (1950, p. 402), a figura do estrangeiro — não aquele que passa de passagem, mas o que chega para ficar — envolve distância e proximidade. Os doutores da Uenf são culturalmente distantes, mas estão fisicamente no mesmo território dos campistas. Segundo Simmel (1950, p. 402-403), o estrangeiro não é dono do solo, e isto não apenas no sentido físico, mas também no sentido figurado de um ponto ideal fixo do ambiente social. Ser estrangeiro é uma forma específica de interação que envolve ainda certa dose de objetividade frente ao grupo (SIMMEL, 1950, p. 404), caracterizada, também ela, pela tensão entre proximidade e distância. Segundo o sociólogo alemão (p. 402, tradução nossa),

[...] a distância significa que ele, que está próximo, está distante; e a condição de estrangeiro significa que ele, que também está longe, em verdade está próximo [...]

7.4 Um messias chamado Darcy Ribeiro

Invocar os horizontes redentores apontados por Darcy Ribeiro para o futuro de Campos certamente ajuda a entender a frustração de expectativas associada à percepção da experiência inicial da Uenf, como se alegou, mas não dá conta do problema em sua dimensão mais completa e complexa. Darcy não terá sido o único a acenar para os campistas com um futuro glorioso. E, mesmo que o fosse, seus acenos não teriam maior repercussão caso não encontrassem em Campos um ambiente cultural receptivo e propício a lhes dar plena ressonância.

Para compreender esta dinâmica, será preciso considerar o aspecto mais ou menos messiânico da sociedade de Campos. Messiânico no sentido de se esperar que os problemas sejam atingidos por soluções espetaculares, rápidas e disparadas de algum ponto exterior ao próprio sistema ("de cima para baixo", como se diz coloquialmente). Mergulhado na decadência mas sem esquecer seu passado de glórias, Campos vive como que à espera de algo que venha restabelecer a "idade de ouro"²⁹. Trata-se de um olhar para o futuro que se alimenta do passado e dele tira seus fundamentos.

É notável a recorrência da expressão "redenção do Norte Fluminense" no noticiário e na fala de políticos de Campos, particularmente durante a década de 1980, sempre que se abordavam temas como *royalties* do petróleo, projeto de irrigação dos canaviais (Projir), unidade de Amônia/Uréia, refinaria de petróleo, consolidação das dívidas das usinas (espécie de perdão governamental de dívidas de usineiros), entre outros tópicos. Em todos estes casos, ansiava-se por iniciativas salvadoras desencadeadas pela esfera governamental. Estes tópicos constituíam, então, promessas ou esperanças de redenção econômica para Campos e região, assolados por um subdesenvolvimento traduzido inclusive por estagnação ou decréscimo populacional.

O anseio pelo que se tem como progresso parece ser uma característica comum à maioria das típicas cidades brasileiras do interior. Mas o caso de Campos é singular. No imaginário coletivo local, a estagnação era ainda mais dramática por se contrapor a uma tradição de pujança econômica e de destaque nacional. Virou folclore na cidade a idéia de que Campos é a "terra do já teve". Talvez o maior

²⁹ Em contraste com o atual traço messiânico, é de se notar, como o faz Pinto (1995, p. 102), que a construção da antiga prosperidade campista teve como um de seus motores o próprio espírito empreendedor local.

emblema deste estado de espírito seja a recorrente lembrança de que a cidade teve o primeiro sistema elétrico de iluminação pública da América Latina, em 1883.

A antiga pujança se transformou numa tal decadência, que centenas de cidades de menor porte foram sucessivamente suplantando Campos em número de habitantes, expressão econômica e nível de bem-estar social. Nenhuma das iniciativas anunciadas como redentoras nas décadas de 1970 e 1980 se concretizou naquele período.

O pagamento de *royalties* pelo petróleo extraído em alto-mar — a Lei 2004, de 1953, só previa *royalties* para petróleo extraído em terra — criou grande expectativa em vista da aprovação da emenda constitucional pelo Congresso Nacional, no início da década de 1980. Mas o então presidente da República, general João Batista Figueiredo, vetou o projeto, causando enorme frustração. A retomada da campanha pelos *royalties* obteve algum êxito em 1985, quando projeto do senador Nelson Carneiro foi aprovado e sancionado. Mas os recursos foram de tal maneira pulverizados, que o impacto sobre as finanças de Campos foi modesto. Ou seja, até 1997, quando se deu o grande salto no repasse dos *royalties*, de Campos o petróleo praticamente só tinha o nome.

O projeto de irrigação do Norte Fluminense (Projir) era anunciado pela imprensa local como salvação da lavoura canavieira, cujos índices de produtividade eram baixíssimos. Segundo se alegava, a razão era a irregularidade na ocorrência de chuvas. Como as usinas tinham se endividado nos anos 70 para modernizar o parque industrial, a falta de irrigação criava um gargalo, gerando capacidade industrial ociosa. Mas o Projir não chegou a ser implementado. O perdão das dívidas das usinas também não saiu.

A unidade de amônia/uréia seria um empreendimento industrial da Petrofértil, subsidiária da Petrobras, mas também não foi instalada em Campos. Aliás, toda a estrutura referente à exploração de petróleo na Bacia de Campos foi instalada em Macaé (RJ), que experimentou, desde a década de 70, grande impulso na atividade econômica, na arrecadação e no crescimento populacional (não omitindo toda a carga de problemas sociais daí advindos).

Tudo isto ajuda a caracterizar a propensão da sociedade campista para apostar em soluções salvadoras. Dois depoimentos espontâneos datados de maio de 2004, emitidos pelo veterano jornalista e cronista Luiz de Gonzaga Balbi — uma espécie de informador privilegiado do ambiente cultural campista, graças à longa vivência e a um aguçado senso de observação — sintetizam a presente argumentação. Trata-se de dois artigos semanais consecutivos publicados no jornal Folha da Manhã (“Ruptura”, em 15/05/04 e “Aposta certa”, em 22/05/04). No primeiro, o velho Balbi (pai do informador Aluysio Balbi, entrevistado na primeira etapa desta pesquisa) tenta decifrar em que momento histórico e por que motivos Campos se desviou do progresso para a estagnação. No segundo, reafirma a confiança na contribuição da Uenf para a “redenção sócio-econômica não só de Campos como do Norte Fluminense”³⁰

Por ilustrar em não muitas palavras e com símbolos marcantes a argumentação precedente sobre o anseio campista pelo progresso e sobre a nostalgia de um desenvolvimento perdido, vale a pena reproduzir os dois artigos, com grifos nossos:

³⁰ Além de instruir a reflexão sobre a forma como o campista se relaciona com a idéia de progresso, esta manifestação referenda a argumentação sobre o problema das expectativas criadas em torno da implantação da Uenf. Embora o articulista faça uma defesa vigorosa da contribuição da Uenf para o desenvolvimento regional, passados quase 11 anos da implantação, dá a entender a existência, em outros círculos de opinião, de certa impaciência com o prazo de maturação da Universidade.

Ruptura (Folha da Manhã, 15/05/04)

Luiz de Gonzaga Balbi

Uma antiga dúvida me martela a cabeça sem perspectiva de pronta solução: em que momento histórico Campos começou a marcar passo e reduzir seu ritmo de desenvolvimento em relação a cidades e, mesmo, algumas capitais que lhe eram parelhas? Juntando lembranças e leituras, suponho que a ruptura ocorreu no primeiro quartel do século XX quando tivemos as últimas realizações mais expressivas do governo e da iniciativa privada como as construções do Mercado Municipal, reproduzindo um modelo francês, o Matadouro Municipal, o Triturador e o Teatro Trianon, inaugurado com temporada de companhia estrangeira.

Em comparação com o que vinha acontecendo **desde o Império, quando Campos tinha projeção nacional e internacional, esta por conta de ter sido a primeira cidade da América do Sul a possuir serviço público de luz elétrica, em 1883**, o que veio depois teve significação bem menor, permitindo que fôssemos sendo ultrapassados por comunidades bem mais novas até do Nordeste.

Pelo que sei, o assunto é muito lamentado mas não estudado. Uma hipótese de Lamego Filho aponta para as ações de corretores de açúcar do Rio de Janeiro que teriam comprometido nossa agroindústria mas considero-a insuficiente como explicação única do caso, já que outros fatores deveriam estar envolvidos no processo desencadeado. **A recorrente idéia de que Campos é a terra do "já teve"** poderia indicar uma inapetência para o progresso depois de alto nível alcançado no seu rico e movimentado passado.

A respeito, tive oportunidade, há algum tempo, de indicar a amigo que se preparava para pós-graduação que adotasse o assunto como tema de sua tese mas não logrei êxito. Espero, de futuro, que alguém, espontaneamente, aceite o encargo ou uma instituição acadêmica promova um estudo acurado da questão que, a meu ver, é crucial para que, identificando as causas da ruptura, se possa com precisão recuperar o tempo perdido. Os decantados royalties cuja aplicação é discutível para muitos pode se constituir numa alavanca para isso, antes que acabe. Voto na UENF para a tarefa.

Uma civilização — e é de civilização que estou falando apoiado no mesmo Lamego Filho — não se perde de repente. Isto envolve um processo de duração e desenrolar variáveis. Em nosso caso, houve momentos em que o desenvolvimento parecia que seria retomado como quando da criação da Fundenor que por um tempo nutriu nossas esperanças ou quando da obtenção dos royalties, entre outros de menor significação como o da instituição de cursos superiores e o recente surto imobiliário.

Ao mesmo tempo, outras tantas frustrações (já relacionadas em artigo intitulado "Perdas estratégicas de Campos") **alimentaram o desalento num envolver de expectativas contrastantes**. Tudo tendo como conseqüência, certamente, o arrefecimento de esforços e a descontinuidade de ações à falta de um projeto consistente de necessária abrangência. Permeando isso, pode-se observar uma espécie de conformação em muitos setores provavelmente satisfeitos com a atual situação sem considerar o resgate da posição que a Cidade ocupou no País.

Esse resgate, todavia, só poderá ser feito com a recuperação do **espírito empreendedor que caracterizou nossos antepassados**_corajosos na aceitação de desafios e confiantes no valor de seus próprios esforços para vencê-los.

Aposta certa (Folha da Manhã, 22/05/04)

Luiz de Gonzaga Balbi

Quando se lutava aqui para a obtenção de incentivos fiscais que jamais teríamos eu afirmei em coluna nesta mesma página que preferia a consolidação da Universidade Estadual do Norte Fluminense, o sonho de Darcy Ribeiro que Leonel Brizola pôs em execução. **Acreditava firmemente então como continuo acreditando agora que sua missão representaria a redenção sócio-econômica não só de Campos como do Norte Fluminense.** Melhor do que poderiam fazer os incentivos embora algo mais devagar, até atingir seu projeto o ponto de maturação mas com maior segurança em relação ao futuro.

Aqui mesmo, na Cândido Mendes, ouvi o prof. Nogueira de Faria revelar que a primeira safra dos projetos incentivados pela Sudene, no Nordeste, teve um aproveitamento bem abaixo das expectativas criadas pela concessão do benefícios, o que, certamente, se repetiria aqui. Isto devido a facilidade proporcionada para investir, o que produziu projetos de discutível viabilidade técnico-econômica.

A aposta na UENF está se mostrando acertada em todos os sentidos. Principalmente no seu principal objetivo, o de produzir conhecimentos tecnológicos aplicáveis às vocações econômicas da região, notadamente nos setores da agricultura e pecuária que foram responsáveis pelo seu progresso no passado. O que se justifica na inscrição **em nosso Obelisco que reza: Campos progride com a riqueza do seu solo.**

Há pouco, nossa Universidade esteve em foco no noticiário nacional com a descoberta de tecnologia para a produção de diamante artificial, de largo e importante emprego na indústria em geral, aproveitando as propriedades do grafite, mineral ocorrente na Região, especialmente em São Fidélis. À parte a significação dessa importância, a descoberta assinala um feito notável de natureza científica, credenciando seus pesquisadores para novas conquistas nesse sentido.

Isto tudo acontece malgrado algumas dificuldades iniciais em sua implantação e outras recorrentes que têm demandado esforços adicionais de sua comunidade acadêmica para superá-los, o que, se denota a qualidade dos quadros que a compõem, não deixa de contribuir para retardar resultados em projetos de pesquisas. O de diamante artificial, por exemplo, foi um deles.

Ao mesmo tempo, seus programadores vêm-se a braços com outras dificuldades geradas por atrasos na instalação de equipamentos . como uma centrífuga que poderia estar em funcionamento há muito tempo, e de construções como a do Hospital Veterinário. Acresça-se a circunstância de que, na verdade, o que falta é pouco para a conclusão dessas disponibilidades técnicas.

Entrementes, no setor agrícola vários sucessos têm sido conseguidos, interessando particularmente as culturas de maracujá e abacaxi, com a melhora genética de seus frutos, o que vem ao encontro do programa de desenvolvimento da fruticultura regional, uma das alavancas para a sua recuperação econômica.

O incentivo de que necessita a UENF é a confiança da comunidade regional com apoio aos pleitos de seus dirigentes e a atenção dos políticos que a

representam no Executivo e no Legislativo. O que não será nada mais do que justiça.

Diferentemente das demais iniciativas supostamente redentoras, que não foram implementadas, a Uenf foi além da promessa. Darcy Ribeiro prometeu trazer cientistas de renome internacional, e a cidade os recebeu, a começar pelos russos. Prometeu desenvolver tecnologias para se aplicarem ao desenvolvimento regional, e a Uenf se instalou com equipamentos de alta precisão e pessoal ultraqualificado para os padrões locais. Prometeu pesquisar a agropecuária e a indústria da região, e a Universidade já nasceu com programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado.

Assim se chega próximo ao que se poderia chamar de uma equação completa. As expectativas criadas em torno da Uenf foram suscitadas pela pregação messiânica de Darcy Ribeiro. Germinaram num ambiente cultural nostálgico de um progresso perdido e sedento por promessas redentoras. E as expectativas cresceram diante da concretização da prometida Universidade do Terceiro Milênio, com seus cientistas cosmopolitas e seus equipamentos de última geração.

Vale lembrar ainda que a idéia de uma universidade pública em Campos havia décadas vinha habitando o imaginário coletivo campista como símbolo de um progresso muito desejado. Em entrevista, o jornalista Chico de Aguiar relata o seguinte:

[...] acho que é muito por isso que a Universidade veio para aqui, por este sonho campista de ter aqui uma universidade, como tem no interior do Estado de São Paulo, em Minas Gerais, e o Estado do Rio, um estado muito menor, com condições de fazê-lo, não tinha feito ainda.

Na mesma linha, Alves e Lima (2003, p. 14) registram:

Já em 20 de abril de 1961, no discurso de fundação da Faculdade de Filosofia de Campos, Maria Thereza Venâncio, sua primeira diretora, mencionava a necessidade de haver uma universidade na região norte fluminense. Por toda essa década ocorreram reuniões e debates em que se defendia e divulgava essa idéia, através de ações de sensibilização da comunidade, com distribuição de *bottons*, camisetas, adesivos.

Em 1974, em visita a Campos, o então governador Raimundo Padilha apresentou, em praça pública, o decreto de criação da Universidade do Norte Fluminense (Alves e Lima, 2003), que, no entanto, não foi implementado. Isto não obstante já haver uma sede previamente destinada a abrigar a nova instituição — precisamente o casarão deixado em testamento pela senhora Maria Queiroz de Oliveira, conhecida como Dona Finazinha. Segundo Alves e Lima (2003, p. 15), esse imóvel chegou a ser reformado pelo governador com esse fim, mas a universidade, à época, não saiu do papel. O sonho finalmente se materializou com a implantação da Uenf, em 1993, envolvendo toda a série de conflitos com o segmento das antigas faculdades locais, como já se apontou.

Uma esclarecedora leitura das conseqüências deste estado de ânimos foi formulada por um “nativo” do ambiente da Uenf: o professor Fernando Saboya de Albuquerque Júnior, engenheiro civil, pesquisador da Uenf desde 1993, pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Uenf a partir de julho de 2003. Em comentário espontâneo (não dirigido a este pesquisador, mas depois confirmado) emitido numa reunião realizada em 06/02/04, Fernando Saboya disse que a implantação da Uenf gerou dois tipos de expectativas em Campos. Por parte da elite política local, a Uenf teria trazido a perspectiva de uma instituição com valor instrumental para a ação político-partidária. A desvinculação institucional em relação à Fenorte, antiga mantenedora, especialmente da forma como se deu — à custa de uma indomada rebeldia de professores, funcionários e alunos, traduzida em movimentos grevistas de fundo institucional, que bem poderiam ser enquadrados no que Turner chama de

drama social —, teria desencorajado tal visão. Por parte da sociedade campista, tomada em âmbito mais geral, entende o informador, as expectativas teriam sido do tipo messiânico (nos termos em que a expressão foi caracterizada acima), a saber, daquelas em que se esperam soluções rápidas, fantásticas e exteriores. Também aqui se deu, segundo Fernando Saboya, uma frustração, visto que os efeitos da presença da Uenf sobre o cenário socioeconômico local não têm sido tão instantâneos nem percebidos à maneira espetacular.

8 Representações da sociedade de Campos por pesquisadores da Uenf (Segunda fase)

8.1 Considerações metodológicas

Na segunda etapa deste trabalho, em que a atenção esteve voltada para a identificação e análise das representações sociais da sociedade de Campos por parte de pesquisadores da Uenf, o "campo minado" de que se falou na primeira fase esteve novamente presente, com agravantes. Se na primeira etapa o autor do trabalho se confundia com o objeto das representações (por ser ele um servidor da Uenf), na segunda etapa o autor também se confunde com o objeto das representações (por ser ele um campista). Como agravante, as observações de campo realizadas nesta etapa encaminharam o trabalho ao mergulho em tensões e conflitos no seio da própria coletividade da Uenf. Portanto, o autor se viu na condição de analisar conflitos nos quais ele próprio está mergulhado.

Viu-se que na primeira fase foi feito um esforço para explicitar as concepções prévias do autor a respeito do objeto Uenf em sua relação com a sociedade local. Uma vez objetivadas tais concepções, o esforço foi no sentido de colocá-las em suspenso. Para fazer frente aos riscos inerentes à segunda parte do trabalho, este autor procurou utilizar o aprendizado exercitado na primeira etapa e, mais uma vez, explicitar sua posição no jogo interno de conflitos. É o que se tentará fazer daqui para diante.

Sabe-se que o percurso metodológico de uma pesquisa tem que ter estreita ligação com suas premissas teóricas. Para abordar este assunto, será preciso antes fazer uma observação: ao longo da coleta de dados, sofreram mudanças a forma de constituição do *corpus*, a perspectiva teórica e o próprio objeto. Na primeira parte, os dados estavam fundamentalmente consignados em entrevistas não-diretivas. A perspectiva era a da Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici, oferecida por uma vertente dita renovadora da Psicologia Social. E o objeto da pesquisa era a análise das representações sociais da Uenf pelo segmento dos profissionais de Comunicação Social de Campos. Mas o contato com leituras e experiências etnográficas ao longo do segundo semestre de 2003 levou o pesquisador a se aproximar crescentemente de uma abordagem à maneira antropológica, baseada na contribuição de autores como Malinowski, Turner, Dumont, Evans-Pritchard, entre outros. Evidentemente, isto se refletiu na condução da pesquisa em sua segunda parte.

Foi devido a estas adaptações de percurso que a metodologia incorporou estratégias como as anotações de campo, ou seja, a obtenção de dados em situações espontâneas, o que é notoriamente diferente da coleta de dados em entrevistas, ainda que realizadas com todo o esforço pela não-diretividade. Aliás, a ampliação da perspectiva teórica trouxe para o dia-a-dia da pesquisa a importância da memória de episódios anteriores. Certas anotações de campo realizadas em março ou abril de 2004 se referem a episódios ocorridos meses ou até anos antes. Em alguns casos, as anotações suscitaram a conveniência de realização de entrevistas, aí já sem o compromisso da não-diretividade.

Assim, na segunda etapa da pesquisa, a realização de entrevistas não-diretivas, que não foi inteiramente abandonada, conviveu com a realização de entrevistas

diretivas e com a observação direta no campo. No caso das entrevistas não-diretivas, deve-se registrar o esforço do pesquisador pela aproximação gradual e pela não-imposição de temas.

De antemão, registre-se que este esforço de pesquisa estava previamente instruído pelo conhecimento da complexidade que envolve a apreensão de universos simbólicos através de entrevistas. Já nas primeiras experiências de coleta de dados por entrevistas, o pesquisador tinha em mente as sutilezas e os problemas inerentes ao instrumento, especialmente no caso das não-diretivas, normalmente apresentadas como solução para atenuar a influência da subjetividade do pesquisador sobre os dados obtidos.

Apesar dos ajustes significativos na condução da pesquisa em relação ao que tinha sido planejado inicialmente, pode-se dizer que estes movimentos se deram no âmbito de um espaço de certa forma previsto no projeto de dissertação formalmente aprovado em julho de 2003. Referido projeto deixava ampla margem para ajustes de percurso na medida em que propunha que a delimitação do tema, a construção do objeto, a formulação das questões e a categorização a ser adotada na análise das entrevistas tivessem, na maior medida possível, um caráter compartilhado pelo entrevistador com os entrevistados. Evidentemente, este não é um postulado de aplicação simples nem algo cuja consecução se possa avaliar em termos de "sim" ou "não". Trata-se, antes, de uma diretriz, um balizador, que se materializa em maior ou menor grau conforme as circunstâncias e a felicidade ou infelicidade ocasional do pesquisador. Pode-se ilustrar esta pretensão da seguinte maneira: a consecução deste objetivo está para um pesquisador instruído com tal propósito assim como o gol está para um centro-avante num jogo de futebol.

Ademais, esta proposta de flexibilidade, que já figurava no projeto em sua concepção original, não está distante do postulado de Turner segundo o qual é preciso dar atenção às evidências do campo.³¹ Esta postura de flexibilidade frente às indicações do campo também está em acordo com o seguinte postulado de Malinowski (1976, p. 26):

"Se um homem parte numa expedição decidido a provar certas hipóteses e é incapaz de mudar seus pontos de vista constantemente, abandonando-os sem hesitar ante a pressão da evidência, sem dúvida seu trabalho será inútil."

Aliás, nenhuma contradição há entre este postulado e o de Evans-Pritchard (1976, p. 300), segundo o qual ir para o campo com idéias preconcebidas é uma virtude e não um vício, desde que tais idéias não sejam as do senso comum, mas sim da teoria etnológica. O próprio Evans-Pritchard ratifica, por seu turno, a submissão do antropólogo à organização social, aos valores e sentimentos do povo estudado, ou, numa palavra, ao celebrado "ponto de vista do nativo" de que fala Malinowski.

Se na primeira fase do trabalho a mistura de papéis entre pesquisador e funcionário da Uenf ocorreu, na segunda não foi diferente. Na segunda fase, porém, o recurso às anotações de campo (referentes a situações espontâneas) conferiu mais segurança ao etnógrafo para nortear suas conclusões parciais e direcionar os esforços subseqüentes. A mistura de papéis (neste caso, etnógrafo x colega de trabalho dos pesquisadores entrevistados) também ocorreu, mas — a juízo deste autor — sem maiores implicações para a análise.

³¹ Os estudos de Turner sobre o ritual *Ndembu* nasceram de um propósito que originariamente era de abordar as relações de parentesco.

8.2 Um lugar de cana, monocultura e oligarquias

Dos 11 entrevistados na segunda e terceira fases da pesquisa, oito são docentes da Uenf e três são servidores técnico-administrativos. Neste universo de oito docentes, três (Helion Vargas, José Arica e Sérgio Azevedo) são professores titulares; quatro (Ricardo Moreira de Souza, Eduardo Atem de Carvalho, Enrique Medina-Acosta, Arlete Sendra) são professores associados e uma (Cláudia Dolinski) é pesquisadora bolsista. Seis são brasileiros, um é peruano e um é colombiano. Dentre os seis brasileiros, dois (Helion Vargas e Sérgio Azevedo) são vindos de outros estados, dois (Ricardo Moreira Souza e Cláudia Dolinski) são oriundos da cidade do Rio de Janeiro e dois (Arlete Sendra, Eduardo Atem) são “culturalmente campistas”³².

A hipótese do choque de culturas ganhou muita força já na realização da primeira entrevista da segunda etapa da pesquisa. A conversa programada era com a pesquisadora Cláudia Dolinski, bolsista do Laboratório de Proteção de Plantas do Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias da Uenf, mas o professor Ricardo Moreira de Souza, seu cônjuge e pertencente ao mesmo laboratório, acabou por se incorporar à entrevista.

Para surpresa deste autor, o universo de OVNI e marcianos voltou a aparecer com todo o vigor logo neste primeiro depoimento (repetindo-se, depois, na entrevista com o professor José Arica). Antes, porém, de entrar neste aspecto, convém recapitular a atmosfera em que se deu esta entrevista inaugural da segunda fase, dedicada à coleta de dados junto a professores da Uenf.

³² Neste trabalho, considera-se “culturalmente campista” o indivíduo que tenha formação ou atividade profissional em Campos antes da instalação da Uenf, ainda que nascido em outro município, como Arlete Sendra, natural de Cambuci (RJ).

Cláudia Dolinski não é do quadro docente permanente da Uenf, como se supunha ao abordá-la, mas sim pesquisadora bolsista. No entanto, exceto pela natureza do vínculo jurídico, enquadra-se no perfil socioeconômico de docente da Uenf, estando, no momento da conclusão deste trabalho, aprovada em concurso para o quadro docente permanente. É uma doutora na faixa dos 35 a 45 anos, com formação nos Estados Unidos, cônjuge de outro professor da Uenf, Ricardo Moreira de Souza, da mesma faixa etária e do mesmo laboratório.

Uma consideração deve ser feita a respeito da escolha da entrevistada, o que vem a propósito das escolhas efetuadas por um pesquisador social. Por que abrir a nova série de entrevistas exatamente com aquela pesquisadora, considerando, inclusive, que ela não constava do rol de nomes relacionados em comum acordo com o orientador da dissertação? Ali houve uma intuição. Este autor tinha tido um único e rápido contato com Cláudia Dolinski, alguns meses antes da entrevista, por ocasião da preparação de um material de divulgação científica por parte da Assessoria de Comunicação da Uenf, onde este mestrando exerce atividade profissional. A maior parte do contato foi via *e-mail*, e, por este meio, Cláudia tinha veiculado algum comentário sobre a importância de a Uenf abrir canais de comunicação com o público geral de Campos. Como pareceu a este autor que Cláudia Dolinski fosse originária de outro Estado (a julgar pelo sotaque, pelo tipo físico e até pelo sobrenome) e que tivesse alguma inquietação com o problema da relação entre a Uenf e a sociedade local, intuiu-se que ela poderia preencher um perfil adequado para conferir subsídios à nova abordagem da pesquisa.

Para a surpresa deste autor, Cláudia Dolinski não é professora do quadro permanente da Uenf, mas pesquisadora bolsista. Nem é de outro Estado (paulista ou

paranaense, como se supunha), mas carioca, "nascida e criada em Copacabana"³³. Mesmo assim, seu depoimento foi de tal forma pertinente para o encaminhamento dos trabalhos que, caso não tivesse sido o primeiro da nova série, haveria razões para supor algum tipo de "contaminação" ou indução.

A entrevista com Cláudia Dolinski inaugurou também uma etapa de maior flexibilização na coleta de dados, em geral, e na condução das entrevistas, em particular. Aquela abordagem foi ainda de tipo não-diretivo, mas transformada num bate-papo a três devido à chegada e à incorporação à conversa de seu cônjuge, professor Ricardo Moreira de Souza.

Faz-se essa digressão sobre intuições e surpresas para introduzir o grau de imprevisibilidade que cercou as constatações propiciadas pela primeira entrevista. Sem qualquer sugestão, Cláudia Dolinski manifestou a percepção de que ela, como pesquisadora da Uenf, é vista pelas pessoas comuns de Campos como "uma marciana", tornando novamente presente a simbologia do extraterreno, a exemplo que já se constatara nos depoimentos da primeira fase do trabalho. Um pouco adiante, Ricardo Moreira de Souza entrou na conversa e esboçou a seguinte reflexão:

Ricardo: A Uenf, decididamente, ela não é parte ainda da sociedade campista. Ela está aqui fisicamente, existem muitos técnicos que moram inclusive nessas áreas de mais baixa renda, técnicos de campo, né, gente que... eu não estou falando só de professor universitário, que é uma categoria...

Pergunta: Claro.

Ricardo: ... social mais elevada. Mas a Uenf não está incorporada ainda à vida da comunidade. Figurativamente, é um disco voador que desceu aqui e...

Pergunta: Você já ouviu alguém usar essa imagem?

Ricardo: Não, tirei agora.

³³ Marcel Griaule (1957), não traduzido e pouco difundido no Brasil, não acredita no acaso, mas na oportunidade oferecida pelo imponderável. Neste episódio, um aparente acaso levou àquela que provavelmente foi a entrevista mais rica da segunda fase (e por isto transcrita em anexo).

O informador foi mais longe, dizendo que há uma espécie de barreira (psicológica ou sociológica) entre a Uenf e a sociedade local; e que, inclusive, presenciou casos de empregadas domésticas que tinham receio de subir a rampa do prédio onde ele e Cláudia Dolinski trabalham, para tratar de assuntos de interesse comum. Disse que o campista não é em geral receptivo, que ele e a esposa Cláudia tentaram sem sucesso entrosar-se no circuito de festas de aniversário de sua vizinhança, ocasiões em que o diálogo não se estabelecia por absoluta falta de afinidade entre os interlocutores.

Por fim, Ricardo Moreira de Souza formulou uma hipótese para explicar esta situação: Campos teria ficado muitas décadas isolada, apenas exportando gente, sem contato com pessoas de hábitos culturais e mesmo com traços físicos diferentes dos seus. Usou inclusive a expressão "choque de culturas", que este etnógrafo já tinha insinuado em suas reflexões anteriores.

As entrevistas que se seguiram reforçaram, com diferentes matizes, a hipótese do choque cultural. Nas entrevistas não-diretivas, praticamente todos os pesquisadores não campistas indicaram algum grau de desconforto com o ambiente cultural local. O traço mais marcante da representação de Campos elaborada por este conjunto de pesquisadores é a associação da sociedade local com referentes que invocam o assim chamado atraso socioeconômico. Frequentemente, os símbolos mais fortes do "atraso" campista são extraídos do mundo da monocultura canavieira, como a pobreza e o domínio das oligarquias.

Esta associação, que também esteve presente nas reflexões deste próprio autor antes mesmo de iniciar este lote de entrevistas, parece crucial para entender sob outro ponto de vista (diferente do ponto de vista nativo campista, já apresentado) o

descompasso entre a Uenf e a sociedade de Campos. Também esta representação mostrará alto teor explicativo para o conflito da Uenf com a sociedade local e para os conflitos internos observados, e que serão abordados mais adiante.

O depoimento mais explícito a respeito da representação da sociedade de Campos como marcada pela força das oligarquias foi o do professor José Arica, como se vê no trecho transcrito a seguir:

Pergunta: Qual foi, digamos assim, a impressão que o senhor teve quando chegou...?

Arica: Uma cidade marcada pela atividade canavieira, né? Uma situação bem típica de região de monocultura, está certo? Uma oligarquia muito forte e ... representantes, entre aspas, da cidade e o resto...

Pergunta: O senhor percebeu isso logo na chegada?

Arica: Sim, era muito evidente isso, né? A cidade, por exemplo, até agora tem muito pouco parque, não é? Em geral, as oligarquias não precisavam ... as pessoas não saíam de Campos. Tinham no máximo o descanso da lavoura.³⁴

(risos)

Arica: E estas pessoas eram muito.. .a condição era muito precária, eram muito pobres. E... as oligarquias se divertiam no Rio, Europa, Estados Unidos... Mas aqui era o lugar de trabalho.

Ao citar suas referências a Campos antes de conhecer a cidade, Cláudia Dolinski também refere a identificação inicial de Campos com o “atraso” próprio das regiões de monocultura canavieira:

[...] Minha mãe toda hora falava... porque a gente não conhecia Campos. Carioca não conhece o Norte Fluminense, essa que é a verdade. A gente ouvia falar de Campos, “é, parece que deve ter um monte de cana lá...” (risos) “tudo ignorante”. E minha mãe falava muito mal. [...]

O professor Enrique Medina-Acosta, colombiano, relata ter ficado “chocado” ao ter o primeiro contato com Campos. Sua adaptação foi penosa a ponto de ter precisado mudar-se de Campos para o balneário de Grussaí, município de São João da Barra, por orientação médica (os grifos são nossos). Como o relato é rico em

³⁴ Transcrição aproximada. O sentido é que as oligarquias não se importavam com a condição da cidade, visto que a seus moradores habituais, camadas populares, bastava o descanso da lavoura, não se exigindo melhores oportunidades de lazer e bem-estar.

detalhes significativos, como as expectativas alimentadas pelo próprio pesquisador quanto à nova universidade, vale a transcrição de um trecho mais extenso, com grifos nossos:

Pergunta: O senhor veio fazer uma visita também à Uenf, ou veio direto?

Medina: Não (*não fez visita*). Eu fiz o seguinte: eu pedi que mandassem informações quanto ao tipo laboratório que queriam que eu montasse, era uma universidade de tecnologia, que a área já estava montada, que a Universidade era totalmente nova, tinha só um ano de existência, a Uenf, na época, e que estavam contratando 60 pesquisadores russos e vários de outros países, que aqui seria um complexo universitário e de desenvolvimento multilíngua, multidisciplinar, único na Sul-América em que todos os corpos docentes teriam ... nós teríamos pesquisa de altíssima qualidade e que teríamos muito dinheiro do Estado. Basicamente fiquei na Inglaterra duas semanas analisando a universidade (*de lá*). E o laboratório era bom, mas era bem pequeno e depois, pensando, achei que era melhor aqui. **Pedi a meu irmão que viesse a Campos. Ele estava num congresso na Bolívia. Ele veio e ficou espantado.**

Pergunta: Com o quê?

Medina: **Com a cidade e com a ausência de Universidade.** Eu falei "não acredito, porque tenho um papel aqui"... Ele veio duas vezes. Uma em junho de 94 e de novo em outubro ele viajou para a Argentina, aí eu falei "passa lá pra ver se o laboratório está pronto". Aí ele veio. [...] Aí ele definitivamente falou: "Não tem laboratório, só tem um prédio" — que era o do CBB — "que está meio funcionando e não tem laboratório, pouquíssimos laboratórios". O que eu fiz foi acreditar mais no fax com a assinatura do reitor. Aí eu pedi licença lá no emprego, porque eu já tinha nos Estados Unidos um emprego de professor visitante, e falei "eu vou vir pra cá". Antes de vir pra cá, me mandaram seis meses para a Colômbia. Quando eu decidi vir, eu liguei para o reitor, e ele disse: "Não, não vem agora, porque o seu laboratório ainda está terminando. Vamos comprar equipamentos. Olhe, escute como descem os equipamentos dos caminhões!" (*gesticula como quem põe o fone para captar o suposto barulho do descarregamento*).

(risos)

Pergunta: Foi assim, professor?

Medina: Foi assim mesmo! (risos) Aí fui para a Colômbia e me deixaram seis meses incomunicável.

Pergunta: Quem te deixou?

Medina: A Uenf.

Pergunta: A Uenf impôs isso ao senhor?

Medina: Não, a Uenf simplesmente...

Pergunta: Ah, não se comunicou com o senhor...

Medina: Não se comunicou. Eu ligava, mandava fax, mandava e-mail, mandava tudo, telefonava, não tinha resposta, foi realmente triste. Eu já tinha renunciado ao emprego e a outros dois empregos em universidades diferentes. Finalmente em 10 de dezembro de 94 falaram: "Está pronto, pode vir." Peguei um avião e cheguei a Campos pela primeira vez. [...] **E eu cheguei no dia 12 de dezembro de 1994 a Campos dos Goytacazes, e realmente foi chocante. Chocante, chocante. Não imaginava Campos como era nessa época. Hoje em dia Campos tem evoluído muito. Mas foi chocante.**

Pergunta: Mesmo com o seu irmão tendo falado...

Medina: Duas vezes...

[...]

Pergunta: O que mais chamou a atenção do senhor nesse primeiro contato? O que que mais chocou?

Medina: Primeiro a cidade, que era... Bem, não devemos esquecer que eu estava vindo de Nova Iorque, após morar dez anos em Nova Iorque. Então... e eu nasci numa cidade que era a capital da Colômbia, uma cidade grande, tipo o Rio de Janeiro, 11 milhões de habitantes. **Ao chegar, parecia que era um povoado, não uma cidade. [...] A maioria das ruas esburacadas, aquele paralelepípedo — agora estão, não sei se você se deu conta, os paralelepípedos estão na primeira rua atrás da Uenf, na favela —... então era assim, era esburacado, tinha um transporte péssimo. Imagine uma pessoa de fora, vinda dos Estados Unidos, numa cidade, hospedada no Pálace — fiquei três meses morando no Pálace (Hotel) —, pegando o ônibus... é... Botelho?**

Pergunta: Oliveira Botelho...

Medina: Pegar o ônibus nesse calor terrível, ir para a Uenf, e chegar à Uenf e a Uenf não tinha nada, não tinha nada! Tinha só muita esperança e muita... — obviamente tinha gente trabalhando naquelas questões, que era a oferta que eles fizeram, e que nunca cumpriram. Eu coloquei isso no memorial, quando fiz o concurso para a Uenf, o impacto da minha vinda pra cá.

[...]

E inclusive, ao final do primeiro ano aqui em Campos, tive uma crise nervosa seríssima, seríssima! Eu quase resolvi ir embora, uma crise terrível. [...] Precisei morar um ano em Grussaí, porque aqui era impossível. Eu vinha bem cedinho para a Uenf, fazer o que tinha que fazer — nessa época era montar o laboratório, dar algumas aulas, nesta época havia dois cursos — e à tardezinha eu voltava para Grussaí. **Fiquei um ano em Grussaí, porque eu tinha pânico de Campos, pânico [...]** Após um ano que morei em Grussaí, [...] quando por exemplo eu tinha que ir ao Centro... então nessa época eu não tinha carro. Aí tinha que esperar 15, 20, 30 minutos o ônibus ... o ônibus da Uenf para ir para o Centro dura 30, 40 minutos, quando o trajeto seria de cinco minutos. [...] Em Campos os comerciantes abominam dinheiro. (risos) **Hoje em dia talvez não, mas nessa época você sacava um cheque, cheque da praça, não aceitavam, uma coisa absurda.**

Pergunta: Cheque da praça...

Medina: Era absurdo, uma coisa absurda. **Você tinha que mostrar identidade, foto da mamãe ... muito difícil se acostumar às coisas em Campos. Eu acho que isso vários estrangeiros poderiam dizer.** Não quero dizer com isso que não fossem amáveis, obviamente. As pessoas são bastante amáveis. Em termos de relacionamento ou profissional ou comercial, é muito difícil.

Um pouco adiante, o professor Enrique Medina-Acosta resume três ingredientes “mortais” da vida em Campos: “o barulho, o calor e a chuva preta (fuligem)”.

O professor Helion Vargas, brasileiro, criou poucos laços com pessoas de Campos, município que descreve como “um lugar muito atrasado” (grifos nossos):

Pergunta: O senhor falou aí com relação à cidade... é... que ainda não vê com bons olhos a Universidade... o senhor percebe isso hoje?

Helion: Ah, percebo. Eu convivo aqui muito pouco com esse pessoal, mas [...] eu vejo uma certa... Você vê: você tem um jornal aqui, praticamente, que é favorável à Universidade, que é a Folha da Manhã. O resto praticamente vai dizer o que o Garotinho, o Wanderley quer ditar. Então, fica um negócio um pouco... a cobertura jornalística é muito pouca. Ela é muito restrita ... ela precisa sair mais daqui do âmbito de Campos. **Agora [...] é um lugar muito atrasado, né, Campos, convenhamos, Campos não tem atrativo nenhum.** Pesquisador, no fundo, ele gosta de ir a um teatro, ele gosta de assistir a um concerto, de assistir a uma peça, e aqui não traz essas... essas... essas regalias entre aspas, que você tem quando está numa cidade grande. Agora, eu acredito que isso venha com o tempo. [...]

Pergunta: Como é que foi ou está sendo... o entrosamento do senhor com a rotina da cidade?

Helion: Eu não sei...

Pergunta: Nessas circunstâncias que o senhor falou...

Helion: **Nessas circunstâncias, é daqui... é da minha casa pra aqui. Se você vier sábado e domingo, meu carro está parado, todo mundo sabe disso, aqui. Eu... vivo aqui, é da minha casa pra aqui. O resto, eu não tenho contato nenhum.** Cinema você tem um aí que é um cinemazinho ruim... Você compra aí um DVD, uma coisa qualquer... E tenho alguns amigos aí, têm uns médicos aí, o Maron...

Eduardo Atem de Carvalho foi o primeiro campista a se tornar professor da Uenf, em 1997. Ele deixou Campos ao ingressar no curso de Engenharia Mecânica da Universidade Federal Fluminense (UFF, em Niterói, RJ), mas nunca cortou os laços com a cidade. Fez o doutorado na Texas A&M University, na cidade de College Station, Texas, Estados Unidos, mas manteve traços típicos do campista, como o forte desejo de retornar à terra natal³⁵. Não obstante, Atem de Carvalho — que informa ter sido visto pelos antigos amigos campistas, ao voltar a Campos, como uma espécie de semideus, reforçando a hipótese do choque cultural — reivindica uma "visão crítica" sobre a sociedade local, a qual classifica como marcada por um "provincianismo exacerbado", onde, até recentemente, reinava a figura do usineiro (grifos nossos):

³⁵ Talvez não seja exagerado referir uma diáspora campista, como sugerira o informador Ricardo Moreira de Souza, ao se referir à continuada "exportação" de gente por parte de Campos. No seu depoimento, Eduardo Atem de Carvalho atualiza traços de tão densa carga simbólica que são a experiência do "exílio" e o anseio pelo retorno — ambos típicos do campista.

Pergunta: Você disse que quando retornou, chegou, e tal, os colegas te viram assim de uma maneira meio diferente, não é isso? E você, como é que vê a cidade... mudou um pouco a forma de ver a cidade, ou ...

Eduardo: Eu sempre tive, olha, eu sempre tive uma visão muito crítica da cidade de Campos. Nunca me adaptei... talvez porque meus pais fossem... meu pai era de Itaperuna, mas criado no Rio. Minha mãe, do Rio. **Eu nunca me adaptei a esse provincianismo exacerbado da nossa cidade. É claro que toda cidade pequena é provinciana, mas Campos não é uma cidade pequena. Mas continua, sempre teve essa cabeça.** Eu vi primeiro uma modificação muito grande, **quando eu fui embora de Campos, aos 17 anos**, e depois eu passei a ser um visitante, não é, e não mais um morador, **existia aquela estrutura clássica de poder agrário, né, em que a cabeça era um usineiro e todo mundo que podia se agregava, via casamento ou emprego, a esse poder central do usineiro. Quando eu voltei, quase 20 anos depois, 16 anos depois, é... já não existia mais nada desse poder.** Os antigos nomes tinham desaparecido, as mansões abandonadas, a cidade tinha uma nova classe, difusa, dominante, né, ligada basicamente à Prefeitura, quer dizer, ligada ao grupo que está eventualmente no poder na Prefeitura, e os velhos nomes desapareceram. **Infelizmente, a mentalidade continua em parte. Quer dizer, acho que a classe que ascende copia exageradamente o que ela imagina que seja o comportamento anterior.** Exemplo clássico histórico é a Inglaterra vitoriana. Eles copiavam aquilo que eles imaginavam que era a nobreza para a época do Renascimento, e produziram uma farsa gigante. **Então aqui Campos vive isso. Quer dizer, é uma cidade que vive voltada pro passado. Se você notar, existe uma grande saudade de um passado...** E um passado que não era... tanto não era que deixou de ser! Quer dizer, as pessoas vivem uma ilusão.

Arlete Parrilha Sendra, mesmo relutando em descrever um hipotético perfil médio do campista, fala de uma sociedade com “valores congelados”:

Pergunta: Como é que a senhora definiria o campista, se é que é possível?

Arlete: É...

Pergunta: É possível falar num "campista médio" ou não?

Arlete: Não, eu acho difícil. Primeiro porque eu tenho muito medo assim de conceituações. Eu acho que quando você conceitua, você coloca uma moldura, você diz "isto é assim", então está moldurado...

Pergunta: Um rótulo...

Arlete: ... é, você coloca um rótulo... Mas eu acho que o homem de Campos é alguém assim de muita luta, enfim... eu gosto muito do campista. Eu tenho uma admiração muito grande por aqui. Eu acho que é uma sociedade que merece... uma comunidade que merece um estudo sociológico, viu? Esse bairrismo nosso, certas idiosincrasias, certa singularidades precisam ser estudadas. Eu tenho vontade de fazer esse trabalho, e já comecei.

Pergunta: Já começou?

Arlete: Já comecei.

Pergunta: Pode adiantar alguma coisa?

Arlete: É, o que me ditou esse trabalho foi o Antônio Olinto lendo a obra do... comentando José Cândido de Carvalho. O Antônio Olinto, ele comenta o riso em José Cândido de Carvalho. De uma certa forma, o riso em José Antônio de Carvalho é todo provocado por um desequilíbrio cultural.. desculpe, não é desequilíbrio, é por diferenças culturais, são as diferenças culturais que provocam o riso. E o Antônio Olinto disse: "Olha, esse riso precisa ser estudado. Ainda não foi devidamente trabalhado". Então, como

eu comecei a fazer a leitura do José Cândido de Carvalho tentando abrir este riso que está na obra dele, eu percebi que é o campista que está ali, entende? E o campista tem esse espírito assim, entre aspas, gozador. E o folclore da comunidade de Campos é muito forte. Por um lado, é uma sociedade muito assim... com certos valores congelados, porque durante muito tempo ela foi o máximo, o apogeu, pela cana-de-açúcar. Então, você sabe, isso fica assim... como é que eu vou dizer... inoculado na pele do campista...

Pergunta: Entranhado...

Arlete: Entranhado, né, é como se fosse uma segunda natureza...

Pergunta: Impregnado...

Arlete: Exato... Uma tatuagem, eu diria a você. Então o campista tem essa tatuagem de um dia ter sido o dono, ter tido o monopólio do açúcar, como teve o monopólio do gado. E, por outro lado, ele luta de todas as formas para não perder isto. Mas ele sabe que já perdeu, ele sabe que tem que correr atrás. Então ele vem buscando novos caminhos. [...]

9 "Aqui era o lugar do trabalho..." (Terceira fase)

A presença da atividade canvieira nas representações da região de Campos por indivíduos de outras origens é habitual e coerente com a força da cana-de-açúcar na história e na economia local. Esta representação não envolve apenas a esfera econômica, mas sobretudo o âmbito socioeconômico e cultural³⁶. Campos é um lugar de oligarquias fortes que não se importam com o povo nem com a própria cidade, pois se divertem na capital ou no exterior, como relata um informador nativo da Uenf.

"Mas aqui era o lugar de trabalho", diz. Sobretudo do trabalho braçal, poder-se-ia completar. Lugar do corte de cana. Lugar de coronéis e peões. Lugar, portanto, de gente habituada a obedecer, a ocupar lugar subalterno.

Esta pequena frase, extraída de uma manifestação compatível com um indivíduo com alto nível de formação e especialização, parece conter altíssimo teor explicativo para este estudo. A esta altura, é chegada a hora de explicitar o que seria uma segunda guinada na pesquisa: a constatação de que o conflito entre a Uenf e Campos, motor inicial da investigação, tem uma vertente interna à instituição e que não pode ser negligenciado. Mas aqui é preciso avançar aos poucos.

A primeira percepção de que algo estava incompleto no levantamento de dados deste trabalho se deveu a uma constatação um tanto óbvia: ainda que os professores doutores sejam a encarnação mais aproximada da própria instituição Uenf (e a presente perspectiva aposta nisto), tomar a Universidade exclusivamente pelo seu corpo docente seria uma imprecisão metodológica. É óbvio que o corpo

³⁶ Nos estádios campistas, é comum que torcedores dos grandes clubes cariocas dirijam-se a atletas ou à torcida local (do Americano Futebol Clube) com insultos do tipo "Vai cortar cana!".

permanente da Universidade também é composto por servidores técnico-administrativos.

Captado o primeiro sinal, eis que o campo começa como que a falar sozinho, ou seja, sem ser induzido por entrevistas. O campo começa a mostrar que há uma divisão aguda dentro da Uenf, que coloca de um lado servidores docentes e de outro servidores técnico-administrativos. Evidentemente, o campo nunca deixou de emitir sinais a esse respeito; o que mudou foi a sintonia do etnógrafo, finalmente sensível para captá-los. Tanto é que entre as anotações de campo estão relatos de situações ocorridas meses ou anos antes, resgatadas da memória individual do pesquisador.

Tais notas dão conta de uma percepção amplamente disseminada no ambiente da Uenf quanto a uma rígida hierarquia de poderes que situa no topo o professor titular (doutor experiente e líder de grupo de pesquisa) e na base os servidores de menor grau de escolaridade. Entre estes níveis extremos, percebe-se uma diversidade de patamares separados entre si não apenas por fronteiras institucionalmente demarcadas, mas sim por “fossos” ou obstáculos percebidos como cristalizados e intransponíveis. Assim, embora o conflito mais evidente seja o que se dá entre professores doutores e servidores técnico-administrativos em geral, ele também opõe ora professores titulares a professores associados, ora técnicos de nível superior a funcionários de nível fundamental, e assim por diante.

Algumas expressões e imagens registradas nas anotações de campo ilustram a presente argumentação. Para uma servidora de nível superior —aqui referida pelo pseudônimo Gilda —, os “funcionários” (servidores técnico-administrativos) são considerados como meros “tarefeiros”, ou seja, atores capazes tão somente de executar ordens. Este personagem foi protagonista de um conflito com membros da administração empossada em 2003, logo após a eleição do reitor. Segundo a

informadora, a prática do jogo político interno da Universidade veda ao “funcionário” a possibilidade de externar pública e enfaticamente suas opções políticas.

Segundo outra anotação (referente a episódio ocorrido em 01/04/04), um servidor de nível médio comemora uma resolução do Conselho Universitário da Uenf que homologa o enquadramento dos servidores técnico-administrativos nos níveis prescritos por uma Portaria da Reitoria (documento este, por sua vez, derivado de um decreto). Tal medida representaria efetiva melhoria salarial para aproximadamente 80% dos servidores técnico-administrativos da instituição, como se anunciava então. Em diálogo espontâneo com o autor desta pesquisa, o informador manifesta surpresa com o fato de os “funcionários” terem sido objeto da atenção do Conselho Universitário, já que, conforme seu relato, “quem não tem ‘DR’ (título de doutor) não é nada” e, na percepção dos professores doutores, os servidores técnico-administrativos “não foram pagos para pensar, mas sim para trabalhar”. Questionado a respeito, o informador sustentou que as manifestações de autoritarismo dos doutores frente aos demais seriam freqüentes, e não ocasionais.

Detalhe significativo, neste caso, foi o fato de que toda a conversa a respeito começou com uma frase inconclusa do informador que foi complementada por alguém que passava ao lado. “Até que enfim saiu o enquadramento, porque funcionário nesta Universidade é ...”, disse ele. O complemento emitido pela pessoa anônima que passava foi uma expressão de baixo calão que traduz uma idéia de absoluta irrelevância.

Outra anotação, pinçada de uma conversa informal com uma jovem professora doutora da Uenf, desenvolvida em março de 2004, sugere a associação da condição de professor doutor a uma espécie de patologia, que esta informadora diagnostica como “doutorite”. O principal sintoma desta alegada anomalia seria uma postura

pedante, artificialmente superior. Citando dois colegas que com ela cursaram doutorado e se tornaram docentes da Uenf, a informadora menciona um caso não resolvido de “doutorite” e outro “felizmente” revertido.

Sem o mesmo bom humor — pelo contrário, até com uma faceta dramática —, outra informadora menciona diagnóstico semelhante. Funcionária não concursada da Uenf durante vários anos até junho de 2002, esta informadora tomou conhecimento das proposições deste trabalho através do relato de uma estudante de mestrado do Centro de Ciências do Homem da Uenf. Trata-se, por assim dizer, de uma informadora indireta, cuja contribuição chegou através da mestrande Fernanda Huguenin, do CCH/Uenf. Ao comentar com a ex-funcionária as conclusões preliminares do estudo — especialmente a tese conflito entre doutores e não-doutores, conforme anteriormente exposto em seminário público —, a mestrande ouviu da interlocutora uma afirmação enfática da pertinência de tais constatações. A informadora, que antes de trabalhar na Universidade tinha sido uma conceituada professora de Língua Portuguesa numa tradicional escola pública de Campos, disse ter sido vítima de humilhações por parte de doutores da Uenf em diversas oportunidades.

Um resumo de todas estas considerações parece estar contido no registro referente a um pronunciamento do professor Sérgio de Azevedo, titular do Laboratório de Estudos da Sociedade Civil e do Estado da Universidade e à época (agosto de 2003) recém-empossado vice-reitor da Uenf. Em comentário espontâneo, depois confirmado em entrevista gravada, Sérgio de Azevedo manifestou o estranhamento que sentiu ao chegar à Uenf, em 1998, e constatar “quase um fosso” que separava professores titulares (seniores) de professores associados (em geral

jovens) e professores do quadro docente (doutores) de professores colaboradores ou afins (não doutores).

À luz de tais reflexões, fica claro que há um conflito externo e um conflito interno. Um mínimo de elaboração é suficiente para propor que ambos sejam, em verdade, manifestações distintas de um mesmo conflito. A Uenf vista como fechada e estranha pelos campistas é a dos professores doutores, em sua esmagadora maioria oriundos de outras cidades, estados ou países. E essa tensão entre pesquisadores "estrangeiros" (estranhos à cultura de Campos, sejam de outras cidades, estados ou países) e indivíduos campistas se expressa, internamente, na tensão entre professores doutores (em geral "estrangeiros") e técnicos-administrativos (em geral campistas)³⁷.

Um pouco mais de refinamento será suficiente para transpor a este contexto a frase lapidar de um dos informadores da segunda fase da pesquisa: "As oligarquias se divertiam no Rio, Europa, Estados Unidos... Mas aqui era o lugar de trabalho"³⁸. Não seria razoável supor que os indivíduos integrantes das oligarquias campistas fossem maldosos. Eles simplesmente viviam num universo de senhores e servos no qual ocupavam o andar superior. Por isso o raciocínio que se segue deve ser interpretado sem paixões.

³⁷ Membro da banca examinadora deste trabalho, a professora Eurize Caldas Pessanha acusa, como lacuna, a falta de dados sobre o Vestibular e da consideração sobre para onde estão indo os campistas que buscam ensino superior. Mesmo tendo fugido aos propósitos específicos deste trabalho, cabe o registro de duas informações: (a) a despeito do bom conceito de que desfruta em Campos, a Uenf atrai proporcionalmente poucos candidatos a seu vestibular: 564 em 1993; 758 em 1994; 1.086 em 1995; 616 em 1996; 918 em 1997; 888 em 1998; 958 em 1999; 1.698 em 2000; 2.041 em 2001; 2.582 em 2002; 1.276 em 2003; 1.442 em 2004; 1.497 em 2005; (b) numa anotação de campo referente a dezembro de 2003, registra-se a manifestação espontânea de uma formanda de Ciências Biológicas sobre como os alunos da Uenf são vistos pelos seus colegas das outras instituições de ensino superior campistas: pessoas que estudam numa "fábrica de loucos", tal o nível de dedicação supostamente exigido pela Universidade. A se considerar pertinente, a observação da informadora forneceria uma explicação razoável para a pequena demanda no Vestibular e uma aplicação ao caso dos estudantes da distância entre os mundos de Campos e da Uenf.

³⁸ A apropriação da frase do informador de modo algum significa enquadrá-lo individualmente na condição de ator social autoritário ou de caso exemplar de protagonista do conflito entre professores e funcionários. Até porque foi proferida em outro contexto.

A idéia é simples e se aplica ao lugar social em que os dois mundos aqui considerados (a coletividade da Uenf e a sociedade de Campos) finalmente se encontram. Este lugar é o ambiente acadêmico, o *campus* universitário. Como relatou um dos informadores nativos da Uenf (professor Sérgio de Azevedo), a cultura institucional engendrada na Universidade Estadual do Norte Fluminense teve na típica meritocracia acadêmica uma espécie de superdosagem. Havia (e ainda há, com proporções menores e aparentemente decrescentes, relata o informador) um fosso separando os diferentes graus ou instâncias de poder da Universidade. Portanto, a cultura institucional da Uenf tem sido eminentemente vertical³⁹. Por outro lado, os nativos do universo cultural da Uenf tendem a representar a sociedade campista a partir das afinidades que identificam desse mundo “atrasado”, precariamente moderno com a monocultura canavieira, as oligarquias, os coronéis, a herança escravocrata.

Assim, se (a) o ambiente universitário é por definição meritocrático e verticalizado; (b) no caso específico da Uenf a meritocracia e as relações verticais se implantaram de forma exacerbada; e (c) a sociedade de Campos é representada pelos pesquisadores (sobretudo os “estrangeiros”, típicos desta coletividade) como um mundo de oligarcas e subalternos; faz bastante sentido que no encontro destes dois mundos cada ator social ocupe o lugar em que melhor se reconheça: a base ou o topo da pirâmide de poderes.

Cumprir reforçar que esta pirâmide não tem, na perspectiva desta etnografia, apenas dois “pavimentos”. A percepção dos nativos da Uenf — aí incluídos professores e funcionários —, denota uma rigorosa estratificação de posições,

³⁹ A explícita (e já anotada) aversão do Plano Orientador da Uenf ao “assembleísmo” (termo que designa a concessão de poder além da conta aos estudantes) e ao “corporativismo” (o mesmo aplicado aos funcionários) parece constituir uma matriz legítima para esta cultura meritocrática algo exagerada que se teria implantado na Uenf.

poderes e graus de prestígio. É o que relata, por exemplo, a técnica de nível superior Nilza Franco Portela:

[...] O que me incomoda é, numa academia, ter esse tipo de comportamento. Ou seja, essa questão de uma cultura verticalizada, dura, queixo duro, onde as pessoas só existem graças a esses lugares, ou seja, no campo das relações pessoais, vamos dizer assim, é muito complicado. Profissionalmente aqui existe essa questão: é hierarquizado, uma hierarquia fortíssima, uma discriminação de funções bárbara, e aí começa do docente pra qualquer um técnico; dos docentes de cargo, com cargo em cima dos sem cargo; dos docentes com ... mais publicações ou mais reconhecido para os iniciantes; aí dos docentes, de qualquer docente, de qualquer chefe docente, qualquer pesquisador docente pra cima de qualquer técnico; do técnico de nível superior pro de nível médio; do ensino médio pro ensino... pra... pro técnico de... de carreira menor. Então, existe essa discriminação de função bárbara.

A servidora técnico-administrativa Gilda (pseudônimo), uma das que informaram sobre o conflito entre professores doutores e funcionários, escreveu uma carta ao reitor protestando contra uma situação da qual se considerou vítima e que motivou a já referida contenda com a administração da Universidade. Ao expressar seu descontentamento, escreve a funcionária ao reitor da Uenf:

Entre os funcionários, é senso comum na UENF, principalmente entre os mais antigos, de que somos considerados tarefeiros, não há atenção alguma por parte de quem quer que seja ao perfil individual do funcionário, sua formação, experiência profissional, capacidade de liderança ou outro atributo que o valorize e que o faça desenvolver seu trabalho com entusiasmo e comprometimento.

Adiante, a servidora deixa transparecer a percepção que tem do valor da hierarquia — este traço tão típico da sociedade brasileira, onde, segundo DaMatta (1997b, p. 59), há “um lugar para cada coisa” e “cada coisa em seu lugar” — ao lamentar que sua condição de técnica de nível superior não tenha sido levada em conta quando, por ocasião do conflito, foi transferida de setor:

Saio daqui para substituir uma funcionária de nível fundamental (antigo ginásio), que será chefe no Setor Y⁴⁰. Tudo certo. Quem vai entender?

Como lembra DaMatta, o conflito é percebido pela típica socialização brasileira como indício de catástrofe ou de falência da vida social e não como sintoma de crise e superação, a exemplo do que se verifica em outras sociedades. Georg Simmel (1999) também dedica atenção à questão do conflito. Para o sociólogo alemão, o fenômeno constitui não um acidente, mas uma substância, um traço vital do homem social. Segundo Simmel, o conflito é uma força criadora de formas sociais, que se sucedem de modo contínuo, numa primazia de fluxos sobre formas cristalizadas. Se uma leitura menos atenta do problema da interação entre a Uenf e a sociedade de Campos poderia levar à conclusão de que ambas as culturas não se misturam e nem mesmo se encontram, os dados vêm demonstrar que a materialização do conflito, no *campus* universitário, estabelece o laço entre as duas instâncias, numa dialética na qual o sociólogo alemão não veria uma síntese definitiva.

⁴⁰ Designação fictícia, para preservar o anonimato dos envolvidos.

10 O denso significado do *status* de professor doutor na Uenf

Quando esta interpretação do conflito entre a Uenf e a sociedade de Campos foi apresentada aos mestrandos do Programa de Políticas Sociais do CCH/Uenf, em 20/04/04, no âmbito da disciplina "Seminários", vários mestrandos manifestaram a impressão de que o trabalho contivesse bom potencial de explicação da realidade abordada. Uma estudante capixaba contou ter se identificado fortemente com o desconforto dos pesquisadores "estrangeiros" e com sua dificuldade de adaptação ao mundo cultural de Campos.

Por sua vez, a tese da reprodução na Uenf da cultura campista de "senhores" e "peões" acendeu a criatividade de alguns. A questão foi discutida em termos de um dilema entre modernidade e tradição, dilema resolvido na base da reprodução do mundo supostamente tradicional (campista) no ambiente pretensamente moderno (Uenf).

A propósito disto, o mestrando Leonardo Nolasco registrou (surpreso) que, em recente solenidade de formatura de alunos de Ciências Sociais da Uenf, grande número de formandos (todos campistas) agradeceu em primeiro lugar a Deus. Num sinal — para ele evidente — da força da tradição na cultura local, houve uma formanda que agradeceu a Nossa Senhora da Conceição.

Tudo isso contribuiu para que ganhasse forma uma última aposta: a condição de professor doutor teria, no caso em estudo, a potencialidade de encerrar tal densidade de significados que poderia ser comparada ao que Victor Turner (1974c), chama de símbolo focal ou dominante. Segundo Turner, os símbolos dominantes apresentam três propriedades básicas: condensação, unificação de significados

dísparos e polarização do significado. Destas, pelo menos as duas primeiras parecem bastante úteis para analisar o caso em questão.

A propriedade da condensação sugere que muitas coisas e ações podem ser representadas por um mesmo símbolo. A segunda propriedade reivindica que, nesta condensação, podem ser agrupados não apenas significados afins ou ligeiramente distintos, mas até opostos, dísparos.

O doutorado em 100% do corpo docente manteve-se como uma marca registrada da identidade institucional da Uenf ao longo de seus primeiros dez anos de existência, tendo sido a primeira universidade brasileira a ostentar tal condição. A Uenf é uma universidade vocacionada para a pesquisa, costuma-se dizer, e o título de doutor distingue a figura do pesquisador.

O professor doutor encerra todas as prerrogativas de excelência e de potencialidade para gerar o desenvolvimento regional requeridas pelo ambicioso projeto de Darcy Ribeiro. Em uma palavra, se a esperada revolução socioeconômica do Norte Fluminense exigisse um ator social no papel de super-herói, este ator seria o conjunto dos professores doutores, o conjunto dos cientistas.

O professor doutor é aquele que não se curva ao domínio das forças político-partidárias, como se evidenciou no movimento pela autonomia da Uenf, em 2001. O doutorado é ainda o passaporte para o "Olimpo" de que fala a informadora Cláudia Dolinski no trecho abaixo reproduzido:

Pergunta: E ... como é vocês vêm a percepção que o povo tem por aí da Uenf?

Cláudia: Eu até comentei com você. Acho que ainda passa a idéia de que isso aqui é o inacessível, é o Olimpo, que você não consegue chegar aqui. O que não tem nada a ver, né? Mas também, assim: acho que depende da camada da população. Mas a grande maioria ainda acha que isso aqui é um monte Olimpo e é difícil chegar aqui.

O doutorado, especialmente se obtido no exterior, é uma espécie de selo, como reporta o informador Ricardo Moreira de Souza. Relatando a experiência de ser “estrangeiro” em Campos e em outras cidades, o informador comenta o que significa, segundo sua percepção, vir morar em Campos após cursar doutorado no exterior:

[...] o campista, ele não é uma pessoa receptiva. Você ainda vem com um sotaque, você incorporou valores outros, como, pode ser, excessiva pontualidade, muitas vezes você passa a ser uma pessoa muito direta e objetiva no falar, é muito sincero, muito objetivo, às vezes você é mais formal, às vezes você acha que certas coisas... o seu espaço físico muda, você acha que a pessoa não deve chegar de uma certa maneira com você... invariavelmente você incorpora. E a maioria dos professores que estão aqui, eles são cariocas, mineiros, paulistas, muitos passaram o doutorado fora, então...

O doutorado também pode ser descrito como o rito de passagem por excelência que transforma um campista como Eduardo Atem de Carvalho num “semideus” à vista de seus antigos amigos. No relato de sua volta a Campos, em 1997, após concluir o doutorado na Texas A&M University, na cidade de College Station, no Texas (EUA), o primeiro campista a ingressar no corpo docente da Uenf menciona algo que lhe pareceu curioso:

[...] Amigos de colégio, que eu não via desde então, começaram a achar que eu era uma espécie de semideus do saber e, de alguma forma, estavam com medo de conversar comigo e falar alguma besteira, na minha frente.

Referir-se a uma condição “semidivina” é tangenciar a dimensão do sagrado. Não por acaso, tal dimensão é explicitada pela professora Arlete Parrilha Sendra:

Mas nos primeiros momentos da Universidade em Campos [...] houve uma sacralização dos professores da Universidade. Eram professores que traziam uma bagagem substantiva, bastante forte, professores de renome, nomes internacionais, e na verdade com qualificação de doutores ou até mesmo com pós-doc.

Na experiência inicial da Uenf (é dela que se está tratando), a figura do professor doutor condensa, portanto, densa gama de significados: a excelência, a capacidade de intervenção na realidade, a força moral e a respeitabilidade diante do poder político, o “passaporte para o Olimpo” e para uma condição quase sagrada ou “semidivina”. Mas o símbolo não remete apenas a significados afins (pela valoração positiva), como se elencou até aqui. Ele também unifica significados díspares. Neste sentido, a figura do doutor, por um lado tão admirada, por outro personificou a primeira controvérsia da Uenf com a sociedade de Campos, antes ainda de a instituição começar a existir. Graças à exigência do doutorado, frustrou-se a expectativa dos professores das antigas faculdades locais quanto à chance de virem a se tornar docentes da nova universidade, que eles tinham ajudado a vir ao mundo.

Os professores doutores, por um lado reverenciados, por outro são maliciosamente referidos como "PhDeuses". São os "intelectuais guepardos" citados por um informador ainda na primeira fase da pesquisa, ou seja, considerados reféns de sua ultraespecialização. Os professores doutores são os "DR" que oprimem seus subalternos segundo concepção amplamente difundida no ambiente da Uenf.

Não seria razoável transpor mecanicamente para o caso da Uenf em sua relação com a sociedade de Campos categorias aplicadas por Turner aos rituais *Ndembu*, na antiga Rodésia do Norte. As sociedades em questão são diferentes. Também se poderia objetar que tais categorias se referem a símbolos rituais, ao passo que esta etnografia se baseia primordialmente na observação de situações cotidianas. A propósito desta objeção, vale recorrer brevemente à contribuição de Roberto DaMatta. No clássico "Carnavais, Malandros e Heróis — para uma Sociologia do Dilema Brasileiro", DaMatta (1997, p. 72) vislumbra a impossibilidade de separação inequívoca entre os domínios do cotidiano e do ritual, já que toda a vida social é, de

fato, um rito: “Sendo o mundo social fundado em convenções e símbolos, todas as ações sociais são realmente atos rituais ou atos passíveis de uma ritualização.”

Embora sejam momentos “especiais”, os ritos não devem ser tomados, segundo DaMatta (1997, p. 76), como “essencialmente diferentes (em forma, qualidade e matéria-prima)” daqueles que formam e informam a rotina da vida diária. É isto que permite ao antropólogo tomar como um rito a fórmula do “você sabe com quem está falando?” — no dizer de DaMatta, um traço escondido e indesejável da identidade nacional por revelar o conflito que a típica socialização brasileira tende a abafar ou dissimular.

Assim como o rito do “você sabe com quem está falando?”, o problema do conflito entre servidores públicos de diferentes níveis de qualificação — sendo o conflito doutores x não doutores o tipo mais cristalizado — traduz uma vertente indesejável da cultura institucional da Uenf. Assim como a fórmula descrita por DaMatta, o presente conflito se materializa no dia-a-dia, e não em situações festivas, solenes ou que de outra forma se considerariam tipicamente rituais. Assim como o rito do “você sabe com quem está falando?”, as fórmulas praticadas no ambiente universitário da Uenf marcam um procedimento de “separação radical e autoritária de duas posições sociais real ou teoricamente diferenciadas” (DAMATTA, 1997, p. 181). Isto é o que se pode depreender, por exemplo, da percepção da informadora Gilda (pseudônimo) com base na sua já citada carta de protesto ao reitor da Uenf (grifo nosso):

[...] apesar de o mundo todo já saber que o profissional valorizado desenvolve o trabalho de excelência. Mas infelizmente nem todos têm este conhecimento. Ou se tem, existe o caráter subjetivo – simpatia, antipatia, **desejo de retaliação ou de colocar o funcionário ‘no seu devido lugar’**⁴¹ – acima de outra avaliação objetiva, mensurável.

⁴¹ Segundo DaMatta, uma das variantes do rito do “você sabe com quem está falando?” é “Você não conhece o seu lugar?” (p. 196)

11 Considerações finais

O confronto entre as representações que reciprocamente constroem a sociedade de Campos (sobre a Uenf) e a coletividade da Uenf (sobre a sociedade de Campos) traz uma espécie de tentação. Cair nela significaria avaliar em que medida cada um dos vieses de representação estaria “correto” ou “fiel à realidade”.

Nesta linha, dir-se-ia que a representação da Uenf como instituição fechada e alheia à sociedade em que foi implantada não corresponde exatamente à “realidade”, tendo em vista o notório esforço que faz a Universidade para estreitar laços com as instâncias mais representativas da sociedade campista. A tardia implantação de uma pró-reitoria dedicada à extensão universitária — em 1999, sintomaticamente após a posse da primeira administração eleita pela própria coletividade universitária — poderia representar um marco inicial de maior visibilidade neste processo. Mais recentemente, além de a questão da “integração com a comunidade” ser tema preferencial nos pronunciamentos do reitor e demais autoridades acadêmicas, verificam-se ações concretas em direção a tal objetivo. Poderia ser destacado, entre vários exemplos, o convênio “guarda-chuva” firmado no primeiro semestre de 2004 com a Associação Comercial e Industrial de Campos (Acic) e que, segundo expectativas de ambas as partes, deverá converter-se em instrumento valioso para a aproximação da Uenf com a sociedade local.

Neste sentido, se a representação da Universidade fechada se revelou muito forte e disseminada, há instâncias importantes que provavelmente lhe fariam reparos. Lideranças campistas expressivas — por exemplo, os empresários Eraldo Bacelar (presidente da Fundação Rural de Campos e da Fundação Norte Fluminense de

Desenvolvimento Regional) e Geraldo Coutinho (presidente da Firjan regional) — têm se manifestado enfaticamente em defesa da Uenf⁴². Em artigo publicado em 03/12/03, Bacelar parece ecoar as considerações deste trabalho ao qualificar a concepção de universidade fechada como “postura preconceituosa”, rejeitar o “provincianismo” do passado campista e finalizar: “Cabe à comunidade não acadêmica abrir-se para que eles (*os pesquisadores*) criem raízes e aqui mantenham suas famílias e projetos (...).”

Por outro lado, seria tentador desqualificar como “falsa” ou “deformada” a representação da sociedade campista, por parte de professores doutores da Uenf, como uma instância essencialmente agrária, oligárquica e avessa à modernidade. O levantamento histórico reproduzido no trabalho indica de forma eloqüente como a modernidade e seus ícones estão presentes na história e no imaginário campista. Mais do que isto, sugere que o próprio sonho com uma universidade foi manifestação específica e privilegiada deste anseio pela plena inserção de Campos na modernidade.

Porém, a presente perspectiva não se reporta a qualquer parâmetro de “realidade” para definir a Uenf ou a sociedade de Campos. Para os efeitos desta reflexão, uma representação será sempre uma representação, e ponto final. Importa identificá-la, analisar seus mecanismos de constituição e reprodução, nunca submetê-la a um “teste de realidade”.

Em todo caso, os dados levantados permitem refletir sobre alguns pontos. O mais elementar é que a Universidade Estadual do Norte Fluminense pode ser tomada como fruto de duas vertentes: por um lado, um sonho local longamente cultivado pelas elites campistas e que desembocou nos documentos constitucionais e legais

⁴² Conforme artigos “A comunidade e a Uenf”, de 03/12/03, assinado por Eraldo Bacelar, e “Fábrica de inteligências”, de 28/11/03, assinado por Geraldo Coutinho, ambos publicados no jornal Folha da Manhã, de Campos.

que criaram a Uenf; por outro, o desejo da comunidade científica brasileira por universidades “de verdade”, que não apenas transmitissem conhecimento, mas também o gerassem (via pesquisa) e o disseminassem pela sociedade (via extensão universitária). Assim como a vertente campista tem uma trajetória com seus marcos (as promessas do governador Raimundo Padilha, em 1974, seguidas da inútil reforma do casarão de Dona Finazinha; a conquista da emenda popular, em 1989; a regulamentação do artigo 49, em 1990, o trabalho das comissões especiais), a vertente brasileira tem a sua. A Universidade de São Paulo (USP), a antiga Universidade do Distrito Federal (UDF) e a Universidade de Brasília (UnB) foram marcos importantes desta história, que se encarnou na figura e na vida de Darcy Ribeiro.

Apesar da ruptura com anseios específicos do grupo que reivindicava uma universidade pública no Norte Fluminense, Darcy Ribeiro pôde conjugar no Plano Orientador da Uenf algo de ambas as contribuições. Da vertente campista incorporou sobretudo o anseio por uma instituição que gerasse progresso, desenvolvimento. Captou o vigor do anseio coletivo pela retomada da “idade de ouro” de Campos, perdida num passado que já se tornava bem distante. Daí a sua pregação messiânica (para alguns “delirante”) sobre uma universidade que viria inserir o Norte Fluminense “na Civilização Emergente, fundada na ciência e na técnica” (DARCY RIBEIRO, 1993, p. 16). Da vertente acadêmica nacional Darcy Ribeiro incorporou as inovações da UnB (por sua vez derivadas de toda a experiência anterior da UDF, da USP, do ITA e assim por diante), adequando-as ao novo tempo que se avizinhava com a proximidade da virada do século. Darcy conferiu à Uenf o *status* de obra-prima, aquela que concluiria sua vasta contribuição ao Brasil no campo da educação.

À luz do esforço empreendido por este trabalho, constata-se que o descompasso entre a Uenf e a sociedade de Campos não se refere apenas à experiência de acomodação na convivência entre “estrangeiros” e campistas, embora este pareça ser o aspecto mais notável do problema. Também as duas vertentes que desaguaram na instituição da Universidade — a que nasceu em Campos e a que surgiu da comunidade científica brasileira — indicam desconhecer-se mutuamente. Assim como a coletividade universitária demonstra não se identificar como herdeira do sonho campista com a sua universidade, a sociedade local tampouco parece se sensibilizar com questões caras à universidade brasileira, como a autonomia frente ao estado, ao mercado e à religião; a liberdade para a pesquisa desinteressada e tópicos afins.

Como a experiência da interação entre a Uenf e a sociedade campista ainda é muito curta — apenas 11 anos —, deve-se ressaltar que as reflexões empreendidas por este trabalho são notoriamente contingentes e limitadas. O problema da exclusão do pessoal das antigas faculdades locais do âmbito da Uenf, que aqui ocupou lugar central, tende a ser colocado em outros termos. Se a grande massa de tais professores não pôde integrar o corpo docente da Uenf, isto não é suficiente para dizer que não haja interação entre as duas instâncias. Como observou a informadora Eurize Caldas Pessanha, há profissionais que desempenham uma “dupla ação” — na Uenf (como técnicos ou administrativos) e no segmento das faculdades locais (como docentes). Os cursos de mestrado e doutorado oferecidos pela Uenf também representam uma área de interface entre a Universidade e os profissionais das antigas faculdades campistas, já que muitos vêm buscando titulação em nível de pós-graduação. Aliás, o próprio corpo docente da Uenf vem sendo tímida mas crescentemente ocupado por campistas. No levantamento

efetuado para este trabalho, detectou-se que em agosto de 2004 pelo menos dez professores doutores da Uenf (cerca de 4% do total, incluindo os dois entrevistados deste trabalho, Arlete Sendra e Eduardo Atem) são campistas.

Como registra Darcy Ribeiro na introdução ao Plano Orientador da Uenf (1994b), “o futuro, felizmente, é sempre imprevisível e surpreendente” e “a Universidade Estadual do Norte Fluminense [...] há de ser, no mundo das coisas, tal como a história a fará”.

12 Bibliografia

ALVES, Heloíza de Cácia Manhães. (1995) *Reformas urbanas e poder político: os empresários e o projeto de modernização da cidade de Campos dos Goytacazes 1890/1930*. Dissertação de mestrado em História. Niterói: Centro de Estudos Gerais / Universidade Federal Fluminense

ALVES, Heloíza de Cácia Manhães e LIMA, Lana Lage da Gama, (2003). *UENF, a Universidade do Terceiro Milênio – uma memória (1993-2003)*. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense

AMARAL, Nelson Cardoso. (1999) *Crise no financiamento das instituições federais de ensino*. In: TRINDADE, Hégio (Org.). **Universidade em ruínas na República dos Professores**. Petrópolis/Porto Alegre: Vozes/Cipede

ANTUNHA, Heládio C.G. (1974). *Universidade de São Paulo: fundação e reforma*. São Paulo: MEC/INEP/CRPE.

AZEVEDO, Fernando de. (1958) *A educação na encruzilhada. problemas e discussões*. 2.^a edição. São Paulo: Melhoramentos.

AZEVEDO, Fernando de. (1971). *A cultura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Editora da USP.

CARDOSO, Irene de A. R., (1982) *A Universidade da comunhão paulista: o projeto da criação da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Autores Associados.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. (1998). *Molde nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista: EDUSF.

CHAUÍ, Marilena, (1999). *A universidade em ruínas*. In: **Universidade em ruínas na república dos professores**, p. 211-223. Petrópolis: Vozes

CRUZ, José Luis Vianna da. (2003) *Emprego, Crescimento e Desenvolvimento Econômico: Notas sobre um Caso Regional*. Boletim Técnico do Senac - Volume 29 - Número 1 - Janeiro / Abril 2003. Disponível em <http://www.senac.br/informativo/BTS/291/boltec291c.htm>. Acesso em 23/09/04

CUNHA, Luiz Antônio. (1980). *A universidade temporã*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira

CUNHA, Luiz Antônio. (1983). *A universidade crítica: o ensino superior na República Populista*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A.

_____ (1999). Reforma universitária em crise: *gestão, estrutura e território*. In: *Universidade em ruínas na República dos professores*, TRINDADE, Hégio (org.). Petrópolis/Porto Alegre: Vozes/Cipede

_____ (1999b). *O público e o privado na educação superior brasileira: fronteira em movimento?* In: **Universidade em ruínas na República dos professores**, TRINDADE, Hégio (org.). Petrópolis/Porto Alegre: Vozes/Cipede

DAMATTA, Roberto. (1997). *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6.^a Edição. Rio de Janeiro: Rocco

_____ (1997b). *Relativizando – uma introdução à Antropologia Social*. 5.^a Edição. Rio de Janeiro

DARCY RIBEIRO, (1982). *La Universidad necesaria*. Médico D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México

_____ (1993). *Terceiro milênio - Plano Orientador da Universidade Estadual do Norte Fluminense* - Vol. 1, N.º. 1. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Norte Fluminense

_____ (1994a). *Terceiro milênio - Universidade Estadual do Norte Fluminense – Faculdade de Educação e Comunicação* - Vol. 3. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Norte Fluminense

_____ (1994b). *Carta': falas, reflexões, memórias / informe de distribuição restrita do senador Darcy Ribeiro*. Número 10. Brasília: Gabinete do senador Darcy Ribeiro

DIAS SOBRINHO, José (1999). *Avaliação e privatização do ensino superior*. In: **Universidade em ruínas na República dos Professores**. TRINDADE, Hégio (org.). Petrópolis/Porto Alegre: Vozes/Cipede

_____ (1999b). *Concepções de universidade e de avaliação institucional*. In: **Universidade em ruínas na República dos Professores**. TRINDADE, Hégio (org.). Petrópolis/Porto Alegre: Vozes/Cipede

DUMONT, Louis (1991). *Homo aequalis II: "L Ideologie Allemande"*. França: Gallimard

_____ (1997). *Homo hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações*, São Paulo: EDUSP

DURKHEIM, Émile (1996). *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes.

_____ (1999). *As regras do método sociológico*. 2.^a Edição. São Paulo: Martins Fontes.

EVANS-PRITCHARD, E. E. (1976). *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Zahar Editores

FAGUNDES, Pedro Ernesto (2004) *A reconstrução da nacionalidade: uma análise do Liceu de Humanidades de Campos – 1931/194"*. Dissertação de mestrado. Campos dos Goytacazes: Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais / Uenf.

GRIAULE, Marcel (1957) *Méthode de L'Ethnographie*. Paris: Presses Universitaires de France

GUIMARÃES, Theophilo (1927). *Subsídios para a história do jornalismo em Campos*. Rio de Janeiro: Academia Fluminense de Letras

GUSSO, Divonzir Arthur e outros (1985). *A pós-graduação na América Latina: o caso brasileiro*. Brasília: UNESCO/CRESALC/MEC/SESU/CAPES.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de (1995). *Raízes do Brasil* - 26.^a Edição - São Paulo: Companhia das Letras

JODELET, Denise (1984). *Représentations Sociales: phénomènes, concept et théorie*. IN: MOSCOVICI, S. (ed.). **Psychologie sociale**. Paris: Presses Universitaires de France

KANDEL, Liliane (1987). *Reflexões sobre o uso da entrevista, especialmente a não-diretiva, e sobre as pesquisas de opinião*. IN: THIOLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5.^a edição. São Paulo: Editora Polis, p. 169-189 .

KOOGAN, Abrahão, e HOUAISS, Antônio (1994). *Enciclopédia e dicionário ilustrado*. Rio de Janeiro: Edições Delta / Editora Guanabara.

LAMEGO, Alberto Ribeiro (1974). *O homem e o brejo*. Rio de Janeiro: Lidador

LEME, Maria Alice Vanzolini da Silva (1993) *O impacto da teoria das representações sociais*. In: M.J. SPINK (Org.). **O conhecimento no cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, p. 46-57

LIMA, Lana Lage da Gama (1981). *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé

MALINOWSKI, Bronislaw (1976). *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural

MARTINEZ, Silvia Alicia e BOYNARD, Maria Amélia de Almeida (2004). *Memórias de 1955: O (re)nascer do Instituto de Educação de Campos*. In GANTOS, M. **Campos em Perspectiva** (p.p. 13-52). Rio de Janeiro: Papel Virtual

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. (2000). *A universidade no Brasil*. In: **Revista Brasileira de Educação**, número 14, maio-agosto 2000, ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Rio de Janeiro: Editora Autores Associados, p. 131-150.

MICELI, Sergio (2001). *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras

MILLS, C. Wright (1969). *A imaginação sociológica*. 2.^a edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores

MOSCOVICI, Serge (1976). *La Psychanalyse, son Image et son Public*. Paris: PUF (Presses Universitaires de France)

_____ (1984). *The phenomenon of Social Representations*. In FARR, R. M. e MOSCOVICI, S. (Eds.). **Social Representations**. Cambridge: Cambridge University Press

OLIVEIRA, Plínio Salgado de (1982) *Revolução e contra-revolução*. São Paulo: Ed. Diário das Letras

OLIVEIRA JUNIOR, Ernesto Luiz de (1959). *Ensino técnico e desenvolvimento*, Rio de Janeiro: MEC/ISEB

PEIXOTO FARIA, (1998). *Campos dos Goytacazes, resources et virtualités d'une ville brésilienne. Données de l'histoire*. Tese de doutorado. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, EHESS, Paris, França

PINTO, Jorge Renato Pereira (1995). *O ciclo do açúcar em Campos*. Campos dos Goytacazes: Edição do autor

_____ (2003). *José do Patrocínio: o herói esquecido*. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima.

Projeto Memorial do Norte Fluminense – Solar da Baronesa. Campos dos Goytacazes, RJ, janeiro de 2002

RANGEL JUNIOR, Vicente Marins (1992). Recortes da memória musical de Campos – 1839-1965: subsídios musicais para a construção de uma história da cultura campista. Itaperuna (RJ): Damadá Artes Gráficas

RISTOFF, Dilvo, (1999). *Privatização não faz escola*. In: **Universidade em ruínas na República dos Professores**. TRINDADE, Hégio (org.). Petrópolis/Porto Alegre: Vozes/Cipede

_____ (1999b). *Boyer Commission: o modelo americano em debate*. In: **Universidade em ruínas na República dos Professores**. TRINDADE, Hégio (org.). Petrópolis/Porto Alegre: Vozes/Cipede

SÁ, Celso Pereira de (1995). *Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria*. In: **O conhecimento no cotidiano - as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social**, Mary Jane Spink (org). São Paulo: Brasiliense

_____ (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ

SANT'ANNA, Vanya M. (1978). *Ciência e sociedade no Brasil*. São Paulo: Símbolo

SCHWARTZMAN, Simon (1979). *Formação da Comunidade Científica no Brasil*. São Paulo e Rio de Janeiro: Editora Nacional/Finep.

SGUISSARDI, Valdemar (1999). *Dearing report: novas mudanças na educação superior inglesa?* In: **Universidade em ruínas na República dos Professores**. TRINDADE, Hégio (org.). Petrópolis/Porto Alegre: Vozes/Cipede

SILVA, Franklin Leopoldo e (2001). *Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública*. In: Estudos Avançados 15 (número 42), 2001. São Paulo: Cebrap, p. 295-304.

SIMMEL, Georg (1999). *Estúdios sobre las formas de socialización*. Alianza: Alianza Editorial

SOUSA, Horácio (1985). *Cyclo Áureo: História do Primeiro Centenário de Campos*. Campos: Damadá Artes Gráficas

SOUZA, Luiz Antônio Martins (2003). *Política e parentela em Campos dos Goytacazes*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais. Campos dos Goytacazes: Centro de Ciências do Homem / Universidade Estadual do Norte Fluminense.

TEIXEIRA, Anísio (1999). *Educação no Brasil*. 3.^a Edição. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ

THIOLLENT, Michel (1987). *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 5.^a edição. São Paulo: Editora Polis

TOLLE, Paulo Ernesto (1965). *O Centro Técnico de Aeronáutica e a Renovação do Ensino Superior no Brasil*. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, número 98, abril/junho de 1965. Rio de Janeiro

TRINDADE, Héglio (1999). *Unesco e os cenários da educação superior na América Latina*. In: **Universidade em ruínas na República dos Professores**. TRINDADE, Héglio (org.). Petrópolis/Porto Alegre: Vozes/Cipede

_____ (1999b). *Universidade, ciência e Estado*. In: **Universidade em ruínas na República dos Professores**. TRINDADE, Héglio (org.). Petrópolis/Porto Alegre: Vozes/Cipede

TURNER, Victor W. (1957). *Schism and continuity in an African Society: a study of Ndembu village life*. Manchester: Univ. Press

_____, (1974) *Religious Paradigms and Political Action: Thomas Becket at the Council of Northampton*. In: **Dramas, fiels and metaphors — symbolic actin in human society**. Cornell University

_____, (1974b) *Hidalgo: a história como drama social*. In: **Dramas, fiels and metaphors — symbolic actin in human society**. Cornell University

_____ (1974c). *Os símbolos no ritual Ndembu*. In: **Dramas, fiels and metaphors — symbolic actin in human society**. Cornell University

_____ (1974d). *Aquém e além dos pontos fixos: o período liminar nos 'rites de passage'* (tradução livre de Arno Vogel). In: **Dramas, fiels and metaphors — symbolic actin in human society**. Cornell University

VILLALTA, Luiz Carlos (1997). *O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura*. In: MELLO E SOUZA, Laura de, (1997). **História da Vida Privada no Brasil**, v. I. São Paulo: Companhia das Letras

Anexo A — Relatório de concepções prévias acerca do objeto de pesquisa

Segundo relatório do mestrando Carlos Gustavo Sarmet Moreira Smiderle relativo à pesquisa “Representações sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro por profissionais de comunicação social de Campos dos Goytacazes (RJ)” - 04 de dezembro de 2003

Atendendo a sugestão do professor Arno Vogel, responsável pela disciplina Método Etnográfico, oferecida no Programa de Mestrado em Políticas Sociais no segundo semestre de 2003, decidimos explicitar objetiva e formalmente todas as principais concepções prévias sobre o objeto de estudo deste trabalho. Isto é particularmente recomendado em virtude de algumas particularidades, tais como os seguintes fatos:

(a) o pesquisador dedicado a estudar as representações sociais da Uenf por jornalistas de Campos é, ele próprio, jornalista e servidor da Assessoria de Comunicação da instituição;

(b) a pesquisa tem-se inspirado em métodos etnográficos, originários, portanto, da Antropologia, pelos quais os entrevistados são tomados como “nativos”. Mas o próprio pesquisador é um “nativo”.

Tipicamente, teríamos um pesquisador de uma instituição A (exemplo UFRJ) estudando um objeto B (exemplo: representações sociais da Aids), a partir da coleta de dados junto à amostra de uma população C (exemplo: usuários de drogas da Zona Sul carioca). Neste caso, temos um pesquisador de uma instituição A (Uenf) estudando um

objeto que é a mesma instituição A (a própria Uenf) e, para tanto, coletando dados junto a uma população C da qual ele próprio faz parte (jornalista e campista).

Por este motivo, vamos logo à explicitação das concepções prévias. Este trabalho nasceu, em fins de 2001, da percepção intuitiva de que a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro teria problemas quanto à projeção de sua imagem junto à sociedade de Campos dos Goytacazes, município de 406 mil habitantes que a sedia. Sem qualquer filtro teórico, o autor deste trabalho julgava, em suma, haver um fosso entre a Uenf e a “comunidade” de Campos.

O pré-projeto de pesquisa, apresentado durante o processo seletivo, propunha uma infinidade de caminhos possíveis, numa empreitada inexequível. O amadurecimento teórico e o primeiro contato com a literatura relativa à Teoria das Representações Sociais conduziram a uma perspectiva mais focada, apresentada, em julho de 2003, à banca examinadora através do projeto de dissertação.

Propôs-se, então, estudar as representações sociais da Uenf elaboradas por profissionais de comunicação de Campos (campo teórico “Representações sociais”) e analisar o material à luz do conhecimento acumulado sobre as relações entre universidade e sociedade (campo teórico “Universidade e sociedade”).

Feitas todas as observações da banca, sobreviveu o propósito de focar profissionais de comunicação, sendo definida uma lista com 12 nomes para serem entrevistados com metodologia não diretiva. Até o momento foram realizadas sete entrevistas.

Antes de entrar no mérito do que têm dito os entrevistados, cabe reafirmar que as impressões prévias do pesquisador eram estas: a Uenf é uma universidade de muita qualidade acadêmica, mas vive num mundo à parte daquele compartilhado pela maioria dos indivíduos da cidade de Campos dos Goytacazes. Mesmo não sabendo bem como formular isto de forma teoricamente aceitável, o pesquisador intuía isto. Ele não era ainda pesquisador.

Certas receitas prontas para explicar o suposto fenômeno foram sugeridas com maior ou menor sutileza, como a precária inserção da sociedade de Campos na modernidade (daí o choque inevitável com a universidade) e a impossibilidade de as elites políticas locais instrumentalizarem a Uenf (refletindo-se isto na tal separação da instituição em relação à “comunidade”). Fique claro que o pesquisador não se encantou com nenhuma delas como centro da questão, ainda que se tenha disposto a levá-las em consideração.

Dito isto, vai-se relatar agora o estágio da pesquisa e suas perspectivas. [...]

Campos dos Goytacazes (RJ), 04 de dezembro de 2003

Anexo B — Entrevista com a professora Cláudia Dolinski e com o professor Ricardo Moreira de Souza, em 19/02/04, das 16h20 às 17h, na sala 208 do CCTA.

Obs.: Por razões metodológicas, a transcrição é absolutamente literal. Como a conversa se desenrolou de forma coloquial, o leitor deve levar em conta as razões de tantas frases incompletas e do estilo tão avesso à norma culta da língua.

Pergunta: Eu vou deixar o gravador aqui, mas vai ser um papo tanto quanto possível coloquial, tá bom?

Cláudia: Tá bom.

Pergunta: Queria que você dissesse primeiro quando chegou aqui à Uenf, há quanto tempo está na cidade...

Cláudia: Há dois anos. Não: em Campos, quatro; Uenf, dois. Dois anos trabalhando aqui como pesquisadora. Bolsa Faperj, bolsa de fixação da Faperj e agora com apoio acadêmico.

Pergunta: Quatro anos em Campos...

Cláudia: É...

Pergunta: Antes de vir para Campos, você já tinha alguma referência da Uenf? Já tinha ouvido falar?

Cláudia: Não, na verdade não. Foi meu marido que encontrou. A gente estava nos Estados Unidos. Aí a gente começou a buscar locais para onde ir quando voltar do doutorado. E aí, sei lá, ele entrou em vários *sites*, e encontrou o *site* da Uenf e contactou um professor que é lá do CBB. E... é o Ekk.

Pergunta: Ekk? Ekkehard Hansen?

Cláudia: É, é. Aí o Ekk comentou: "Olha, o pessoal lá do CCTA está precisando de nematologista. Aí a gente fez o contato e veio pra cá (*transcrição aproximada*).

Pergunta: Vocês estavam nos Estados Unidos antes de vir...

Cláudia: É, a gente estava na Califórnia.

Pergunta: Pois é, mas vocês são de onde?

Cláudia: Do Rio.

Pergunta: Do Rio... Você não é carioca, é?

Cláudia: *(risos)*

Pergunta: Falando assim, 'do Rio'? Você não viveu no Rio o tempo todo, né?

Cláudia: Copacabana! *(risos)*. Não, a gente saiu pra ... Brasília, né, e depois Estados Unidos.

Pergunta: Ah, é? Você não é paulista, nem mineira, nem paranaense...

Cláudia: Não, mas tem muita... muito amigo, né, que influencia.

Pergunta: Pois é, e qual foi a primeira impressão que vocês tiveram aqui da Universidade, da cidade...

Cláudia: Da Universidade ou da cidade?

Pergunta: Eu quero saber as duas coisas, mas vou comendo pelas beiradas.

(risos)

Cláudia: Ah, acho que... não sei... acho que a primeira impressão da Universidade principalmente não foi muito boa não. Porque a gente conhece esses prédios como Ciep, essa que é a verdade. No Rio de Janeiro isso é conhecido como Ciep. Então, chegando aqui, pô, a Universidade é o quê, um monte de Ciep?!

Pergunta: Não pegou bem...

Cláudia: É, ficou um negócio meio estranho. Mas aí depois, né, a gente acaba acostumando. Mas o primeiro impacto é meio... estranho.

Pergunta: E sobre a cidade?

Cláudia: A cidade... não foi muito boa também não (*medindo as palavras*), porque, imagina...

Pergunta: Pode falar a verdade. Se você achar que foi uma porcaria, pode falar. Se achar que foi ótimo, pode falar.

Cláudia: Não, pois é, isso que eu estou pensando, porque, imagina: a gente sair dos Estados Unidos, direto, depois de passar cinco anos longe do Brasil, a gente imaginava um Brasil muito melhor. Essa que é a verdade. Quando a gente está fora, a gente sempre fica pensando quão maravilhoso é o nosso país, que a nossa terra é fantástica, não sei o que, a gente fica totalmente nacionalista, né?

Pergunta: Minha terra tem palmeira, onde canta o sabiá...

Cláudia: É, exatamente. A gente estava assim: 'Ah, o nosso país é perfeito! Não tem pobreza, não tem sujeira, não tem nada'. Mas a verdade é totalmente diferente, é totalmente outra, né? Então, direto pro Rio de Janeiro, o Rio de Janeiro foi tipo um baque, né? Estranho. A gente tinha esquecido como é que era o tráfego, como é que eram as pessoas...Engraçado, né, a gente esquece.

Pergunta: Lá o tráfego era melhor?

Cláudia: Ah, tranqüilo, né?

Pergunta: Qual cidade?

Cláudia: A gente estava em Riverside, que fica pertinho de Los Angeles, duas horas de Los Angeles.

Pergunta: É uma cidade de que população, mais ou menos? Do porte de que, por exemplo, aqui no Brasil? É uma metrópole, não?

Cláudia: Ah, não, está crescendo porque tem a Universidade da Califórnia lá. Começou a crescer em função também da Universidade. Tem um *campus* da Universidade da Califórnia que fica lá. Então começou a crescer. Ela deve ter uns 100 mil habitantes, por aí.

Pergunta: É uma Itaperuna, mais ou menos...Você nem conhece, né? Macaé, talvez...

Cláudia: É, por aí.

Pergunta: Só que muito melhor, né?

Cláudia: É, em termos de organização, é. Então foi isto. Acho que a gente tinha esquecido um pouco como é que era o Brasil.

Pergunta: Sim, mas o primeiro baque foi o Rio, né?

Cláudia: É. O primeiro baque foi o Rio... e aí, né, a gente tomou aquele choque... passamos lá duas semanas e viemos pra Campos, que foi outro choque, né?

Pergunta: O segundo baque... (*risos*) Como é que foi?

Cláudia: Minha mãe toda hora falava... porque a gente não conhecia Campos. Carioca não conhece o Norte Fluminense, essa que é a verdade. A gente ouvia falar de Campos, 'é, parece que deve ter um monte de cana lá...' (*risos*) 'tudo ignorante'. E minha mãe falava muito mal. Ela tinha vindo aqui, com meu pai, pra procurar casa, não sei o que, e ela ligava pra a gente, 'olha, Campos é horrível! Vocês vão odiar', não sei o que, ela falava "horrível". A gente mais ou menos se

preparou...

Pergunta: Vieram preparados...

Cláudia: Mais ou menos, porque nunca a gente está preparado o suficiente. Mas foi assim, foi o primeiro baque...

Pergunta: Mas aí... eu queria que você me caracterizasse esse baque.

Cláudia: Ahn...

Pergunta: O que mais te chamou a atenção, o que mais desagradou...

Cláudia: Ah, acho que foram as ruas, porque na época não tinha a Alberto Lamego... É, porque se hoje a gente chegasse aqui e visse a Alberto Lamego como é hoje, é diferente. Porque na nossa época era aquele paralelepípedo horroroso mesmo, a nossa rua também, quer dizer, era estranho. E, se fosse hoje, seria diferente. Então eu acho que foi o que chocou mais. Foram as ruas, e... e o povo em geral... é... muito diferente.

Pergunta: Diferente?

Cláudia: Diferente fisicamente, também no trato, muito diferente do Rio...

Pergunta: Como é que é o trato do pessoal a vocês, que vieram de fora...?

Cláudia: Ah, é mais arredo, né? *(gesticula com as duas mãos indicando distância)*
Distante.

Pergunta: A distância...

Cláudia: É, muito a distância, como estrangeiro mesmo. Ah, e tem assim, a maneira de falar é diferente...

(neste momento chega o professor Ricardo Moreira de Souza, marido da entrevistada, que se incorpora à conversa)

Cláudia: Conhece o Gustavo? Ele está fazendo uma entrevista pra tese dele de mestrado.

Ricardo: Ah, é?

Cláudia: É, a visão dos campistas com relação à Uenf, não é isso?

Pergunta: É...

Cláudia: Interessante.

(a entrevistada esboça uma conversa paralela com Ricardo, que se desculpa e faz menção de sair. O entrevistador desliga o gravador para se desenrolar a conversa extra e convida Ricardo para participar da entrevista.)

Pergunta: Eu queria insistir um pouquinho nesse ponto que você tocou, na reação das pessoas daqui... fala um pouquinho mais sobre isso. Falou que vocês foram tratados um pouco como estrangeiros... Como é que se trata o estrangeiro aqui?

Cláudia: Na verdade, o Ricardo pode explicar melhor, porque a gente se sentiu um pouco como marciano. Concorda, Ricardo?

Ricardo: É...

Pergunta: Você que se sentiu, ou alguém chegou a usar esse termo?

Cláudia: Não! Claro que não, acho que não. Não lembro. Alguém chamou a gente de marciano?

Pergunta: Ou alguma coisa similar...?

Cláudia: Não, não, pois é, o Ricardo tinha um problema sério. Ele abria a boca e todo mundo achava que ele era estrangeiro. Pra você ter uma idéia. 'De onde você é mesmo, hein?' 'Você não é daqui não. Você é o quê, da Argentina?'

Pergunta: E você é carioca também? *(dirigindo-se a Ricardo)*

Cláudia: Ele é carioca.

Pergunta: Você não é legitimamente carioca oficial, né? *(dirigindo-se a Cláudia)*

Cláudia: Você acha?!

Pergunta: Ela tem jeito mais de paulista...

Ricardo: Pra mim ela tem tanto jeito de carioca...

Pergunta: Jeito de falar, que eu digo.

Ricardo: Ah, ela fala muita gíria...

Pergunta: Bom, mas aí vamos lá...

Cláudia: Aí, então, a gente se sente um pouco até hoje como... marciano. Essa que é a verdade. Assim, na maneira de ser, né, eu acho. Dá um exemplo assim...
(*dirigindo-se a Ricardo*)

Pergunta: É, alguma coisa que vocês façam ou...

Cláudia: O que que a gente faz e que parece bem marciano? Que as pessoas ficam olhando... (*risos*) Não, a gente não tira a roupa na rua! (*risos*)

Pergunta: Bom, já é...

Ricardo: Você é de Campos?

Pergunta: Eu sou de Campos.

Ricardo: Campos tem uma cultura... própria.

Pergunta: Chega mais pra cá, pra a gente pegar...

Cláudia: Ele está gravando...

Ricardo: Não, não, não.

Pergunta: Mas isto faz parte do meu ... (*minha metodologia de trabalho, ia dizer*)

Ricardo: Campos tem uma cultura própria, não sei se você enxerga isso. Diferente de Vitória, de Minas, é... uma cultura muito peculiar. Pra nós, que somos nascidos e criados fora, há um certo choque cultural, e Campos... a população campista, ela não é exatamente muito receptiva.

Pergunta: Pode falar com todos os adjetivos... Eu não estou aqui como um campista, estou como um pesquisador.

Ricardo: É. Eu levanto a hipótese que a região de Campos esteve isolada por

muitas e muitas décadas... da capital, do Rio de Janeiro, de Vitória... o que talvez tenha até gerado um sentimento estranho com a pessoa de fora.

Pergunta: Vocês já foram estrangeiros nos Estados Unidos...

Ricardo: Não, tudo bem. Se você já é de fora de Campos, a coisa é complicada.

Pergunta: Eu queria que vocês comparassem a receptividade que vocês tiveram aqui com outros locais onde vocês já foram... Brasília...

Cláudia: A gente sempre foi estrangeiro, na verdade.

Ricardo: É, o campista, ele é menos receptivo. Ele quanto percebe que você é diferente, ele olha pra você diferente, não entende o que você fala...

Cláudia: Ele tem dificuldade de de...

Ricardo: Ele tem uma certa dificuldade de ... essa região aqui...

Pergunta: Dificuldade de entender...

Cláudia: Até de entender...

Ricardo: Até de entender o que nós falamos. Bom, como você é de fora, é do Rio, se você agrega a isso um doutorado no exterior — não estou aqui fazendo julgamento de valor se o doutorado tem que ser no exterior ... Você faz um doutorado fora, a pessoa invariavelmente quando retorna já não é mais a mesma. Era carioca, você não é mais carioca. Você é carioca, mas incorpora invariavelmente traços culturais de onde você mora. Então, isso aumenta mais o seu estrangeirismo, entendeu? Você é um carioca... o campista, ele não é uma pessoa receptiva. Você ainda vem com um sotaque, você incorporou valores outros, como, pode ser, excessiva pontualidade, muitas vezes você passa a ser uma pessoa muito direta e objetiva no falar, é muito sincero, muito objetivo, às vezes você é mais formal, às vezes você acha que certas coisas... o seu espaço físico muda, você acha que a pessoa não deve chegar de uma certa maneira com você... invariavelmente você

incorpora. Se você for morar cinco anos no Amapá, você não é mais campista: você é campista mais Amapá. E a maioria dos professores que estão aqui, eles são cariocas, mineiros, paulistas, muitos passaram o doutorado fora, então...

Pergunta: Pois é, agora como é que as pessoas, no trato do dia-a-dia, percebem, por exemplo, que vocês fizeram doutorado no exterior?

Ricardo: Não, não, aí fora ninguém percebe.

Pergunta: Não sabe...

Ricardo: Não.

Pergunta: Mas de alguma maneira isso está expresso...

Ricardo: Está expresso no jeito de falar, às vezes no sotaque. Quando eu voltei, devia ter um sotaque forte. Eu abria a boca, o pessoal falava: 'Você é da Argentina? Você é do Chile? Você não é do Brasil, é?' Ainda junta o sobrenome dela que é... sobrenome polonês...

Pergunta: Polaco...

Ricardo: É, então...o pessoal acha que a gente é do exterior, é estrangeiro (*transcrição aproximada*). Você fala um pouquinho diferente, com um pouquinho de sotaque, mas eu acho que é muito o isolamento da população campista. Porque pra eles, qualquer coisa diferente é de outro planeta. Nós, retornando do exterior, se a gente fosse pro Rio, seria apenas mais um. Porque o Rio de Janeiro está acostumado a ter gente de todo tipo. Se você vai pra São Paulo, não haveria nada, nada, nada.

Cláudia: Mas isso está mudando um pouco. Acho que a tendência... não?

Ricardo: É provável, né, a longo...

Pergunta: Mas eu quero saber na experiência de vocês. Isso ainda está muito forte, ou atenuou, muito ou pouco...?

Cláudia: É, eu acho que continua ainda.

Ricardo: Continua um pouco.

Cláudia: Porque agora, bom... as pessoas que... bom, na nossa rua todo mundo já conhece, né?

Pergunta: Onde é que vocês moram? Desculpe perguntar...

Cláudia: Aqui na rua da Femac.

Pergunta: Rua da Femac. Uma dessas perpendiculares à avenida...

Ricardo: É.

Pergunta: É casa ou apartamento?

Cláudia: Casa.

Ricardo: Casa. Retorna do exterior após cinco anos, vá pra Macaé, certamente a sensação, pra quem está chegando, é diferente, porque você tem lá 400 empresas do exterior, é um outro mundo. Campista... Campos deve ter ficado por muitas e muitas décadas isolado... porque as pessoas só saindo daqui pro Rio, né? Aqui na verdade é um pólo de exportação de gente. Não entrava ninguém. Então, quando você entra, é um choque cultural forte. Muito em função de que a população local não lida com a diversidade. Você há de entrevistar um professor do LPP, que é argentino...

Cláudia: Coitado...

Ricardo: Omar.

Pergunta: Omar Bailez?

Ricardo: É. Tem um forte sotaque, perfeitamente compreensível, se você tem um mínimo de... mas ele sofre horrores. Ele fala com a pessoa, a pessoa não compreende...

Cláudia: Uma palavra.

Ricardo: Todas as sinapses da pessoa, em termos de linguagem, porque este é um processo que é definido na infância, você sabe disso. A capacidade de entender diferentes idiomas... as pessoas vivem num ambiente que tem um sotaque muito homogêneo. Não há exposição a outros sotaques.

Pergunta: E ... como é vocês vêem a percepção que o povo tem por aí da Uenf?

Cláudia: Eu até comentei com você. Acho que ainda passa a idéia de que isso aqui é o inacessível, é o Olimpo, que você não consegue chegar aqui. O que não tem nada a ver, né? Mas também, assim: acho que depende da camada da população. Mas a grande maioria ainda acha que isso aqui é um monte Olimpo e é difícil chegar aqui.

Pergunta: E você? (*dirigindo-se a Ricardo*)

Ricardo: É, eu acho que sim. Eu não tenho muito como te responder pela população mais...

Pergunta: Não, eu digo com base no seu contato, na intuição que vocês têm, sem a pretensão de uma coisa quantitativa, do tipo Ibope...

Cláudia: Não, mas a idéia que eu tenho, inclusive a gente comentava, quando você fala assim, tipo assim, você está num papo, às vezes no comércio, às vezes uma conversa, 'o que você faz?' 'Ah, trabalho na Uenf.' Aí já muda, inclusive, a maneira de ...

Ricardo: É, é.

Cláudia: (...) de tratar, de... 'a Uenf?'

Pergunta: Como é que é essa nova maneira de tratar?

Cláudia: É assim, olha, quer ver? Você é uma pessoa da Uenf. É diferente. É diferente do resto.

Pergunta: Se você for fazer uma compra, digamos, no comércio... está fazendo lá

um crediário...

Cláudia: Ah, tranqüilo. Você fala que é professor da Uenf, é tranqüilo. É verdade.

Ricardo: Há uma certa ... não sei se é admiração, mas há uma certa ...

Cláudia: Inclusive porque eles acham que a gente ganha muito, o que é a maior mentira... (*risos*)

Ricardo: É...

Cláudia: 'Professor universitário... deve ganhar muito...' É um pouco por isso.

Ricardo: É, eu imagino que comparativamente, a Uenf aqui é... é um conjunto de prédios ... bom, definitivamente a população não sabe o que é feito aqui dentro destes prédios. Aliás, voltando um pouquinho, o espaço físico da Uenf é um negócio fenomenal pra muitas pessoas. A gente já ouviu falar... empregada doméstica, quando desceu aqui, elas se perderam dentro do *campus*. Pessoas comentando que isto aqui é um espaço infinitamente imenso pra elas. As pessoas se perdem aqui dentro. Elas têm uma... ao desembarcar aqui dentro... nós já vimos empregadas falando isso... que precisaram vir aqui para conversar com a gente (*transcrição aproximada*)... um pessoal muito... imagina uma pessoa indo a Brasília, por exemplo, onde os prédios ficam a dois quilômetros um do outro...

Cláudia: Não, mesmo numa universidade. Em termos de universidade, isto aqui é mínimo, né?

Ricardo: Quer dizer, é um espaço... não é ...

Cláudia: Eu acho que é isso...

Ricardo: (...) é um espaço muito intimidador.

Cláudia: É, já começa daí...

Ricardo: Dentro dos prédios a população não tem a mínima idéia do que se faz. Já vimos gente muito simples com medo de subir o prédio. Esperou a gente lá embaixo

pra poder subir. Muito intimidador, muito intimidador...

Cláudia: É... e a gente tem muito trato também com agricultores. Quando a gente vai e fala com os agricultores que ... 'ah, tem que vir à Uenf, tem que trazer material', aí é uma coisa assim... é demais, sabe? É muito... é complicado, até. 'Não, vamos lá, vai lá', eles têm um pouco de medo, de receio, de... acha que... não bate.

Ricardo: É um prédio, é uma área muito ampla, os prédios são... não se sabe o que se faz aqui dentro. A população em geral não tem a mínima noção do que é ciência, como é que é...

Cláudia: Por isso que eu achei muito legal aquele jornalzinho, né? Aquele "descomplicando a ciência".

Ricardo: É, é⁴³.

Cláudia: Achei legal, porque é uma maneira de... estreitar isso.

Pergunta: Uma iniciativa tímida, na verdade, porque o alcance não é tanto, mas é um grãozinho de areia, né?

Cláudia: É.

Ricardo: É, é.

Pergunta: Mas... essas coisas são coisas recentes ou coisas já antigas? Você acha que isso é o cenário de agora?

Cláudia: Ainda é...

Ricardo: Isso vai variar. Você pegue uma pessoa que more próximo à Uenf ... isso vai variar muito ...

Pergunta: Não, tudo bem...

Ricardo: ... conforme a formação da pessoa...

Pergunta: Sim, claro, claro.

⁴³ Referem-se a um trabalho da Assessoria de Comunicação da Uenf em cooperação com o jornal Monitor Campista

Ricardo: Nós estamos relatando casos extremos...

Pergunta: Não estou generalizando, mas eu digo...

Ricardo: Uma senhora veio, desceu aqui, precisava saber... veio pegar o cartão da filha... ela me perguntou aqui embaixo... cartão da filha pro Vestibular... ela não sabia onde ela estava... 'como isso aqui é grande...' Mas isso aqui é o mínimo pra uma universidade, né? Na verdade, é uma percep... é uma questão...

Cláudia: É o costume mesmo, né? É a falta de costume.

Ricardo: E... uma certa admiração de a pessoa ser da Uenf.

Cláudia: É, parece que é uma coisa assim muito difícil, né? Uma coisa que me assusta um pouco também — não digo assim a classe média; os filhos de classe média, eles não pensam isto —, mas a população mais humilde, você fala assim 'a universidade é pública, por que você não vai pra Uenf?' Eles não vão. Têm medo, ou... 'ah não, eu nunca vou passar...' Quantas e quantas vezes a gente escutou isso, né?

Pergunta: Você já ouviu isso?

Cláudia: Muitas e muitas vezes.

Pergunta: A gente está com essa hipótese de serviço lá na Ascom⁴⁴... nosso vestibular tem pouca gente... a gente está achando que o pessoal acha que é muita areia pro caminhão deles.

Cláudia: Isso! É isso mesmo. A nossa técnica, a gente pagou o cursinho pra ela, mas ela nem se empenhou muito porque ela achava que não ia passar. Ela já tinha colocado na cabeça que era muita coisa, entendeu? Que tinha que estudar *muuuuito* (*ênfatizando*), só quem passa aqui é quem fica doido estudando...

Ricardo: A Uenf, decididamente, ela não é parte ainda da sociedade campista. Ela

⁴⁴ Assessoria de Comunicação da Uenf, onde o entrevistador trabalha.

está aqui fisicamente, existem muitos técnicos que moram inclusive nessas áreas de mais baixa renda, técnicos de campo, né, gente que... eu não estou falando só de professor universitário, que é uma categoria...

Pergunta: Claro.

Ricardo: ... social mais elevada. Mas a Uenf não está incorporada ainda à vida da comunidade. Figurativamente, é um disco voador que desceu aqui e...

Pergunta: Você já ouviu alguém usar essa imagem?

Ricardo: Não, tirei agora.

Cláudia: *(risos)*

Ricardo: Ou é a imagem de uma pequena cidade — isso aqui na verdade é uma cidade pequena, com seus costumes... — no qual foi instalado um prédio ...

Pergunta: Qual é o grau, vamos dizer, de identidade cultural da comunidade... da chamada comunidade da Uenf? Dos pesquisadores da Uenf? Vocês se entendem como um grupamento? Ou... porque têm origens muito distintas, né?

Cláudia: Claro, claro.

Pergunta: Vocês... criaram um espírito de identidade, ou não, grosso modo, os pesquisadores?

Ricardo: Nós nos reunimos pra campanha salarial, eu acho.

Cláudia: *(risos)*

Pergunta: Como é que é a vida social de vocês? Estou perguntando porque isso faz parte da...

Cláudia: Não, é...

Ricardo: A nossa é... pouca. Nós temos um...

Cláudia: Depende do nicho. Professores com filho têm alguma coisa em comum. Agora, professores sem filho, é outra coisa.

Ricardo: É, nós poderíamos responder pelos professores com filhos. Porque o fato de ter filho...

Pergunta: Criança...

Ricardo: Criança, criança.

Cláudia: Criança pequena, né?

Ricardo: ... determina muito o que o casal faz.

Cláudia: É, claro.

Ricardo: Você não chegou lá provavelmente...

Pergunta: Já cheguei e estou chegando de novo...

(risos)

Pergunta: Quer dizer, não cheguei a ser professor, mas filho sim...

(risos)

Ricardo: A gente poderia responder por nós; isso vai variar de família pra família.

Pergunta: Não, eu sei. Vocês...

Ricardo: Nosso círculo de amizades são três, quatro famílias, com crianças da nossa faixa.

Cláudia: Em geral a gente se reúne na casa de alguém...

Pergunta: Vocês têm criança...

Cláudia: Temos *(aponta para fotos na parede)*

Pergunta: Duas crianças...

Ricardo: Agora estão mais velhos, né?

Pergunta: E...

Ricardo: Três, quatro famílias... se reúnem...

Cláudia: É muito fechado...

Pergunta: Vocês costumam ficar em Campos nos fins-de-semana?

Ricardo: Ficamos. Moramos aqui.

Cláudia: Agora, engraçado que amigos campistas a gente não tem. Não me pergunte por quê.

Pergunta: Não, mas essas três ou quatro... famílias...

Ricardo: Todos de fora.

Pergunta: São da Uenf?

Cláudia: Todos da Uenf.

Ricardo: Todos da Uenf.

Cláudia: Todos da Uenf, todos paulistas, mineiros...

Ricardo: Depois você vai escrever isso vai achar até que a gente está ... muito metido, mas ... provavelmente nós dois somos dois...

Cláudia: Marcianos.

Ricardo: ... desajustados.

(risos)

Ricardo: Nós já experimentamos ir a aniversário...

Cláudia: Tipicamente campista.

Ricardo: ... num clube na Vinte e Oito, um salão de festa ...

Pergunta: Abre um parentesinho só ... tipicamente campista, o que que é isso? Só um parênteses rápido...

Cláudia: Bom, pra começar famílias de antepassados de Campos, já começa daí, né? Eles são enraizados em Campos... Famílias em geral grandes, que gostam de se reunir, falam muito, falam alto, famílias grandes, né, em geral.

Ricardo: Em geral, machistas...

Cláudia: Bastante machista, o homem trabalha, a mulher toma conta das crianças, ou ...

Pergunta: No ambiente da festa vocês perceberam isso, ou...

Ricardo: Não, a gente vê as pessoas na rua. Famílias na rua, a gente vê.

Cláudia: Não, porque eu estou falando do...

Ricardo: Da família do Jorge.

Cláudia: Então (...)

Pergunta: Você entendeu por que eu insisti nesse caráter "tipicamente campista", né? (*transcrição aproximada*).

Cláudia: É assim que eu vejo, né? Uma família bem machista...

Ricardo: Bem machista...

Cláudia: A mulher casa cedo. Campista casa muito cedo... Pelo que eu tenho percebido, com 18, 19 anos, vai e casa... e aí tem filho... e acabou.

Ricardo: São famílias...

Cláudia: E esse povo que a gente está falando tem dinheiro... pessoal aí comerciante, tem dinheiro...

Pergunta: Tudo bem, fechamos o parênteses. Mas aí...

Ricardo: Aí a gente vai a essas festas e aí fica com três ou quatro, algo assim...

Cláudia: As pessoas não conseguem conversar com a gente.

Ricardo: Não conseguem... eu acho que ... sugestão: vai uma vez a uma festa em que três, quatro, cinco famílias da Uenf vão e fica observando as conversas, as piadas que nós fazemos. E faça o mesmo com três, quatro famílias campistas, que você vai ver, você vai enxergar, os assuntos, as afinidades...

Cláudia: Não é só o nível cultural não.

Ricardo: É muito do nível cultural. As afinidades, os assuntos, os anseios, o que que a gente sonha que houvesse em Campos, as influências que a gente teve... as pessoas são de fora ou fizeram doutorado fora, invariavelmente, durante o churrasquinho, né, vem um assunto de quando moravam fora, quer dizer, as

peças realmente tiveram ótimas experiências fora... 'ah, na França era assim', invariavelmente esse troço retorna...

Cláudia: Você quer saber o que falta em Campos? *(o entrevistador esboçara a pergunta quando Ricardo falou de sonhos para Campos)* A gente sente tanta falta de um parque, por exemplo...

Ricardo: Um parque...

Cláudia: Os campistas não têm esse problema. Eles acham que o ...

Pergunta: Parque...?

Cláudia: Parque, parque. Uma área verde pra andar, pra andar de bicicleta, passear... Eles acham que ali, o ... o São Benedito é suficiente, mas pra a gente não, né? A Uenf seria uma excelente área de lazer, né? Tem muito espaço, mas ... é horrível! O reitor não manda capinar, não manda... é verdade, está sempre com mato alto... a gente não vai trazer ... a gente passa de um prédio pra outro e fica cheio de carrapicho, entendeu? A gente pensa em trazer as crianças pra andar de bicicleta, mas falta um ambiente assim pra... familiar mesmo.

Ricardo: É, o problema da Uenf... dos professores, né? Você está falando dos professores...

Pergunta: É.

Cláudia: É de quem a gente escuta mais, as famílias.

Ricardo: É, são os professores. Os funcionários da Uenf...

Pergunta: Estou falando dos professores. Funcionário, tem muito campista...

Ricardo: Exato.

Pergunta: A maioria, creio que seja de campistas.

Ricardo: Os professores da Uenf, em geral, são pessoas de origem de classe média, classe média alta, fizeram mestrado...

Cláudia: Média baixa também...

Ricardo: ... é, às vezes, mas classe média, pais com nível superior, freqüentemente; fizeram mestrado, doutorado, quer dizer, invariavelmente você tem um nível cultural ... não é melhor ou pior, mas é...

Pergunta: Distinto, diferente...

Ricardo: Definitivamente distinto! Invariavelmente os assuntos, quer dizer, nessas reuniões de famílias dos professores, futebol não é assunto. Não se conversa de futebol. Invariavelmente, você junta três, quatro famílias de Campos, você tem as mulheres de um lado, os homens vão lá conversar sobre futebol do outro, isso é típico. Então, a diferença cultural é muito forte.

(alguém interrompe para perguntar algo. Rapidamente a conversa retorna)

Cláudia: Você deve estar chocado...

Pergunta: Não, eu estou chocado sabe com quê? Com a densidade de informação que eu tive aqui...

(risos)

Pergunta: Não, sem brincadeira. Eu estou satisfeito. Vocês querem falar mais alguma coisa, ou não? Vocês já falaram tudo que eu precisava ouvir.

Ricardo: Não, é um monte de impressão, uma avalanche de impressões...

Pergunta: Eu queria fazer um pedido...

(aqui termina a gravação. Mas o pedido é que não comentem com nenhum colega o teor da conversa).

